



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS -ESAN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ADMINISTRAÇÃO-
PPGAD/UFMS

KAROLINE DOS SANTOS ROLON

**A SUSTENTABILIDADE NA PRODUÇÃO DE SOJA INFLUENCIADA PELA
ROUNDTABLE ON RESPONSIBLE SOY ASSOCIATION (RTRS) NO CENTRO-OESTE
BRASILEIRO**

Campo Grande/MS

2021

KAROLINE DOS SANTOS ROLON

**A SUSTENTABILIDADE NA PRODUÇÃO DE SOJA INFLUENCIADA PELA
*ROUNDTABLE ON RESPONSIBLE SOY ASSOCIATION (RTRS) NO CENTRO-OESTE
BRASILEIRO***

Dissertação aprovada pela banca de Defesa do Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Administração, na área de concentração Gestão do agronegócio, linha de pesquisa Agronegócio e seus aspectos socioambientais, da Escola de Administração e Negócios da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Orientadora: Profa. Dra. Denise Barros de Azevedo.

**Campo Grande/MS
2021**

KAROLINE DOS SANTOS ROLON

**A SUSTENTABILIDADE NA PRODUÇÃO DE SOJA INFLUENCIADA PELA
*ROUNDTABLE ON RESPONSIBLE SOY ASSOCIATION (RTRS) NO CENTRO-OESTE
BRASILEIRO***

Dissertação apresentada como requisito para Defesa para obtenção do título de mestre em Administração, com ênfase em agronegócio, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em administração.

Orientadora: Profa. Dra. Denise Barros de Azevedo.

BANCA AVALIADORA

Prof.^a Dr.^a Denise Barros de Azevedo
Orientadora
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Leonardo Francisco Figueiredo Neto
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof.^a Dr.^a Yasmin Gomes Casagrande
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

FICHA BIBLIOGRÁFICA

ROLON, Karoline dos Santos. **A sustentabilidade na produção de soja influenciada pela *Roundtable on responsible soy association (RTRS)* no centro-oeste brasileiro.** 148 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2021.

Orientadora: Prof.a Dr. ^a Denise Barros de Azevedo.

Defesa: 02 de setembro de 2021.

É concedida à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) permissão para reproduzir cópias desta dissertação de mestrado para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva para si todos os direitos autorais de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização do autor, exceto citações, desde que citada a fonte

“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível. ”

Charles Chaplin

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ser meu suporte, esperança e luz mesmo em momentos difíceis como os que trilhei ao longo deste trabalho, por mostrar-me o caminho e enviar pessoas que pudessem me incentivar.

Agradeço à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, e à Escola de Administração e Negócios-ESAN por possibilitarem a realização deste trabalho.

À Fundação de apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do estado de Mato Grosso do Sul- FUNDECT pelo apoio financeiro e recursos necessários para esta pesquisa.

Minha gratidão à minha querida Orientadora Denise Barros de Azevedo, por todos os ensinamentos compartilhados, todo seu carinho e paciência durante todo o processo. Agradeço à Secretária do Programa de Pós Graduação de Administração da UFMS, Cibely Urias, por toda ajuda nesta caminhada. Aos professores de todas das disciplinas cursadas por todo o conhecimento transmitido.

Minha eterna gratidão às minhas amigas Cássia Mendes e Vanessa Marques por serem incentivadoras e parceiras nesta caminhada. Agradecimento especial à Milene Fernandes, por me incentivar todos os dias.

Ao meu parceiro de vida, Cristiano Caldas por me apoiar e estar sempre comigo. À minha família: Marilei Rodrigues, Paulo Chaves, João Lucas, Kamilla Santos e Arthur dos Santos, sem vocês eu nada seria.

À Banca de qualificação Prof^a Mayra Bitencourt, Prof^a Yasmin Casagrande e Prof^a Adriane Queiroz pelas contribuições iniciais que fizeram o meu projeto evoluir. E também por todos os ensinamentos e sugestões apresentadas para a pesquisa. E à banca de defesa, Prof.a Dr.a Yasmin Gomes Casagrande e ao Prof. Dr. Leonardo Francisco Figueiredo Neto.

Por fim agradeço a todos os entrevistados desta pesquisa pela disposição em compartilhar suas experiências, percepções e conhecimento quanto à *Roundtable on Responsible Soy*, meus agradecimentos.

RESUMO

Há uma crescente preocupação dos *stakeholders* com as questões ambientais e de sustentabilidade na produção de soja. Dentre elas, destacam-se as questões ambientais, trabalhistas e de preservação do meio ambiente. A produção de soja envolve desafios no uso de água, solo e defensivos agrícolas. Nesse cenário surge o *Roundtable on Responsible Soy* (RTRS), uma plataforma global multi-*stakeholder* que trabalha pela soja responsável, fundada em 2006 na Suíça. A RTRS não certifica, possui um padrão de certificação de Soja Responsável em que a certificadora deve seguir de acordo com seus Critérios e Princípios. O objetivo da pesquisa é compreender de que forma a de que forma a *Roundtable on Responsible soy* influencia a sustentabilidade na produção de soja no Centro-Oeste Brasileiro a partir de estudos em três propriedades rurais que têm a certificação RTRS: Fazenda Santa Rita, Fazenda Areias de Baixo e Fazenda Taquaral de Cima, localizadas em Orizônia-Goiás e a ONG Aliança da Terra que apoia o produtor rural a obter a certificação. A pesquisa classifica-se como estudo de casos múltiplos, trata-se de uma pesquisa qualitativa. A coleta dos dados primários ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, os dados secundários foram coletados por meio do Relatório Público de auditoria publicado pela certificadora. A análise dos dados deu-se por análise de conteúdo e documental. Como resultados da pesquisa foi identificado que as principais motivações em obter a certificação RTRS pelos produtores são: Agregar valor ao produto, preocupações com exportação, adequar-se às leis ambientais e trabalhistas e preservação do meio ambiente. Outro resultado identificado foram as vantagens percebidas em obter a certificação RTRS: estar de acordo com as leis ambientais e trabalhistas, vantagens financeiras, satisfação. Outro resultado também foram as ações identificadas para minimizar impactos socioambientais no uso de água, no solo e no uso de defensivos agrícolas em sua produção, além do exigido pelo Padrão RTRS: uso de defensivos biológicos, plantações somente em época de chuva, plantio direto e rotação de culturas. Portanto, conclui-se que de fato a *Roundtable on Responsible Soy* (RTRS) influencia a sustentabilidade na produção de soja.

Palavras-Chave: Sustentabilidade; *Stakeholders*; *Roundtable*; Certificação Sustentável.

ABSTRACT

There is a growing concern of stakeholders with environmental and sustainability issues in soy production. Among them, environmental, labor and environmental preservation issues stand out. Soybean production challenges in the use of water, soil and pesticides. In this scenario, the Responsible Soy Roundtable (RTRS) emerges, a global multi-stakeholder platform that works for responsible soy, founded in 2006 in Switzerland. RTRS does not certify, it has a certification standard for Responsible Soy that a certifier must follow in accordance with its Criteria and Principles. The objective of the research is to understand how a roundtable on responsible soy influences the sustainability of soy production in the Brazilian Midwest, based on studies in three rural properties that have RTRS certification: Fazenda Santa Rita, Fazenda Areias de Baixo and Fazenda Taquaral de Cima, orders in Orizona-Goiás and the NGO Aliança da Terra that supports rural producers to obtain certification. The research is classified as a multiple case study, it is a qualitative research. The collection of primary data took place through semi-structured changes, the secondary data were collected through the Public Report of auditoriums published by the certifier. Data analysis was done by content and document analysis. As a result of the survey, it was identified that the main motivations for obtaining RTRS certification by producers are: Adding value to the product, concerns with exports, adapting to environmental and labor laws and preserving the environment. Another result identified was the perceived advantages of obtaining RTRS certification: complying with environmental and labor laws, financial advantages, satisfaction. Another result was the actions identified to minimize social and environmental impacts on the use of water, soil and the use of pesticides in their production, in addition to what is required by the RTRS Standard: use of biological pesticides, plantations only in the rainy season, no-till and crop rotation. Therefore, it is concluded that the Roundtable on Responsible Soy (RTRS) does indeed influence the sustainability of soy production.

Keywords: *Sustainability; Stakeholders; Roundtable; Sustainable Certification.*

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio

ANEC - Associação Nacional de exportadores de Cereais

APROJOSA- Associação dos produtores de soja e milho

CONAB- Companhia Nacional de Abastecimento

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Brasileira.

MAPA- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

RTRS- *Roundtable on Responsible Soy*

WCDE - *World Comission on Environment and Development*

WWF- *World Wilde Found*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Selos de certificação socioambiental.....	34
Figura 2- Processo de certificação RTRS	34
Figura 3- Membros da RTRS.....	41
Figura 4 - Motivações elencadas pelos <i>stakeholders</i> em obter a certificação RTRS	55
Figura 5- Passo-a-passo do processo de certificação do Grupo CRESOL-Estrada de Ferro.....	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Revisão sistemática Roundtable de soja.....	19
Quadro 2- Certificações socioambientais e seus objetivos.	19
Quadro 3- Classificação dos <i>Stakeholders</i> na literatura.....	27
Quadro 4 - Roundtables do Agronegócio Mundial.....	29
Quadro 5- Produtores de Soja com Certificação RTRS no Mundo.....	35
Quadro 6 - Produtores de soja RTRS por regiões do Brasil.....	37
Quadro 7- Certificação RTRS no Centro-Oeste.....	37
Quadro 8- As propriedades rurais certificadas pela RTRS entrevistadas.....	46
Quadro 9 - Dados das três entrevistas realizadas nas propriedades rurais em ordem cronológica.....	48
Quadro 10 - Identificação dos <i>stakeholders</i> entrevistados.....	48
Quadro 11 - Categorias e Palavras chaves para análise de conteúdo.....	49
Quadro 12- Matriz de amarração do Projeto.....	51
Quadro 12 - Ações para minimizar impactos na produção de soja elencadas pelos.....	57
Quadro 14 - Percepções dos <i>Stakeholders</i> quanto à Certificação RTRS.....	58
Quadro 15 - requisitos e desempenho do Gestor do grupo em relação aos requisitos exigidos pelo Padrão RTRS de Certificação Grupal.	62

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	15
2. OBJETIVOS.....	18
2.1 OBJETIVO GERAL.....	18
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	18
3. JUSTIFICATIVA.....	19
4. REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
4.1 CERTIFICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO AGRONEGÓCIO.....	23
4.2 SUSTENTABILIDADE NA PRODUÇÃO DE SOJA.....	23
4.3 TEORIA DE <i>STAKEHOLDERS</i>	26
4.4 <i>ROUNDTABLE</i> E O AGRONEGÓCIO.....	29
4.3.1 <i>Roundtable on Responsible Soy</i> - História, Missão, Visão e Objetivos.....	30
4.3.2 Requisitos para a certificação.....	32
4.3.3 Tipos de processo de Certificação RTRS.....	33
4.3.4 Passo a passo da Certificação.....	34
4.3.5 Relatórios Anuais Produtores com Certificação RTRS.....	35
4.3.6 Produtores Soja RTRS.....	35
4.3.7 Fazendas com a Certificação RTRS no Centro-Oeste Brasileiro.....	37
4.3.8 Membros da <i>Roundtable on Responsible Soy</i> no Brasil.....	41
5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	43
5.1 CLASSIFICAÇÃO E DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	43
5.2 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS.....	44
5.3 ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	45
5.3.1 O relatório de resumo público do programa de certificação RTRS.....	45
5.3.2 As propriedades rurais entrevistadas com certificação da RTRS.....	46
5.3.3 A aliança da terra.....	Erro! Indicador não definido.
5.4 AS ENTREVISTAS REALIZADAS.....	47
5.5 IDENTIFICAÇÃO DOS <i>STAKEHOLDERS</i> ENTREVISTADOS.....	Erro! Indicador não definido.
5.6 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS.....	48
5.7 MATRIZ DE AMARRAÇÃO.....	50

Problema de Pesquisa.....	51
Referencial Teórico	51
Objetivos	51
Geral e Específicos.....	51
Metodologia.....	51
6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	52
6.1 CARACTERÍSTICAS DOS <i>STAKEHOLDERS</i>	52
6.2 SUSTENTABILIDADE NA PRODUÇÃO DE SOJA SOB A ÓTICA DOS <i>STAKEHOLDERS</i>	53
6.2.1 Motivações para a certificação da RTRS sob a ótica dos <i>stakeholders</i> entrevistados	54
6.2.2 As vantagens em obter a certificação RTRS percebidas pelos entrevistados	55
6.2.4 As propriedades rurais certificadas e suas ações sustentáveis	56
6.2.5 Percepções dos <i>stakeholders</i> quanto a Certificação RTRS	57
6.3 DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO ORIENTADO PELA RTRS NAS PROPRIEDADES RURAIS ENTREVISTADAS	59
6.3.1 O passo a passo do processo de certificação descrito pelos <i>stakeholders</i> entrevistados	60
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	67
9. APÊNDICE I- Roteiro de entrevista semiestruturado.....	73
10. APÊNDICE II- Roteiro de entrevista semiestruturado-ONG ALIANÇA DA TERRA.....	75
11. ANEXO I- Relatório Público Auditoria Cresol-Estrada de Ferro.....	77

1. INTRODUÇÃO

A Importância da soja na economia tem crescido a cada dia, sendo esta *commoditie*, o principal ativo agrícola brasileiro. O Brasil é o segundo maior produtor mundial de soja, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Brasileira – EMBRAPA (2019). Em 2019, a produção de soja no Brasil foi de 123, 664 milhões de toneladas e 35, 657 milhões de hectares de área plantada (CONAB, 2019). Em 2020, dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, aponta a Soja como o principal ativo exportado pelo país, representando 33,79% de toda a exportação do setor (MAPA, 2020).

A produção de soja no país, segundo a APROSOJA (2018), gera milhões de postos de trabalho de forma direta e indireta, contribui para o desenvolvimento de regiões interioranas, o que favorece a qualidade de vida das pessoas. Sua cadeia produtiva abrange desde “antes da porteira”, com a aquisição de insumos para a produção, “dentro da porteira” que corresponde a produção do grão, e “depois da porteira”, que consiste no beneficiamento, transporte, comercialização e industrialização dos produtos. (ABAG, 2016). O Grão é matéria-prima para a produção de óleo vegetal, combustíveis, Proteínas e bebidas à base de soja e ração para animais. (APROSOJA, 2018).

No entanto, o cultivo de soja envolve desafios ambientais e sociais. De acordo com relatório da *World Wilde Found* (WWF) de 2014, os principais são no solo, água e uso de defensivos agrícolas. No solo, o principal desafio da produção de soja são as erosões. Mattsson et al. (2000) apontou que a análise do ciclo de vida da produção da soja no cerrado brasileiro, sofreu perdas anuais de erosão do solo de 8 toneladas por hectare, compostas de perda de matéria orgânica, compactação e acidificação, e grandes impactos nos cursos d’água (WWF, 2014).

O desafio da produção de soja sobre o ciclo hídrico apresenta grande variação de acordo com o país e a região. Na América do Sul, a soja é um cultivo alimentado pela água da chuva, mas em outros lugares o cultivo necessita de irrigação. Segundo pesquisas apontadas no relatório, a interceptação da água das chuvas pelas plantações de soja é maior do que a de florestas tropicais de transição (WWF, 2014). Uma maior conversão de terras para o cultivo intensivo de soja, pode a longo prazo reduzir a disponibilidade de água em longo prazo.

Quanto aos Defensivos agrícolas, é exposto que seu uso é uma das principais ameaças ao meio ambiente, pois o mesmo provoca a contaminação do solo, impacta na qualidade da água e sua biodiversidade. Destaca-se como impacto social a Concentração de Terra. No Brasil, a maior parte das terras utilizadas para a plantação de soja é controlada por grandes proprietários. Isto impacta diretamente na distribuição de renda (WWF, 2014).

Desde a publicação do relatório Brundtland, da Comissão Mundial sobre o Meio ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, em 1987, popularizou-se a noção de sustentabilidade, sendo o seu conceito: “O desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (WCDE, 1987). Esta temática é fundamental no Brasil, onde extensas áreas estão ocupadas pela agropecuária, destacando-se a soja, como a cultura mais cultivada no país.

Há uma crescente preocupação dos *stakeholders* com as questões ambientais e de sustentabilidade nas organizações do agronegócio (AZEVEDO; PEDROZO, 2011). Os *stakeholders* de uma organização, são as partes interessadas que interferem no processo, em elementos essenciais e no planejamento estratégico (GIBSON, 2000). Schermerhorn Jr. (2005), conceitua *stakeholder* como sendo: “Um grupo, pessoas ou instituições que estão diretamente ligadas ao desempenho de uma organização”. De acordo com Azevedo et al. (2014), os stakeholders mais participativos no processo de *roundtable* são as voltadas ao agronegócio.

A temática de sustentabilidade é comum nos objetivos dessas organizações, o que demonstra o foco na busca de soluções em prol desta. Azevedo, Pedrozo e Malafaia (2012) argumentam que as influências geradas pelas preocupações ambientais de diversos *stakeholders* no mundo propiciaram várias ações positivas voltadas aos aspectos de sustentabilidade, nas áreas organizacionais, políticas, legislativas e civis.

Neste contexto é que surgem as discussões acerca dos impactos socioambientais causados pela produção de soja, e nesse cenário surge o *Roundtable on Responsible Soy* (RTRS), uma plataforma global multi-*stakeholder* que trabalha pela soja responsável, fundada em 2006 na Suíça. Uma *Roundtable*, ou mesa-redonda, é uma reunião onde as pessoas se encontram e conversam em condições de igualdade (WANG, 2011).

O RTRS é um conjunto de princípios, critérios e indicadores que regulamenta e certifica o processo de produção da soja para uma Gestão Responsável. O objetivo é que a soja atual e futura seja produzida de maneira sustentável para diminuir os impactos sociais e ambientais por meio do padrão de produção sustentável de soja. De acordo com a filosofia da RTRS os *stakeholders* da cadeia de soja têm direitos iguais e se reúnem em torno de um objetivo comum, garantindo assim o diálogo e tomada de decisão por consenso (RTRS, 2014).

A *Roundtable on Responsible Soy* não emite certificação, trata-se de uma plataforma global de diálogos sobre soja responsável. Apóia o desenvolvimento, implementação e verificação de um

padrão global de certificação, para que ocorra a promoção do crescimento da produção, comércio e uso da soja responsável (RTRS, 2021).

A nível mundial, a RTRS possui atualmente produtores certificados em 6 países: Argentina, Brasil, China, Índia, Paraguai e Uruguai. O Brasil é o maior produtor de soja RTRS no mundo. No Brasil, há produtores em quatro das cinco regiões do país, sendo no Centro-oeste, Norte Nordeste e Sudeste, com produção certificada pela *Roundtable on Responsible Soy*. (RTRS, 2020). A Região Centro-Oeste, é maior produtora de soja convencional no país. Além disso, destaca-se como a região com maior número de propriedades com certificação RTRS. Em 2019, das 212 propriedades com a certificação, 143 estão localizadas na Região Centro-Oeste (RTRS, 2020).

Estudos sobre a implantação das ferramentas RTRS nos cerrados nordestinos apontaram que por meio delas, houve redução ou prevenção sobre os eventuais riscos agropecuários da região. (INTROVINI; ROMKO, 2016). A WWF, considera o sistema de certificação RTRS, como o sistema com maior potencial para mudar o setor de soja na direção da Sustentabilidade (WWF, 2014).

É nesta lógica que esta pesquisa busca identificar a aplicabilidade dos princípios e critérios do padrão de certificação RTRS de soja sustentável e se de fato, ele influencia a sustentabilidade da produção de soja na região Centro-Oeste brasileira.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O Brasil cultiva lavouras em 7,6% de seu território, o que representa 63.994.479 hectares (EMBRAPA, 2017). Destes, 35, 822 milhões são para o cultivo de soja. O país é o segundo maior produtor do grão, superado apenas pelos Estados Unidos (EMBRAPA, 2019). De acordo com a CONAB (2020), as exportações de soja acumuladas de janeiro a maio de 2020, chegaram a 48 milhões de toneladas, um volume recorde para o período.

O grão de soja é matéria-prima para muitos produtos e subprodutos, que são de grande importância. O principal, deles, é o óleo, no entanto, pode-se elencar diversos, como a lecitina, biodiesel, melão de soja, farelo de soja, farinha e leite de soja (GONDIN, 2019).

Embora sejam muitos os benefícios econômicos oferecidos pela commodity, esta gera desafios socioambientais na produção de soja, sendo os principais: desafios no uso do Solo, monocultura, recursos hídricos, uso de defensivos agrícolas e uso conflitante de terra (WWF, 2014).

O principal impacto da produção de soja no solo são as erosões. De acordo com Mattsson et al. (2000), a análise do ciclo de vida da produção da soja no cerrado brasileiro, sofreu perdas anuais

de erosão do solo de 8 toneladas por hectare, compostas de perda de matéria orgânica, compactação e acidificação, e grandes impactos nos cursos d'água (WWF, 2014).

A falta de diversificação de culturas tem provocado e intensificado problemas ambientais, relacionados principalmente à redução da qualidade do solo e aumento de problemas fitossanitários. O uso de maquinários pesados é outro fato que provoca degradação das condições do solo, o que pode tornar o cultivo mais sensível à seca, inundação, erosões, nematoides e plantas invasoras (CONTINI et al, 2018).

O impacto da produção de soja sobre os recursos hídricos apresenta grande variação de acordo com o país e a região. Na América do Sul, a soja é um cultivo alimentado pela água da chuva, mas em outros lugares o cultivo necessita de irrigação. Segundo pesquisas apontadas no relatório, a interceptação da água das chuvas pelas plantações de soja é maior do que a de florestas tropicais de transição. Uma maior conversão de terras para o cultivo intensivo de soja, pode a longo prazo reduzir a disponibilidade de água em longo prazo.

A FAO (2017) discorre sobre a agricultura irrigada, aponta que, se se bem planejada e executada, possibilita o aumento da produção e na eficiência no uso da água, tanto em qualidade e regularidade, o que contribui significativamente no fomento da produção agropecuária.

Segundo a WWF (2014) o uso de defensivos agrícolas é uma das principais ameaças ao meio ambiente, pois o mesmo provoca a contaminação do solo, impacta na qualidade da água e sua biodiversidade. Contini et al (2018) consideram o manejo dos fertilizantes um desafio, e para que haja mitigação desse problema, deve-se agregar substâncias que minimizam as perdas.

No Brasil, a maior parte das terras utilizadas para a plantação de soja é controlada por grandes proprietários. Isto impacta diretamente na distribuição de renda (WWF, 2014).

“Se de um lado, o contexto atual tem sido marcado por uma forte pressão de grupos ambientalistas, combatendo os desmatamentos e a degradação ambiental, de outro, estão as exigências da sociedade por mecanismos eficientes de produção de alimentos e energia em larga escala, de forma que se atenda a necessidade populacional (não falte alimentos) a um baixo custo e com a qualidade exigida. Para o Brasil, esse aparente antagonismo gera uma crescente demanda por soluções eficientes que permitam a produção sustentável de alimentos e energia no País.”

(Hirakuri et al, 2014, p. 10)

A certificação RTRS é uma ferramenta que tem como visão promover que a soja atual e futura seja produzida de maneira sustentável para diminuir os impactos sociais e ambientais, mantendo ou melhorando o nível econômico para o produtor através de: O desenvolvimento, a implementação e a

verificação de um padrão global e o compromisso dos *stakeholders* envolvidos na cadeia de soja (RTRS, 2014).

O padrão de certificação RTRS dispõe de medidas para diminuir e/ou mitigar os impactos socioambientais causados pela Produção de soja. A RTRS defende que as boas práticas agrícolas devem ser implementadas. De acordo com o padrão, a qualidade e a oferta de águas superficiais e subterrâneas devem ser mantidas ou melhoradas. Ademais, o uso de agroquímicos deve ser documentado e de acordo com a legislação vigente e a qualidade do solo deve ser mantida ou melhorada por meio de técnicas específicas (RTRS, 2017).

Em suas normas e princípios, o padrão RTRS- *Roundtable on Responsible Soy* – de produção de soja Responsável, normatiza que, em áreas com usuários tradicionais das terras, os usos conflitantes da terra são evitados ou resolvidos. Para garantir que isso ocorra, ao se candidatarem à certificação, os produtores têm que identificar as comunidades locais e os usuários tradicionais de terra¹. Da mesma forma, devem comprovar com a devida documentação que exerce o direito de uso ou acesso à área ou aos serviços ecossistêmicos derivados da área antes de maio de 2009 (RTRS, 2017).

O primeiro padrão de produção de soja responsável da RTRS foi criado em 2010, e as primeiras certificações realizadas em 2011, no Brasil, Argentina e Paraguai. O Brasil, é o maior produtor mundial de soja com certificação RTRS. No Centro-oeste, no entanto, a literatura não dispõe de trabalhos que identifiquem a aplicabilidade do Padrão de Certificação sustentável nessa região.

Portanto, esta pesquisa objetiva identificar a aplicabilidade do Padrão de certificação sustentável na Região Centro-Oeste, para responder o seguinte questionamento: De que maneira a Certificação RTRS influencia a sustentabilidade na produção de soja na Região Centro-Oeste?

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar de que forma *Roundtable on Responsible Soy* influencia a sustentabilidade na produção de soja no Centro-Oeste Brasileiro.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1) Identificar a motivação dos *stakeholders* a participar da RTRS;
- 2) Verificar as ações sustentáveis realizadas pelas propriedades rurais de soja RTRS no Centro Oeste;
- 3) Descrever o processo de certificação orientado pela RTRS das propriedades rurais estudadas.

3. JUSTIFICATIVA

É inegável a importância econômica da soja brasileira na economia do país. A soja produz mais proteínas por hectare do que qualquer outro dos grandes cultivos. No entanto, seu cultivo envolve impactos socioambientais, sendo os principais no solo, água, uso de defensivos agrícolas e concentração de terra (WWF, 2014).

O *Roundtable on Responsible Soy* (RTRS), ou mesa redonda sobre Soja Responsável, é uma iniciativa para assegurar o cultivo de soja sustentável em todo o mundo e a responsabilidade social do setor, é uma ferramenta importante na busca da produção responsável de soja (RTRS, 2014).

A literatura dispõe de poucas pesquisas acerca dos impactos socioambientais do cultivo de soja, em produções com a certificação RTRS. O quadro 1 elenca os artigos, e seus respectivos autores, ano de publicação e base de dados onde foram publicados.

Quadro 1- Revisão sistemática *Roundtable* de soja.

Título	Ano de Publicação	Autores	Base
<i>Soy production and certification: the case of Argentinean soy-based biodiesel</i>	2010	Tomei, Julia; Semino, Stella; Paul, Helena; et al.	<i>Web of Science</i>
<i>Certified discourse? The politics of developing soy certification standards</i>	2012	Elgert, Lauren	<i>Scopus</i>
<i>Marking the success or end of global multi-stakeholder governance? The rise of national sustainability standards in Indonesia and Brazil for palm oil and soy</i>	2014	Hospes, Otto	<i>Web of Science</i>
<i>Innovation for Crop Quality Certification using ICT</i>	2015	Singh, Dineshkumar; Kulkarni, Sonali; Pande, Arun; et al.	<i>Web of Science</i>
<i>How do sustainability standards consider biodiversity?</i>	2015	Englund, Oskar; Berndes, Goeran	<i>Web of Science</i>
<i>Assessing the potential additionality of certification by the Roundtable on Responsible</i>	2016	Garrett, Rachael D.; Carlson, Kimberly M.;	<i>Web of Science</i>

Continua...

<i>Soybeans and the Roundtable on Sustainable Palm Oil</i>		Rueda, Ximena; et al.	
<i>Stakeholder Perceptions of the Environmental Effectiveness of Multi-stakeholder Initiatives: Evidence from the Palm Oil, Soy, Cotton, and Timber Programs</i>	2018	Okereke, Chukwumerije; Stacewicz, Izabela	<i>Scopus</i>

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados encontrados.

Desta forma, a análise da sustentabilidade na produção de soja influenciada pela *Roundtable on Responsible Soy* por meio do padrão de certificação RTRS corrobora para o fortalecimento desta ferramenta na produção de soja no Brasil. A RTRS promove o crescimento da produção, comércio e uso da soja responsável por meio diálogos entre os *stakeholders* que incluem produtores, fornecedores, fabricantes, varejistas, instituições financeiras, organizações da sociedade civil e outros atores relevantes (RTRS, 2021).

Este estudo objetiva contribuir com a literatura acerca desta temática evidenciando de que forma a *Roundtable on Responsible Soy* influencia a sustentabilidade na produção de soja no Centro-Oeste Brasileiro, especificamente no estado de Goiás, onde estão localizados os *stakeholders* entrevistados.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão apresentadas as abordagens teóricas que sustentam esta pesquisa e que fundamentarão o processo de coleta e análise de dados posteriores. As discussões teóricas são: Certificações socioambientais no agronegócio; Sustentabilidade na Produção de Soja; Teoria de *Stakeholders*; *Roundtable* e o Agronegócio.

4.1 CERTIFICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO AGRONEGÓCIO

Após grandes movimentos de consciência ambiental, como a Rio-92 e a elaboração da Agenda-21, uma parte dos líderes destes movimentos verificaram que seria necessário apresentar alternativas viáveis aos modelos de produção existentes. Para eles, o crescimento econômico deve conciliar e respeitar as pessoas e o meio ambiente, apresentando assim as certificações socioambientais como uma alternativa à gestão destes processos de produção. (ALVES, 2008)

De acordo com Alves (2008) as certificações socioambientais surgiram como resultado dos questionamentos e preocupações dos movimentos ambientalistas, sociais e de consumidores europeus relacionados aos impactos socioambientais nas produções do agronegócio em países tropicais ou em desenvolvimento.

Para Ramos e Ferraz (2021) o objetivo de uma certificação socioambiental é o de ser um mecanismo de promoção e incentivo à mudanças de qualidade na agricultura almejando sustentabilidade. A certificação socioambiental é uma ferramenta de gestão socioambiental que objetiva que o processo de produção seja diferente do convencional, que assegure que determinado produto é originado em um processo de produção comprometido com a segurança ambiental e social. (PINTO, PRADA e RODRIGUES, 2008)

Molina (2010) afirma que as certificações sustentáveis iniciaram com o Comércio Justo ou Solidário Fair Trade. O objetivo do Comércio Justo é de propiciar a inclusão de pequenos produtores organizados em associações e cooperativas no mercado internacional e de promover a busca pela produção sustentável. Isso se dá por meio de relações diferenciadas e duradouras entre compradores e produtores numa parceria baseada em diálogo, transparência e respeito.

4.1.1 Selos de certificação socioambiental

As certificações socioambientais possuem selos. A autora Oliveira (2019) elenca os principais selos de certificação socioambientais, sendo eles: RTRS, EcoSocial, *Fair for life*, FSC, *Fair trade* IBD, *FairTrade International*, *Rainforest Alliance Certified*, Ecolabel, Bon Sucro, *UTZ certified* e *Food Alliance Certified*. A figura x ilustra os selos de certificação socioambientais.

Figura 1: Selos de certificação socioambiental



Fonte: OLIVEIRA (2019)

Quadro 2: Certificações socioambientais e seus objetivos

Selo	Objetivo
RTRS	Assegurar o cultivo de soja sustentável em todo o mundo e a responsabilidade social do setor.
EcoSocial	Ratificar relações justas no comércio de produtos.
<i>Fair for life</i>	É um programa de certificação para comércio justo na agricultura, manufatura e comércio. Criada em 2006 para atender a demanda dos <i>stakeholders</i> da agricultura orgânica.
FSC	Orientar o consumidor em suas decisões de compra. Oferece uma ligação confiável entre a produção e o consumo responsável de produtos florestais.
<i>Fair trade IBD</i>	Fomentar o desenvolvimento socioambiental local e praticar o comércio justo.
<i>FairTrade International</i>	Estabelecer o contato direto com o produtor e o comprador, baseado no diálogo, busca maior equidade no comércio internacional, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.
<i>Rainforest Alliance Certified</i>	Promover a sustentabilidade social e ambiental da produção agrícola através do desenvolvimento de normas e certificação de propriedades.
Ecolabel	Servir de instrumento para a implementação da política comunitária sobre consumo e produção sustentáveis, estimular alto desempenho ambiental por meio do uso de produtos com rótulo ecológico da União Europeia e respeitar os critérios técnico-científicos baseados no melhor desempenho ambiental obtido pelos produtos no mercado comunitário.
Bon Sucro	Reduzir os impactos ambientais e sociais da produção de cana-de-açúcar

Continua...

UTZ certified	Assegurar que todo o produto com seu selo tenha os pilares ambientais, sociais e econômicos respeitados.
Food Alliance Certified	Atender à crescente demanda dos stakeholders por rastreabilidade, segurança e sustentabilidade.

Fonte: OLIVEIRA (2019)

Conforme exposto no quadro 1, as certificações socioambientais possuem selos que visam apresentar visualmente que o produto que certificado passa por um processo de produção responsável com questões ambientais e sociais. (SINGH et al, 2015)

4.2 SUSTENTABILIDADE NA PRODUÇÃO DE SOJA

Discussões acerca da Sustentabilidade no agronegócio favorecem positivamente em diversos aspectos, como o respeito pela legislação ambiental, precaução no uso de defensivos agrícolas e recursos hídricos, monitoramento e comunicação de níveis de contaminação de córregos e rios, limpeza urbana e o compromisso em reduzir as emissões de gases na natureza (SOUZA E MORAIS, 2012).

Nas últimas décadas, a preocupação com a sustentabilidade da produção agrícola no planeta, cresceu e solidificou-se na busca de melhor qualidade de vida e preservação de recursos naturais. Assim como nas demais produções agrícolas, impõe-se a necessidade de utilizar sistemas sustentáveis de produção de soja para garantir que o atendimento às demandas de mercado seja efetuado com respeito às questões ambientais e sociais. Desta forma, o produtor é remunerado adequadamente e o custo do alimento ao consumir é reduzido. Para aferir a sustentabilidade da produção de soja, um de seus principais parâmetros é a produtividade, que permite produzir mais, na mesma área, com menor uso de insumos (GAZZONI, 2013).

Sendo o principal produto do agronegócio brasileiro, a soja é alvo de muitos questionamentos ambientais pertinentes, devido aos desafios da produção sustentável do Grão (HIRAKURI, 2014). Diante do exposto, iniciativas de âmbitos públicos e privados surgiram com o objetivo de uma produção mais sustentável da *commodity* no Brasil. A seguir, elenca-se as principais iniciativas:

EMBRAPA Soja – Fundada em 1975, o CNPSo (Centro Nacional de Pesquisa da soja), uma Unidade da EMBRAPA em Londrina-PR, inicialmente, para desenvolver tecnologias para produção de soja no Brasil, como o manejo dos solos e da sua fertilidade, manejo adequado da cultura para os diferentes ecossistemas brasileiros; manejo integrado das pragas e das plantas daninhas e o controle biológico das pragas mais importantes da cultura, lagarta-da-soja e do percevejo-verde (EMBRAPA, 2020; ESPÍNDOLA; CUNHA, 2015).

A ABIOVE – Associação Brasileira das Indústrias de óleos vegetais- fundada em 1981, é uma iniciativa composta por 14 empresas produtoras de farelo, óleos vegetais e biodiesel que objetiva cooperar na execução de políticas do setor e promoção de programas de sustentabilidade (ABIOVE, 2020).

De acordo com a ABIOVE (2020), a legislação ambiental do Brasil é uma das mais rigorosas e completas do mundo, abordam temas como uso de agrotóxicos, áreas de preservação permanente, florestas e recursos hídricos. A Associação lidera discussões acerca do combate ao desmatamento ilegal e expansão sustentável da produção de soja.

A ANEC – Associação Nacional dos exportadores de Cereais, iniciou suas atividades em 1965. Têm como propósito promover o desenvolvimento das atividades relacionadas aos grãos e cereais. Tem como missão o desenvolvimento de um melhor cenário para importação e exportação de soja e milho em todas suas formas de comercialização. (ANEC, 2020)

Em 2006, foi realizada a **Moratória da Soja**, um pacto comercial entre a ABIOVE, ANEC, governo e a Sociedade Civil. O intuito é um compromisso de não comercialização e financiamento de soja produzida em áreas que foram desmatadas no Bioma após 22 de julho 2008, data de referência do Código Florestal.

Para garantia dos objetivos da Moratória da soja, há um vasto conjunto de imagens de satélites de sensoriamento remoto obtidas por sensores com resoluções espaciais e temporais complementares analisados periodicamente. De acordo com a ABIOVE (2020), complementar ao monitoramento, utiliza-se a base de dados dos desflorestamentos ocorridos no bioma Amazônia, publicado pelo PRODES, programa coordenado pelo INPE, e outras bases de dados.

Esse pacto resultou em importantes resultados. Houve queda no desmatamento no Bioma Amazônia associado à soja, foram plantados apenas 50 mil hectares de soja em áreas desmatadas a partir de 2008. Os grãos plantados nessas áreas não foram comercializados. Outro resultado importante da Moratória foi que, a expansão da soja no Bioma Amazônia ocorreu somente em áreas livre de desmatamento. (ABIOVE, 2020)

Soja Plus – É um programa de gestão econômica, social e ambiental da propriedade rural brasileira, instituído em 2011 por meio de uma parceria entre a ABIOVE e a APROSOJA. Em 2020, o programa conta com mais organizadores, a AIBA, FAEMG, Sistema FAMASUL e a Universidade Federal de Viçosa.

Considerado o maior programa de assistência técnica privado do Brasil, objetiva a conciliação entre produção agrícola, conservação de recursos naturais e melhoria da saúde e segurança no trabalho rural, ou seja, promover as boas práticas agrícolas (SOJA PLUS, 2019).

Por meio do Soja Plus, os produtores rurais recebem gratuitamente cursos e treinamentos em dias de campo e assistência técnica individual. Os materiais são calcados nos 5 pilares de gestão rural: 1) Qualidade de vida no trabalho; 2) Melhores práticas de produção agrícola; 3) Viabilidade Financeira e Econômica; 4) Qualidade do Produto e 5) Responsabilidade Social (SOJA PLUS, 2019).

O programa está presente nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, Bahia e Maranhão. Entre suas ações destaca-se, os cursos oferecidos a 6.500 produtores, assistência técnica em 2.465 propriedades rurais, Investimento em Recursos Financeiros de R\$ 28mi diretamente nas propriedades rurais. (SOJA PLUS, 2019).

Certificação RTRS – A RTRS (Associação Internacional de Soja Responsável) fundada em 2006 em Zurique, na Suíça, é uma *Roundtable* internacional sem fins lucrativos que tem por objetivo promover o crescimento da produção, do comércio e do uso de soja responsável (RTRS, 2020).

A RTRS tem um padrão de certificação da produção de soja responsável, para garantir que a soja seja proveniente de um processo produtivo com gestão responsável, ambientalmente correta, socialmente adequada e viável economicamente. O padrão de certificação se sustenta nos seguintes pilares: cumprimento da legislação e boas práticas de negócios; condições de trabalho responsáveis; relações responsáveis com a comunidade; responsabilidade ambiental e boas práticas agrícolas (RTRS, 2020).

De acordo com a RTRS (2020), a *Roundtable* se empenha em monitorar e avaliar os principais resultados e impactos alcançados pela produção de soja responsável devido às certificações RTRS das propriedades agrícolas.

Além dessas iniciativas, Gazzoni (2013) elenca tecnologias amplamente adotadas na produção de soja no Brasil, que favorecem a sustentabilidade no setor:

- **Plantio direto:** O Brasil é o com maior área de cultivo em plantio direto do mundo. Esta técnica de plantio é responsável pela redução significativa da erosão do solo, mantém a umidade e aumenta o teor de matéria orgânica e fixa parcela ponderável de carbono das culturas, o que reduz, dessa forma, as emissões de GEE.
- **Zoneamento de Risco Agroclimático:** Esta medida permitiu identificar as regiões com probabilidades mais altas de sucesso na cultura da soja.

- **Correção e adubação do solo:** Utilização de corretivos e fertilizantes, que permite a utilização de solos considerados anteriormente como impróprios.
- **Fixação biológica de nitrogênio:** A inoculação anual das sementes de soja atinge acima de 75% da área, o que permite utilizar menos fertilizantes nitrogenados, reduzir o consumo de energia na fabricação, transporte e aplicação do nitrogênio, e emissões de GEE.
- **Manejo de Pragas da Soja:** Possibilitou a redução do uso de agrotóxicos.
- **Manejo de Plantas daninhas:** Viabilizou a expansão do Plantio direto.
- **Mecanização agrícola:** Expansão da cultura para novas áreas e condições de trabalho mais adequadas ao trabalhador rural.
- **Múltiplas safras anuais e Integração Lavoura:** Dilui os investimentos e os custos fixos, o que otimiza os custos variáveis da propriedade.

De acordo com a EMBRAPA (2021) as tecnologias adotadas na produção de soja, como sistemas integrados, plantio direto e fixação biológica de nitrogênio garantem produtividade e sustentabilidade no setor.

4.2 TEORIA DE *STAKEHOLDERS*

Segundo Freeman e McVea (2001), a abordagem de *stakeholders*, também chamada de “partes interessadas” surgiu em meados de 1980, após a publicação do Livro- *Strategic Management- a stakeholder approach* de Edward Freeman em 1984. Conforme os autores, teoria surgiu como uma tentativa de criar uma estrutura que respondesse às preocupações dos gerentes em relação às mudanças ambientais. As estruturas vigentes de estratégia não ajudavam os gerentes a desenvolver novas direções estratégicas e criar novas oportunidades em meio a mudanças. Freeman observou a necessidade de uma nova estrutura conceitual.

A abordagem de *stakeholders* sugere que os gestores devem formular e implementar processos que satisfaçam todos os que têm interesse no negócio. A tarefa central desse processo é gerenciar e integrar os relacionamentos e interesses das partes interessadas, de forma que garanta o sucesso à longo prazo da empresa. (FREEMAN; McVEA, 2001).

Freeman (1984) conceitua um *stakeholder* como qualquer grupo ou indivíduo, o qual pode afetar ou é afetado pela realização dos objetivos da organização. Segundo Ramos (2011, p.20) o conceito de *stakeholders* pode ser definido como “grupos ou agentes que de alguma forma exercem pressão sobre a atividade da empresa, nomeadamente quando algum dos seus interesses se cruzam com os interesses da empresa”.

Embora Edward Freeman seja o principal autor da teoria, há na literatura diversas propostas de classificação de *stakeholders*, como pode-se observar no Quadro 3 – Classificação dos *stakeholders* na literatura:

Quadro 3- Classificação dos stakeholders na literatura

Classificação de stakeholders na Literatura		
Autor	Ano	Classificação Proposta
Goodpaster	1991	Há dois tipos de stakeholders: o estratégico e o moral. O primeiro tem o poder de afetar a organização e deve ser gerido pela mesma. Já o <i>stakeholder</i> moral é afetado pela empresa e cabe à organização estabelecer um relacionamento ético entre eles.
Savage et. Al	1991	Avaliar o potencial de cada stakeholder quanto ao seu poder de ameaçar ou cooperar com a organização.
Clarkson	1995	Há dois tipos de stakeholders: Primários- que têm relações contratuais formais ou oficiais com a empresa, como clientes, fornecedores, empregados, acionistas, entre outros); Secundários - que não possuem tais contratos como governos, comunidade local.
Mitchell, Agle e Wood	1997	Modelo <i>stakeholder salience</i> , em que os <i>stakeholders</i> são classificados em termos de poder, legitimidade e urgência. Este critério de diferenciação permite estabelecer prioridades e definir quais os interesses que serão atendidos.
Rowley	1997	Baseou-se na Teoria das Redes Sociais, pois as empresas não respondem simplesmente a cada <i>stakeholder</i> individualmente, mas sim à interação de múltiplas influências e todo um conjunto de <i>stakeholders</i> . A proposta sustenta-se em dois fatores: densidade da rede e centralidade da Organização.
Scholes e Clutterbuck	1998	Considera o poder de influência, impacto na organização e afinidade com os objetivos da organização como meios de classificação dos <i>stakeholders</i> .
Frooman	1999	Baseou-se nos recursos necessários para a organização, e estabeleceu uma matriz que relaciona o poder e a dependência entre a organização e um determinado <i>stakeholder</i>
Freeman e McVea	2001	Prioriza o gerenciamento de relacionamentos entre os diversos atores, os quais compõem o universo empresarial para a integração de seus diversos interesses.
Selman	2004	Dois tipos de Stakeholders: os que têm interesse econômico e os motivados por princípios e valores.
Steiner e Steiner	2006	<i>Stakeholders</i> primários: interagem diretamente com a organização. Em um pequeno grupo atuam de forma imediata, contínua e com certo grau de poder, de acordo com cada organização. Esses são compostos de forma geral pelos acionistas (proprietários), consumidores, funcionários, sociedade e governo. <i>Stakeholders</i> secundários: aqueles com menor grau de influência direta, que atuam sobre a organização. São compostos

Continua...

		pelos meios de comunicação, sendo forças, portanto, com a capacidade de mobilizar a opinião pública.
Kamann	2007	Relacionou o poder e o nível de interesse para separar e classificar os diversos tipos de <i>stakeholders</i> . Procura-se os <i>Stakeholders chave</i> , os <i>stakeholders</i> a manter (informados ou satisfeitos) e os <i>stakeholders</i> onde o esforço de relacionamento é mínimo, pois possuem pouco poder e pouco interesse na empresa.
Walker, Bourne, & Rowlinson	2008	Os Stakeholders são indivíduos ou grupos que têm interesse ou algum aspecto de direitos ou propriedade no projeto e que podem contribuir ou ser afetados pelo trabalho ou pelos resultados do projeto.
Fassin	2009	Nova terminologia para diferenciar os Stakeholders. Stakeholders - atores reais que têm interesses concretos na organização, como funcionários, clientes, fornecedores. Stakeholders - não têm interesses direto na organização, mas protegem os interesses das partes reais como procuradores ou intermediários. Stakekeepers - entidades reguladoras independentes, que não tem interesse direto na empresa, mas tem influência e controle.
Sachs e Maurer	2009	Propuseram quatro categorias de <i>stakeholders</i> , diferenciadas de acordo com a posição dos mesmos no processo de criação de riqueza. Ambas as perspectivas gerenciais (prestadores de benefícios ou riscos) e as partes interessadas (receptores de benefícios ou portadores de risco) são incorporadas
Huemman, Weninger, Cardoso de Oliveira, Mendonça Barros Filho e Weitlaner.	2013	Considera-se como Stakeholder o pessoal do projeto, fornecedores, parceiros, comunidades, bem como perspectivas econômicas, sociais e ecológicas.

Fonte: Baseado em Mainardes et al. (2011); Cid (2019).

De acordo com Mainardes et al. (2011), entre as propostas de classificação de *stakeholders* citadas, a mais popular tem sido o modelo de Mitchell, Agle e Wood (1997). Denominado como *stakeholder salience*, tem sido o modelo de classificação mais utilizado na literatura. Outro conceito que tem sido muito utilizado na literatura é o de plataformas *multistakeholders*.

Os *stakeholders* de uma organização, são as partes interessadas que interferem no processo, em elementos essenciais e no planejamento estratégico (GIBSON, 2000).

As plataformas *multistakeholders* são órgãos de tomada de decisão, voluntário ou estatutário que abrange diferentes *stakeholders* que notam o mesmo problema de gerenciamento de recursos, percebem suas interdependências para resolvê-lo e se reúnem para desenvolver estratégias conjuntas para solucioná-lo (WARNER 2005, apud STEINS & EDWARDS, 1998). Para Chechin (2015) as

plataformas *multistakeholder* é uma forma de governança complexa, pois envolve a lógica de mercado e da sociedade civil.

Têm-se percebido que, as plataformas *multistakeholders*, em questões de governança corporativa, além dos interesses de curto prazo, outros interesses, como de funcionários, fornecedores, comunidade e meio ambiente devem ser levados em consideração para que a organização seja sustentável (WARNER, 2005).

4.3 ROUNDTABLE E O AGRONEGÓCIO

Uma *Roundtable*, ou mesa-redonda, é uma reunião onde as pessoas se encontram e conversam em condições de igualdade (WANG,2011).

Há *roundtables* em muitas cadeias do agronegócio. De acordo com Cid (2019), são 26 *roundtables* existentes no agronegócio mundial. O Quadro 4, elenca a cadeia de atuação e a (s) *roundtable* (s) correspondente (s):

Quadro 4 - *Roundtables* do agronegócio mundial

Cadeia de Atuação	Roundtables
Alimentos Processados	<i>Food Processing Industry Roundtable</i>
Algodão Orgânico	<i>Better Cotton Initiative</i> <i>Textile Exchange (Organic Cotton Round Table - OCRT)</i>
Apicultura	<i>Bee Health Roundtable (BHRT)</i>
Biomassa e Biomaterial	<i>Roundtable on Sustainable Biomaterials (RSB)</i>
Bioprodutos	<i>Industrial Bioproducts Value Chain Roundtable</i>
Cacau	<i>Roundtable for a sustainable cocoa economy</i> <i>World Cocoa Foundation</i>
Cana de Açúcar	<i>BONSUCRO</i>
Carne Bovina	<i>Beef Value Chain Roundtable (BVCRT)</i> <i>Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS)</i> <i>Global Roundtable for Sustainable Beef</i>
Carne Caprina	<i>Sheep Value Chain Roundtable</i>
Carne Suína	<i>Pork Value Chain Roundtable</i>
Culturas especiais	<i>Special Crops Value Chain Roundtable</i>
Grãos	<i>Grains Roundtable</i>
Horticultura	<i>Horticulture Value Chain Roundtable</i>
Indústria Avícola	<i>Poultry Sustainability Value Chain Roundtable</i>
Indústria Pulse	<i>Pulse Industry Roundtable</i>
Milho	<i>Iowa Corn Growers Association (ICGA)</i>
Óleo de Palma	<i>Roundtable on Sustainable Palm Oil</i>
Pescados	<i>Aquaculture Stewardship Council</i> <i>Seafood Value Chain Roundtable</i>
Produtos Orgânicos	<i>Organic Value Chain Roundtable</i>
Sementes	<i>Seed Sector Value Chain Roundtable</i>
Soja	<i>Roundtable on Responsible Soy Association- RTRS</i>

Fonte: Baseado em Cid (2019).

De acordo com Schouten e Glasbergen (2012) as *roundtables* do agronegócio surgiram como um novo modelo para governar os problemas de sustentabilidade das cadeias agrícolas, Garrett et al (2016) ressalta que as *roundtables* que oferecem programas de certificação são mecanismos de governança voluntários promissores para tratar de questões de sustentabilidade associadas às cadeias de suprimentos agrícolas internacionais. A certificação RTRS segundo os autores, oferecem maior proteção para a vegetação nativa do que as políticas existentes em todas as regiões onde são adotadas.

Os padrões globais de certificação de produção sustentável, como o RTRS, evoluíram com esforços de colaboração dos *stakeholders* da cadeia produtiva. Essas certificações contêm processos padronizados para produção de alimentos, resultando em uma boa qualidade e sustentabilidade ambiental. Estes padrões envolvem principalmente processos de auditoria e documentação com inspetores e auditores do local visitando o campo e registrando suas observações (SINGH et al, 2015).

Englund e Berndes (2014) afirmam que os padrões de certificação sustentáveis visam impedir uma série de consequências socioeconômicas e ambientais, como ameaças à biodiversidade. Estratégias específicas de conservação podem ser relevantes na agricultura. O RTRS é o único padrão de certificação de soja sustentável no mundo. De acordo com Orekeke e Stacewicz (2018) os *stakeholders* têm percebido que o RTRS está contribuindo positivamente para mitigar os impactos negativos da produção de *commodities*.

As certificações sustentáveis, de acordo com Elgert (2012) são uma característica cada vez mais importante de governança ambiental privatizada e baseada no mercado. Tomei et al (2010) evidencia que dois princípios da RTRS cobrem os possíveis impactos da produção de soja: responsabilidade ambiental (Princípio 4) e boas práticas agrícolas (Princípio 5).

Hospes (2014) aponta que outras formas de certificação, como exemplo, o Soja Plus, uma iniciativa governamental, surgiram inspirados nas certificações das *roundtables* privadas, o que é positivo para o objetivo final, a sustentabilidade nas cadeias produtivas.

4.3.1 Roundtable on Responsible Soy - História, Missão, Visão e Objetivos

O Fórum sobre Soja Responsável, realizado em Londres, no Reino Unido em 2004, foi o primeiro passo para que os *stakeholders* pudessem lidar com as preocupações relacionadas ao sistema de produção de soja existente no mundo. Em 2006, a Associação Internacional de Soja Responsável, *Roundtable on Responsible Soy* (RTRS) deu seus primeiros passos, ao lado da Comissão Organizadora original, composta por: Grupo Maggi, Cordaid, COOP, WWF, Fetrauf-Sul e Unilever. Em 2010 foi criado o primeiro Padrão de Produção de Soja Sustentável.

O Padrão de Produção de Soja sustentável da Associação Internacional de Soja Responsável, *Roundtable on Responsible Soy* (RTRS), é uma plataforma global *multi-stakeholder* que trabalha pela soja sustentável. As primeiras certificações foram em 2011, no Brasil, Argentina e Paraguai.

A soja com Certificação RTRS pode ser comercializada e/ou adquirida em dois formatos: Material físico ou na Forma de créditos. No primeiro caso, a venda ou aquisição do material implica a garantia de que a soja foi produzida e monitorada ao longo de toda a cadeia produtiva com os Requisitos do Padrão RTRS. Neste formato, o requisito rege que a rastreabilidade do produto seja garantida ao longo de toda a transação, o que requer a Certificação RTRS de Cadeia de Custódia.

Os créditos foram criados, pois, muitas empresas e organizações sociais têm interesse em contribuir com a iniciativa. De acordo com a *Roundtable*, à taxa de um crédito por tonelada de soja responsável, os produtores podem decidir vender toda ou parte de sua produção sob este formato, por meio de uma plataforma específica, intitulada “Plataforma de Comercialização da RTRS”.

Os créditos *da Roundtable on Responsible Soy* podem também ser adquiridos por meio da abordagem de créditos regionais, com o objetivo de incentivar a produção de soja em nível local. De acordo com a RTRS, essa abordagem contribui para a produção sustentável dos agricultores regionais, o que fomenta a produção sustentável do grão. Outro incentivo dos Créditos Regionais é a contribuição tangível para boas práticas agrícolas, conservação e preservação ambiental nos países onde a soja é produzida. Essa forma de crédito estabelece uma conexão entre os *stakeholders* de oferta e demanda, o que promove relações sustentáveis (RTRS, 2020).

A RTRS tem como visão “promover que a soja atual e futura seja produzida de maneira sustentável para diminuir os impactos sociais e ambientais, mantendo ou melhorando o nível econômico para o produtor através de: O desenvolvimento, a implementação e a verificação de um padrão global e o compromisso dos *stakeholders* envolvidos na cadeia de soja”.

Tem como visão, que a soja contribua ao atendimento das necessidades sociais, ambientais e econômicas da geração atual, sem comprometer os recursos e o bem-estar das gerações futuras e permitindo a construção de um mundo melhor através do consenso e da ação conjunta. Seus objetivos são: 1) facilitar o diálogo global sobre a soja economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta; 2) obter consenso entre as principais partes interessadas e os atores ligados à indústria da soja; 3) servir como um fórum para desenvolver e incentivar um padrão de sustentabilidade para a produção, processamento e comercialização e uso da soja; 4) funcionar como um fórum reconhecido internacionalmente para o monitoramento da produção global da soja em

termos de sustentabilidade e 5) Mobilizar diversos setores interessados em participar do processo de associação (RTRS, 2016).

4.3.2 Requisitos para a certificação

O padrão RTRS segue cinco princípios, que são requisitos para certificar a produção: 1) Cumprimento da legislação e boas práticas empresarias; 2) Condições de trabalho responsáveis; 3) Relações responsáveis com a comunidade; 4) Responsabilidade ambiental e 5) Boas práticas agrícolas (RTRS,2014).

O primeiro princípio aborda que toda a legislação nacional e local aplicável na produção deve ser conhecida e cumprida. Os direitos de uso de terra devem ser claramente definidos e demonstráveis.

O segundo princípio tange condições de trabalho responsáveis. Neste, o trabalho infantil, forçado, discriminação e assédio não ocorrem e não recebem apoio. Os trabalhadores e arrendatários devem ser devidamente informados e treinados para suas tarefas e cientes de seus direitos e deveres. O local de trabalho deve ser seguro e saudável a todos os trabalhadores. Deve-se assegurar a todos a liberdade de associação e direito à negociação coletiva. A remuneração deve ser no mínimo, igual ao valor previsto em legislação nacional e em acordos setoriais no ano vigente. Aplica-se tanto aos funcionários diretos quanto a trabalhadores fornecidos por terceiros, trabalhadores migrantes, sazonais e demais trabalhadores contratados (RTRS, 2014).

O terceiro princípio do Padrão de Certificação da RTRS prevê que a relação da empresa a ser certificada com a comunidade deve ser responsável. Neste princípio, considera-se essencial que os canais de comunicação e diálogo com a comunidade local sobre temas relacionados às atividades da fazenda produtora de soja e seus impactos. Adicionalmente, em áreas com usuários tradicionais das terras, os usos conflitantes de terra devem ser evitados ou resolvidos. Em caso de disputa relativa aos direitos de uso de terra, entre a comunidade e usuários tradicionais, é realizada uma avaliação abrangente, participativa e documentada aos direitos da comunidade.

A avaliação dos direitos da comunidade deve buscar: 1) A identificação dos direitos e usos individuais e coletivos das comunidades locais e usuários tradicionais das terras; 2) A identificação, se houver, do uso de recursos hídricos. 3) Identificação dos locais e as condições paisagísticas necessárias para garantir o cumprimento desses direitos. 4) A identificação dos locais e/ou questões onde há conflitos entre os direitos de propriedade e os direitos de uso tradicional da terra e de serviços ecossistêmicos. 5) Resolver conflitos no uso de terra e/ou chegar a um acordo quanto à proposta de compensação. O padrão prevê casos em que houver decisões transitadas em julgado, quanto ao uso conflitante de terras. Neste caso, os termos da decisão serão respeitados (RTRS, 2017). Ademais, um

mecanismo de reclamações e queixas deve ser implantado e as oportunidades de emprego devem ser justas, independentemente de sexo ou raça (RTRS,2014).

O quarto princípio, responsabilidade ambiental, inclui: os impactos sociais e ambientais dentro e fora do local de trabalho devem ser avaliados e medidas adequadas devem ser tomadas para que haja minimização e mitigação de quaisquer impactos negativos; é necessário esforços para que haja redução das emissões e aumentar sequestros de gases do efeito estufa (GEE) na fazenda; a expansão do cultivo deve ser responsável; a biodiversidade da fazenda deve ser mantida e resguardada por meio de preservação da vegetação nativa (RTRS,2014).

As boas práticas agrícolas englobam diversos fatores. A qualidade e a oferta de águas superficiais e subterrâneas devem ser mantidas ou melhoradas. Quanto às áreas de vegetação natural em volta de nascentes e ao longo de cursos naturais de água, devem ser mantidas ou restabelecidas. Em relação ao solo, a qualidade deve ser mantida ou melhorada e a erosão evitada por meio de boas práticas de manejo. Os impactos negativos de produtos fitossanitários sobre o meio ambiente e a saúde devem ser reduzidos pela aplicação de técnicas sistemáticas e reconhecidas de Manejo de Culturas (MIC). (RTRS,2014).

O uso de agroquímicos aplicados deve ser responsável, documentado e monitorado desde o armazenamento, manuseio, coleta e descarte de resíduos químicos e embalagens vazias para garantir a conformidade com as boas práticas. O uso de agentes de controle biológico deve ser documentado, monitorado e controlado de acordo com as leis nacionais e protocolos científicos aceitos internacionalmente. Deve haver medidas sistemáticas planejadas e implementadas para monitorar, controlar e minimizar a proliferação de novas pragas e espécies invasoras introduzidas. Ainda, medidas adequadas devem ser implementadas para evitar a deriva de agroquímicos para áreas vizinhas (RTRS,2014).

4.3.3 Tipos de processo de Certificação RTRS

A *Roundtable on Responsible Soy* é o único padrão de certificação socioambiental específico para a cadeia produtiva de soja e é dividida em dois tipos: 1) produção de Soja Sustentável e 2) com aplicação à cadeia de custódia, em que são descritos os requisitos relativos ao controle de soja certificada RTRS, produtos e derivados e a modalidade soja crédito é certificada. (RTRS, 2014)

Há três tipos de processos de Certificação RTRS em nível de Produção: certificação local individual, multi-site ou grupal. A certificação local individual abrange uma única fazenda e é emitido um certificado referente a este local específico. Para as empresas que possuem ou administram diversas fazendas e desejam obter um único certificado, foi criada a Certificação multi-site. Neste

tipo de certificação, todas as fazendas de uma mesma e única titularidade e sujeitas aos mesmos sistemas de gestão e controle podem receber um único certificado. A certificação grupal é destinada á proprietários e/ou gestores rurais que desejem dividir o custo da certificação. Desta forma, deve-se formar um grupo e enviar uma solicitação à RTRS para obter um certificado que abranja todos. Uma boa opção para pequenos produtores (RTRS, 2014).

A comercialização da soja certificada pela RTRS como material físico, só pode ocorrer se o produtor do grão e toda a cadeia produtiva forem certificados de acordo com o padrão da cadeia de custódia (RTRS, 2014).

4.3.4 Passo a passo da Certificação

A RTRS não emite certificação. São os auditores dos órgãos independentes de certificação que auditam a produção de soja e a cadeia de custódia durante o processo de Certificação RTRS. A RTRS define os procedimentos e requisitos que tais órgãos devem seguir nas auditorias. Os órgãos de responsáveis pela certificação são: Bureau Veritas; Canadian Seed Institute; Control Union; Cotecna; Foodchain ID Certification; Genesis Certificações; LSQA e SGS. (RTRS, 2020).

De acordo com a RTRS, a certificação tem validade por anos e baseia-se no padrão RTRS de produção de soja. A figura 2, ilustra o processo para a certificação.

Figura 2- Processo de Certificação RTRS



Fonte: RTRS (2014).

A *Roundtable on Responsible Soy* dispõe de alguns órgãos de acreditação (OA), responsáveis pelo reconhecimento de órgãos de certificação (OC), a fim de oferecer avaliações de emissão de certificação e conformidade referentes a qualquer Padrão da RTRS. Em 2020, os órgãos de acreditação vigentes são: OAA- Organismo Argentino de Acreditação; INMETRO- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia e OUA- Organismo Uruguaio de acreditação (RTRS, 2020).

O primeiro passo para o produtor obter a certificação RTRS, é entrar em contato com um órgão de Certificação reconhecido pela RTRS para realizar uma avaliação principal de conformidade. Após, pode-se realizar uma pré-auditoria, mas não é obrigatório. É semelhante à avaliação principal de conformidade, para saber o que precisa ser tratado e melhorado, mas sem consulta aos *stakeholders* (RTRS,2014).

No terceiro passo, a consulta pública, o órgão de certificação pública informações sobre a auditoria a ser realizada, com 15 dias de antecedência. Na auditoria (Passo 4), o órgão de certificação verifica se os produtores se encontram em conformidade com as exigências estabelecidas nas normas aplicáveis e determina a conformidade ou não de cada indicador. Inclui-se as áreas de potencial risco social e ambiental e a avaliação dos sistemas e procedimentos de gestão e sua eficácia. No quinto passo, o órgão de certificação prepara um relatório de observação e avaliação. Após finalizados esse passo-a-passo, é emitido o certificado RTRS, válido por 5 anos. No entanto, são necessárias auditorias anuais subsequentes (RTRS, 2014).

4.3.5 Relatórios Anuais Produtores com Certificação RTRS

De acordo com a RTRS (2018), anualmente, todos os membros participantes da *Roundtable on Responsible Soy Association*, organizações que integram os setores indústria, comércio e finanças; produtores e sociedade civil, devem apresentar um relatório anual de progresso, de caráter obrigatório de acordo com o estabelecido no artigo 75 do estatuto da RTRS.

É por meio destes relatórios que os membros participantes da RTRS informam suas atividades e experiências com relação aos princípios e critérios da RTRS, o cumprimento dos objetivos da associação e a promoção da produção, processamento, comercialização e consumo de soja responsável. Todos os relatórios são publicados no website da *Roundtable* (RTRS, 2018).

4.3.6 Produtores Soja RTRS

A RTRS tem atualmente produtores certificados em 6 países, sendo eles: Argentina, Brasil, China, Índia, Paraguai e Uruguai. (RTRS, 2020). O quadro 5, elenca os países e as organizações produtores em cada país.

Quadro 5 - Produtores de Soja com Certificação RTRS no Mundo

País	Produtores Certificados
Argentina	Aceitera General Deheza S.A. Adeco Agropecuaria S.A. Administracion Enrique Duhau S.A.A.G. Agricola Magdalena S.R.L. Agriland Investments S.A.

Continua...

	<p> Agroalás S.R.L. Antoine Jean Marie Dechamps Caldenes S.A. Cia. Agroindustrial La Oriental S.A. Cusillos S.R.L. Don Osvaldo S.A. Don Pío S.R.L. El Progreso de Rawson S.A. Espartina S.A. Ferbuel S.A. Ferias del Norte S.A.C.I.A. Francisco Sellart S.A. Garmat S.A. Kiñewen S.A. La Providencia Agrícola Ganadera S.R.L. Labracero S.R.L. Los Grobo Agropecuaria S.A. Magnano Pablo Fabian Monte Ovejero S.C.A. Nogalnotte S.A. ORLY S.A.C.I.F. Planisferio S.A. Proinvest S.A. Rafael Alfredo Peralta Rodriguez San Felix S.A. San Jose del Oeste S.A. Suri Yaco S.R.L. Tecnocampo Zubiaurre S.A. </p>
Brasil	<p> Alianca da Terra Gestora - Grupo IV Amaggi Commodities Amaggi Commodities EU RED Amaggi EU RED 2 Bom Jesus Agropecuária Cerquality Consultoria em Sustentabilidade e Certificacao LTDA Grupo I Clube Amigos da Terra – CAT Sorriso II Cresol - Estrada de Ferro FAPCEN Fazendas Bartira GGF Guerino Ferrarin e Outros Fazenda Nossa Senhora Aparecida O Telhar Agropecuária LTDA Saag Comercial Exportadora Ltda SLC Agricola </p>
China	Sinograin
Índia	Mahaveer Udhyog
Paraguai	<p> Agrosoy S.A. Cataratas do Iguacu Produtos Orgânicos Ltda___Gebana Paraguai CYTASA Desarrollo Agrícola del Paraguay S.A. </p>

Continua...

	Paraguay Agricultural Corporation S.A.
Uruguai	Pradoten S.A.

Fonte: RTRS, 2020.

No Brasil, há produtores de soja com a Certificação RTRS em quatro das cinco regiões do país: Centro-Oeste, Norte, Nordeste e Sudeste. Sendo a região com mais volume de produtores, o Centro-Oeste, conforme quadro 6.

Quadro 6 - Produtores de soja RTRS por regiões do Brasil

Regiões	Produtores
Centro-Oeste	Aliança da Terra Gestora - Grupo IV Amaggi Commodities Amaggi Commodities EU RED Amaggi EU RED 2 Bom Jesus Agropecuária Clube Amigos da Terra – CAT Sorriso II Cresol - Estrada de Ferro Fazendas Bartira GGF Guerino Ferrarin e Outros Fazenda Nossa Senhora Aparecida O Telhar Agropecuária LTDA Saag Comercial Exportadora Ltda SLC Agrícola
Nordeste	Cerquality Consultoria em Sustentabilidade e Certificação LTDA Grupo I FAPCEN Fazendas Bartira SLC Agrícola
Sudeste	Fazendas Bartira Saag Comercial Exportadora Ltda

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados encontrados.

4.3.7 Fazendas com a Certificação RTRS no Centro-Oeste Brasileiro

O Centro-oeste brasileiro é formado pelos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e pelo Distrito Federal. De acordo com a Embrapa (2019), a região Centro-Oeste é a principal produtora de soja do Brasil. Elenca-se a seguir as propriedades rurais com produção certificada pela RTRS, seus respectivos estados e Biomas em que estão localizados, apresentados no quadro 7.

Quadro 7- Certificação RTRS no Centro-Oeste

PROPRIEDADE RURAL	ESTADO	BIOMA
Faz. Nova Esperança	MT	Amazônia
Faz. Santa Ignês	MT	Amazônia
Faz. Rincão Florido	MT	Cerrado

Continua...

Faz. Vendaval	MT	Amazônia
Faz. Poranga	MT	Cerrado
Fazendas Reunidas De São Roberto	MT	Amazônia
Faz. São Francisco Do Sul	MT	Cerrado
Faz. Rancho Alegre	MT	Cerrado
Fazenda Fabiane Ii	MT	Cerrado
Faz. Riograndense	MT	Cerrado
Fazenda Pomba Branca	MT	Cerrado
Fazenda Horizontina	MT	Amazônia
Fazenda Santa Lúcia	MT	Cerrado
Fazenda Tanguro	MT	Amazônia
Fazenda Itamarati	MT	Cerrado
Fazs. Saudades / Paixão / Masutti	MT	Cerrado
Fazenda Matão	MT	Cerrado
Nossa Senhora Aparecida	MT	Cerrado
Fazs.Santa Amélia Curitiba	MT	Cerrado
Fazenda Estrela	MT	Cerrado
Fazenda Pirâmide	MT	Cerrado
Fazenda São Carlos	MT	Cerrado
Fazenda Porta Do Céu	MT	Cerrado
Fazenda Cristina (Santa Maria)	MT	Cerrado
Fazenda Flexa De Ouro	MT	Cerrado
Fazenda Flexa De Ouro II	MT	Amazônia
Fazenda Santa Maria	MT	Cerrado
Fazenda Paraíso	MT	Cerrado
Fazenda Canário E Rodeio	MT	Cerrado
Fazenda Globo	MT	Cerrado
Fazenda Lajeada	MT	Cerrado
Fazenda Santa Rosa Do Paraná	MT	Amazônia
Aricá	MT	Cerrado
Cereal Ouro	MT	Cerrado
Fortaleza Do Guaporé NI	MT	Amazônia
Grupo Comil I E II	MT	Cerrado
Grupo Comil Iii	MT	Cerrado
Letícia II	MT	Cerrado
Três Marcos	MT	Cerrado
Tucano I E II / Ponte De Pedra	MT	Amazônia
Fazenda Planalto	MS	Cerrado
Faz. Pamplona	GO	Cerrado
Faz. Paiaguas	MT	Amazônia
Faz. Planorte	MT	Cerrado
Bandeirantes	GO	Cerrado
Boa Esperança	GO	Cerrado

Continua...

Boa Vista	GO	Cerrado
Bom Jardim	GO	Cerrado
Bom Jardim (Dorotheia)	GO	Cerrado
Bom Jardim (Marcelo)	GO	Cerrado
Brasilanda	GO	Cerrado
Cachoeirinha (BHS)	GO	Cerrado
Cana Verde	GO	Cerrado
Cereal Ouro 1	GO	Cerrado
Cereal Ouro 2	GO	Cerrado
Fortaleza	GO	Cerrado
Fortaleza (Cereal)	GO	Cerrado
Lage – Retiro	GO	Cerrado
Mata Do Lobo	GO	Cerrado
Mauá	GO	Cerrado
Monte Alegre	GO	Cerrado
Monte Alegre Pindaíbas	GO	Cerrado
Monte Alegre/Barra Grande	GO	Cerrado
Pai Manoel	GO	Cerrado
Paraíso Do Rio Preto	GO	Cerrado
Santo Antônio/Paraíso Rio Preto	GO	Cerrado
Santa Mônica	GO	Cerrado
Santa Rita	GO	errado
São Francisco	GO	Cerrado
São João	GO	Cerrado
São José	GO	Cerrado
São Sebastião	GO	Cerrado
São Tomaz (Silvio)	GO	Cerrado
Speggiorini	GO	Cerrado
Torre	GO	Cerrado
Tropical	GO	Cerrado
Vargem Grande	GO	Cerrado
Vargem Grande/Planalto Verde	GO	Cerrado
Fazenda Orquídeas	MT	Cerrado
Fazenda Lagoa Encantada	MT	Cerrado
Faz. Alvorada	GO	Caatinga
Faz Matão	GO	Cerrado
Faz Cachoeira	GO	Cerrado
Faz Morro Alto	GO	Cerrado
Faz Areias De Baixo	GO	Cerrado
Faz Morro Alto	GO	Cerrado
Faz Taquaral E Cuiabanos	GO	Cerrado
Engenho Velho	GO	Cerrado
Rio Dos Bois	GO	Cerrado

Continua...

Fazenda Mucambo	GO	Cerrado
Fazenda Rio Do Peixe	GO	Cerrado
Fazenda Ponte Alta	GO	Cerrado
Fazenda Boa Esperança	GO	Cerrado
Fazenda Engenho Velho	GO	Cerrado
Fazenda Santa Rita	GO	Cerrado
Fazenda Taquaral De Cima	MT	Cerrado
Faz. Sta Maria Da Amazonia	MT	Cerrado
Faz. São Felipe	MT	Amazônia
Faz. São Marcos	MT	Cerrado
Faz. Jaborandi	MT	Cerrado
Faz. Berrante De Ouro	MT	Amazônia
Faz. Videirense	MT	Amazônia
Faz. Cella	MT	Cerrado
Faz. Santana	MT	Amazônia
Faz. Pluma	MT	Cerrado
Faz. Pedra	MT	Amazônia
Fazenda Alegria	MT	Cerrado
Faz. Nossa Senhora Da Salete	MT	Cerrado
Faz. Santo Antonio	MT	Amazônia
Fazenda Gamada	MT	Amazônia
Fazenda Lampião Pinhal	MT	Amazônia
Fazenda Morena	MT	Cerrado
Centro Da Mata	MT	Cerrado
Fazenda Criciuma	MT	Cerrado
Fazenda Rodeio	MT	Cerrado
Fazenda Sta Ernestina	MT	Cerrado
Fazenda Leopoldina	MT	Cerrado
Fazenda Pirapitinga	MS	Cerrado
Fazenda San Jorge	MT	Cerrado
Fazenda San Antônio	MT	Amazônia
Fazenda Horizontina Norte	MT	Cerrado
Fazenda Izabela	MT	Cerrado
Fazenda Independência	MT	Cerrado
Fazenda Rio Bonito	MT	Cerrado
Fazenda Pirapó	MT	Cerrado
Fazenda Primavera	GO	Cerrado
Nossa Senhora Aparecida	MT	Cerrado
Fazenda Mirandópolis	MT	Cerrado
Fazenda Pau Da Onça	MT	Cerrado
Agroana	MT	Cerrado
América	MT	Amazônia
Boa Vista	MT	Cerrado

Continua...

Conquista	MT	Amazônia
Diamantino	MT	Amazônia
Fênix	MT	Amazônia
Jp	MT	Cerrado
Nossa Srª Da Carmo	MT	Cerrado
Potrich	MT	Cerrado
Pressi	MT	Amazônia
Rio Branco	MT	Amazônia
Santa Carmen	MT	Amazônia
Santa Helena	MT	Cerrado
São José	MT	Amazônia

Fonte: RTRS (2020).

Conforme apresentado no quadro 7, a maior parte das propriedades com certificação RTRS em sua produção estão localizadas na região Centro-Oeste, região escolhida para a análise deste estudo.

4.3.8 Membros da *Roundtable on Responsible Soy* no Brasil

A RTRS é uma iniciativa aberta e voluntária composta de diversos *stakeholders* da cadeia global da soja que tem como objetivo que o setor da soja tenha melhoras na sustentabilidade ambiental, social e econômica. Portanto, aberta a quem se interessar a ser membro da *Roundtable*. (RTRS, 2009).

Em 2021, a RTRS é composta por mais de 170 membros de 27 países distintos, que unidos apoiam a promoção do crescimento da produção, comércio e uso da soja responsável. A figura 3 ilustra os membros da comunidade RTRS, onde estão elencadas as logomarcas de todas as empresas que fazem parte da *roundtable*.

Figura 3- Membros da RTRS



Fonte: RTRS (2021).

Para tornar-se membro é necessário preencher um formulário disponibilizado no site oficial da RTRS com seus dados, descrição da organização, missão, visão e objetivos com a cadeia produtiva de soja, bem como os motivos pelos quais deseja aderir à RTRS. (RTRS,2021)

Os membros são divididos em dois grupos: Membros Participantes e Membros observadores. Os membros participantes são divididos em três grupos constitutivos: Produtores, Indústria e Comércio. Os membros participantes são representados igualmente na estrutura de governança da RTRS e todos têm direito de voto em Assembleias gerais da RTRS. (RTRS, 2021)

Os membros observadores tratam-se de outras organizações e indivíduos que não se enquadram em nenhum dos grupos constitutivos, mas que concordam com os objetivos da RTRS. São exemplos de Membros observadores as agências reguladoras, órgãos do governo. Acadêmicos e grandes doadores. Estes membros não possuem direito ao voto em Assembleias gerais da RTRS (RTRS, 2021).

4.4 Integração entre as abordagens teóricas

Neste subcapítulo é apresentada a integração entre as abordagens teóricas e como elas interagem para atender ao objetivo central desta pesquisa, que é o de analisar se a *roundtable on responsible soy* influencia a sustentabilidade na produção de soja no Centro-Oeste brasileiro.

A abordagem de abordagem de certificações socioambientais do agronegócio combinada com a sustentabilidade na produção de soja associadas à teoria de *stakeholders* e *roundtable* e o agronegócio, fazem parte do constructo teórico desta pesquisa, para a análise da sustentabilidade da produção de soja influenciada pela *roundtable on responsible soy*.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente tópico tem como objetivo apresentar a modalidade, os métodos e as técnicas a serem utilizadas na pesquisa.

Para delinear a problemática deste estudo, considerou-se a escassez de estudos relacionados à aplicação da certificação RTRS. A escolha da Região Centro-oeste brasileira como a localidade a ser estudada, justificou-se por ser a região ser com maior produção de soja no país e o local com maior número de propriedades rurais com a Certificação RTRS.

5.2 CLASSIFICAÇÃO E DELINEAMENTO DA PESQUISA

Como estratégia de pesquisa, esta se classifica como Estudo de casos Múltiplos, uma vez que, de acordo com Yin (2001) esta estratégia objetiva uma explicação geral que sirva para todos os casos particularmente, embora possa variar em seus detalhes. Cresweel (2010)), define estudo de caso como o processo em que o pesquisador explora em profundidade um programa, um fato, uma atividade, um processo ou uma ou mais pessoas, com o objetivo de coletar dados e informações detalhadas.

Yin (2001, p.32), define a estratégia de Estudo de Caso como “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Para que alcançar os objetivos pretendidos, foi utilizada a modalidade de pesquisa qualitativa. Para Creswell (2010), uma pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano. Segundo Richardson et al. (2012), este tipo de análise tem por base conhecimentos teóricos e empíricos que permitem atribuir-lhe cientificidade. Richardson (2012) ressalta que a abordagem qualitativa se justifica, sobretudo, por ser uma forma adequada de entender a natureza de um fenômeno social.

O processo investigativo caracterizou-se como exploratório e descritivo, uma vez que, de acordo com Gil (2007), uma pesquisa exploratória tem a finalidade de ampliar o conhecimento a respeito de um determinado fenômeno. A definição do caráter exploratório se fundamenta na escassez de estudos na literatura brasileira e estrangeira acerca da aplicação da Certificação RTRS. Para Vergara (2000), uma pesquisa descritiva é aquela que evidencia características de determinada população ou fenômeno, define correlações entre variáveis e estabelece sua natureza.

Outrossim, caracteriza-se como descritiva, pois a pesquisa descreveu a aplicação da certificação RTRS em propriedades rurais produtoras de soja com Certificação RTRS no Centro-Oeste brasileiro, bem como descreveu as ações sustentáveis desenvolvidas pelas propriedades rurais.

Para Marconi e Lakatos (2003), uma pesquisa exploratória e descritiva tem por objetivo descrever determinado fenômeno. Ainda de acordo com as autoras, “dá-se precedência ao caráter representativo sistemático e, em consequência, os procedimentos de amostragem são flexíveis.” (MARCONI; LAKATOS, p. 188, 2003)

O objeto da pesquisa foram propriedades rurais do Centro-oeste, localizadas no estado de Goiás. Para a escolha das propriedades rurais estudadas, foi utilizada a amostragem não probabilística por conveniência. Como propõem Sweeney, Williams e Anderson (2013), os elementos são incluídos na amostra sem probabilidades pré-especificadas de seleção. De acordo com os autores, a amostra por conveniência tem a vantagem a realização da coleta de dados ser mais facilmente concluída (SWEENEY; WILLIAMS; ANDERSON, 2013).

Para a razão pelo qual seleciona-se uma amostra, dá-se em realizar a coleta de dados com a finalidade de responder uma questão de pesquisa a respeito de determinada população (SWEENEY, WILLIAMS; ANDERSON, 2013).

5.2 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Para atender o propósito deste estudo, houve a coleta de dados primária e secundária. Os procedimentos para coleta de dados secundários se deram inicialmente, pela pesquisa bibliográfica, no qual os autores foram referenciados ao longo do corpo textual do documento. Além disso, na coleta de dados em fontes secundárias foi realizado o levantamento de dados disponíveis em páginas eletrônicas das organizações apontadas na pesquisa.

Foram coletados dados do relatório de auditoria de certificação das propriedades rurais estudadas, com o intuito de analisar o processo de certificação passo-a-passo. Yin (2001) estabelece que para estudos de caso, o uso de documentos se faz importante para a corroboração de valorização de evidências oriundas de outras fontes. Ademais, são úteis para verificar grafias e outros dados mencionados de forma incorreta em outra fonte de informação coletada.

Na segunda etapa, a coleta de dados primários foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas. Para Easterby-Smith, Thorpe e Lowe (2004), entrevistas desse tipo são mais apropriadas quando o objetivo é desenvolver um entendimento das circunstâncias em que está inserido o respondente.

Foram entrevistados um *stakeholder* de três propriedades rurais produtora de soja, a fim de compreender de que forma a certificação RTRS supre as demandas dos *stakeholders* em ter uma produção mais sustentável. A empresa Tecnosol Consultoria Rural, localizada em Orizona – GO foi responsável por direcionar o contato da pesquisadora com os produtores rurais da região que possuem a certificação RTRS.

As questões do roteiro buscaram: identificar a motivação dos stakeholders em participar da RTRS; Questionar que ações sustentáveis exigidas ou não pela certificação RTRS são realizadas na propriedade rural e aclarar detalhadamente de que forma deu-se o processo de certificação em cada propriedade rural.

5.2.1 O relatório de resumo público do programa de certificação RTRS

Para descrever como foi o processo de Certificação das fazendas estudadas, foi utilizado o Relatório de Resumo Público do Programa de Certificação RTRS do Grupo de produtores CRESOL-Estrada de Ferro. Este relatório trata-se de um documento publicado pela certificadora Foodchain ID Certificadora que descreve o passo-a-passo do processo de auditoria para a certificação.

O Relatório de auditoria contém informações valiosas para este trabalho. São relatados neste documento todas as etapas do processo de auditoria. O documento é dividido em partes. Na primeira etapa, são descritos os dados gerais do processo: O organismo de certificação, Organização certificada, Tipo de certificação e as datas das avaliações sequenciais.

A segunda parte do documento descreve o passo-a-passo do processo de auditoria. Este relatório serve de apoio ao objetivo geral deste trabalho, entender como foi o processo da certificação RTRS das fazendas estudadas.

5.2 ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Os roteiros de entrevistas foram construídos embasados no referencial teórico deste estudo, conforme apêndices I e II. O propósito foi o de auxiliar a resolução do problema de pesquisa: De que maneira a Certificação RTRS influencia a sustentabilidade na produção de soja na Região Centro-Oeste?

As questões foram organizadas em cinco blocos, cada bloco baseado em uma teoria. Os Blocos I-Perfil do Stakeholder entrevistado e II- Perfil de Propriedade Rural e III, foram elaborados a partir da Teoria dos *Stakeholders*; O Bloco III- Sustentabilidade foi construído por meio das abordagens de Sustentabilidade; Os Blocos IV e V foram elaborados baseados no aporte teórico de *Roundtable* e Cadeia Produtiva.

O roteiro de entrevista foi composto por 29 questões, separadas por temas baseados no Referencial teórico. As análises das questões deram suporte para o cumprimento dos objetivos deste estudo.

5.2.3 As propriedades rurais entrevistadas com certificação da RTRS

As propriedades rurais estudadas fazem parte do Grupo de Produtores CRESOL- Estrada de Ferro. O tipo de Certificação das fazendas é a Certificação Grupal. Essa modalidade é destinada a proprietários e/ou gestores rurais que desejem dividir o custo da certificação. Fazem parte da certificação 15 fazendas, sendo elas: Fazenda Matão, Fazenda Cachoeira, Fazenda Morro Alto, Fazenda Areias de Baixo, Fazenda Morro Alto, Fazenda Taquaral e Cuiabanos, Fazenda Taquaral de Cima, Fazenda Engenho Velho, Fazenda Rios dos Bois, Fazenda Mucambo, Fazenda Rio do Peixe, Fazenda Ponte Alta, Fazenda Boa Esperança, Fazenda Engenho Velho e Fazenda Santa Rita.

Na pesquisa, foram entrevistadas três propriedades rurais de produção de soja que possuem a certificação RTRS. Elas são denominadas: Fazenda Santa Rita, Fazenda Areias de Baixo e Fazenda Taquaral de Cima. Todas elas estão situadas em território rural pertencente à cidade de Orizona, no estado de Goiás e localizadas na BR GO-330, uma região também conhecida como região da “Estrada de Ferro”. A região caracteriza-se predominante como cerrado, com solos férteis e terrenos planos.

Os *stakeholders* entrevistados neste estudo obtiveram a certificação por meio da Tecnosol Consultoria Rural em Orizona-GO. A Fazenda Santa Rita possui 800 hectares de área total, a Fazenda Areias de Baixo possui o total de 1.646,6 hectares e a Fazenda Taquaral de Cima possui 103 hectares de área total. Essas informações são apresentadas no Quadro 8.

Quadro 8- As propriedades rurais certificadas pela RTRS entrevistadas

Propriedade	Cidade - Estado	Localização	Área
Fazenda Santa Rita	Orizona - GO	BR GO-330	800 hectares
Fazenda Areias de Baixo	Orizona - GO	BR GO-331	1.646,6 hectares
Fazenda Taquaral de Cima	Orizona - GO	BR GO-332	103 hectares

Fonte: Dados da pesquisa.

A aliança da Terra é uma Organização não governamental que desenvolve projetos para auxiliar na proteção do meio ambiente conciliado com a produção agrícola e agropecuária. A organização apoia produtores rurais a certificarem suas produções com certificações sustentáveis, incluindo a certificação RTRS.

Esta ONG atua como membro da *Roundtable on Responsible Soy* desde sua implantação no Brasil, em 2009. Um *stakeholder* da Aliança da Terra foi entrevistado objetivando compreender os motivos que influenciam a ONG a apoiar e incentivar os produtores a obter a Certificação RTRS.

5.4 AS ENTREVISTAS REALIZADAS

As entrevistas foram realizadas no formato a distância, com apoio de Tecnologias de Informação e Telecomunicações (TICs), como softwares que permitam a comunicação pela internet por meio de conexões de voz, conforme conveniência, devido a questões locais.

A primeira entrevista foi realizada no dia 19 de junho de 2021 às 15:30h, horário de Brasília, com o proprietário da Fazenda Santa Rita. A entrevista teve duração de 25 minutos. A segunda entrevista ocorreu com o proprietário da Fazenda Areias de Baixo no dia 21 de junho de 2021 às 19:55h, com 22 minutos de duração. A última entrevista ocorreu no dia 22 de junho de 2021 às 15:20h, com o proprietário da Fazenda Taquaral de Cima, com duração de 47 minutos.

Todas as entrevistas com os produtores rurais ocorreram por chamada de voz via *WhatsApp* devido a facilidade que essa forma de comunicação promoveu aos entrevistados. Como são propriedades rurais, a conexão com a internet é inferior e sofre com muitas oscilações de sinal. As chamadas foram gravadas com o auxílio de um aplicativo de gravação denominado *Vidma Recorder Lite*.

A entrevista com o *stakeholder* da Organização não governamental Aliança da Terra ocorreu por meio do aplicativo de voz e vídeo google *Meet*. Foi realizada no dia 21 de janeiro de 2021 às 09h, com duração de 48 minutos. A entrevista foi gravada por meio do próprio aplicativo.

Após as entrevistas, as gravações auxiliaram no processo de transcrição dos áudios. As transcrições possibilitaram sua posterior análise de forma organizada. O Quadro 9 reúne as informações apresentadas nesta seção.

Quadro 9 - Dados das três entrevistas realizadas nas propriedades rurais em ordem cronológica

Data da Entrevista	Horário	Propriedade Rural/ONG	Instrumento de Coleta	Duração da Entrevista
21/01/2021	09h	ONG Aliança da Terra	Chamada de voz e video (via google <i>meet</i>)	48 min
19/06/2021	15:30h	Fazenda Santa Rita	Chamada de voz (via <i>WhatsApp</i>)	25min
21/06/2021	19:55h	Fazenda Areias de Baixo	Chamada de voz (via <i>WhatsApp</i>)	22min
22/06/2021	15:20h	Fazenda Taquaral de Cima	Chamada de voz (via <i>WhatsApp</i>)	47min

Fonte: Dados da pesquisa.

Com o propósito de preservar a identidade dos entrevistados, e contribuir na escrita dos resultados da pesquisa de forma mais clara, foram atribuídos códigos a cada um dos respondentes, conforme a ordem das entrevistas. O primeiro respondente, foi denominado de R1, o segundo de R2 e o terceiro de R3, os quais correspondem às propriedades Fazenda Santa Rita, Fazenda Areias de Baixo e Fazenda Taquaral de Cima, e O1 *stakeholder* entrevistado da organização não governamental Aliança da Terra.

Quadro 10 - Identificação dos *stakeholders* entrevistados

Identificação do Entrevistado	Gênero	Propriedade	Função na propriedade
R1	Masculino	Fazenda Santa Rita	Proprietário
R2	Masculino	Fazenda Areias de Baixo	Proprietário
R3	Masculino	Fazenda Taquaral de Cima	Proprietário
O1	Feminino	Aliança da Terra	Gerente de Operações

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme apresentado no quadro 10, cada entrevistado corresponde à um código e cada propriedade rural que representa. Além disso, três dos quatro entrevistados são do gênero masculino e proprietários das fazendas, um entrevistado é de sexo feminino e realiza função de gerente de operações.

5.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

Para análise de dados adotada foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo e Análise Documental. Para Bardin, a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas das telecomunicações. Bardin (2016) define Análise Documental como sendo: “Uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo em um documento sob uma forma diferente do original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referência”.

Após as transcrições das entrevistas, os dados coletados foram descritos e analisados, quanto ao conteúdo, previamente definidos para a realização da investigação e validação de inferências. Bardin (2016), elenca a Inferência como uma característica da Análise de conteúdo qualitativa.

De acordo com Carlomagno e Rocha (2016) há cinco regras que orientam a etapa de criação e classificação de categorias de análise de conteúdo, sendo elas: 1) Critérios de Inclusão e Exclusão de Categorias; 2) As categorias precisam ser mutuamente excludentes; 3) Conteúdo pouco amplo e homogêneo entre si; 4) As categorias devem contemplar todos os conteúdos possíveis e o outro precisa ser residual. 5) A classificação deve ser objetiva, não passível de ser codificada de forma diferente a depender da interpretação do pesquisador. As questões serão apuradas após tabulação no *Software Excel*, onde categorias de palavras-chave e sinônimos serão dispostas, conforme o Quadro 11, para análise de conteúdo.

Quadro 11 - Categorias e palavras-chave para análise de conteúdo

Abordagem Teórica	Principais Autor (es)	Categorias	Palavras- Chave	Objetivo
Sustentabilidade na produção de soja	Bacha, santos e Schaun, (2010);	Impactos Ambientais Impactos Sociais Soluções Tecnologia	Soja Sustentabilidade Agroquímicos; Agrotóxicos; Emprego; Renda; Governança ambiental; <i>Gap</i> Desmatamento Desperdício Consumo Água GEE Política Leis	Verificar as ações sustentáveis realizadas pelas propriedades rurais de soja RTRS no Centro Oeste;
<i>Stakeholders</i>	Freeman (1984); Clarkson (1995); Mitchell, Agle e Wood	Percepção Primário Secundário	Demanda Interesses Cargo Função Influência Organização	Identificar a motivação dos <i>stakeholders</i> a participar da RTRS

Continua...

	(1997)			
<i>Roundtable</i>	RTRS (2014) Wang (2011)	Multistakeholders Iniciativas	Gestão Certificação Padronização Impactos Responsabilidade ambiental	Descrever o processo de certificação orientado pela RTRS das Continua... rurais estudadas em cada propriedade rural a ser estudada;

Fonte: Elaborado pela autora com base no referencial teórico e revisão sistematizada realizada na pesquisa.

O quadro 11 elenca as abordagens teóricas, principais autores e palavras-chaves utilizadas para embasar a análise de dados de cada objetivo específico desta pesquisa.

5.7 MATRIZ DE AMARRAÇÃO

Conforme sugere Mazzon (1981), o Quadro 12 trata-se de uma matriz de amarração, um instrumento de análise que objetiva explicitar a aderência entre o modelo de pesquisa, objetivos, técnicas de coleta e análise de dados.

Quadro 12- Matriz de amarração da pesquisa

Problema de Pesquisa	Referencial Teórico	Objetivos Geral e Específicos	Metodologia
De que maneira a Certificação RTRS influencia a sustentabilidade na produção de soja ?	Sustentabilidade na produção de soja	Objetivo Geral: Analisar de que forma a <i>Roundtable on Responsible soy</i> influencia a sustentabilidade na produção de soja no Centro-Oeste Brasileiro.	Qualitativo Estudo de casos múltiplos
	<i>Stakeholders</i>	1) Identificar a motivação dos <i>stakeholders</i> a participar da RTRS;	Entrevistas Análise de Conteúdo
	<i>Roundtable</i>	2) Verificar as ações sustentáveis realizadas pelas propriedades rurais de soja RTRS no Centro Oeste;	Coleta de dados documentais Entrevistas Análise Documental Análise de Conteúdo
		3) Descrever o processo de certificação orientado pela RTRS das propriedades rurais estudadas;	Análise Documental Análise de Conteúdo

Fonte: Elaborado pela autora.

No presente trabalho, a teoria de sustentabilidade no agronegócio está ligada com as teorias de certificações sustentáveis, *stakeholders* e *roundtable*. O objetivo da pesquisa de analisar de que maneira a *roundtable on responsible soy* influencia a sustentabilidade na região Centro-Oeste estão conectados com os objetivos específicos da pesquisa. Para isso, foi utilizado análise de conteúdo e documental.

6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Serão apresentados nesta seção os resultados obtidos a partir das análises dos dados primários e secundários coletados. Os dados primários referem-se às entrevistas realizadas por meio dos Roteiros de Entrevistas (apêndices I e II), com os *stakeholders* que fazem parte da *Roundtable on Responsible Soy*. Os dados Secundários referem-se à análise do Relatório de Resumo Público-Programa de Certificação RTRS: Grupo de Produtores CRESOL- Estrada de Ferro (anexo I), e fontes coletadas em páginas eletrônicas das propriedades rurais e organizações.

O primeiro objetivo trata-se de identificar o que motivou os *stakeholders* a participarem da *Roundtable on Responsible Soy*. A discussão acerca deste assunto está discorrida nos itens: Motivações para a certificação da RTRS sob a ótica dos stakeholders entrevistados e em: As vantagens em obter a certificação RTRS percebidas pelos entrevistados.

O segundo objetivo é verificar as ações sustentáveis realizadas pelos stakeholders entrevistados que participam da RTRS. Esta discussão é apresentada no item: As propriedades rurais certificadas e suas ações sustentáveis.

O terceiro objetivo consiste em descrever como foi o processo de Certificação orientado pela RTRS das propriedades rurais estudadas. A discussão referente a este objetivo está no item: Descrição do processo de certificação orientado pela RTRS nas propriedades rurais entrevistadas e O passo-a-passo do processo de certificação descrito.

Reunindo-se as informações dos objetivos específicos, a pesquisa tem como propósito alcançar o objetivo geral que trata-se de compreender de que forma a de que forma a *Roundtable on Responsible soy* influencia a sustentabilidade na produção de soja no Centro-Oeste Brasileiro.

6.1 CARACTERÍSTICAS DOS *STAKEHOLDERS*

Os participantes da coleta de dados fazem parte da *Roundtable on Responsible Soy*, já identificados anteriormente como *stakeholders*. Os *Stakeholders* de uma organização, são as partes interessadas que interferem no processo, em elementos essenciais e no planejamento estratégico (GIBSON, 2000). Este item objetiva descrever o perfil dos *stakeholders* entrevistados e entender qual seu papel na organização em que faz parte. Os *stakeholders* participam da *Roundtable on Responsible Soy* (RTRS) de diferentes formas. Os entrevistados R1, R2, e R3 participam da *Roundtable* por meio da certificação RTRS, portanto, são produtores rurais de soja que têm a certificação em sua produção. A entrevistada O1 representando a ONG Aliança da Terra, participa da *Roundtable* como membro,

ou seja, ela não tem certificação, no entanto apoia a soja responsável e influencia produtores rurais a obter a certificação.

Para compreender o papel de cada *stakeholder* na organização em que participa, foram questionados quanto ao o que cada um desempenha, quais são as suas atribuições. O *stakeholder* R1, destacou ser o proprietário da Fazenda Santa Rita. Quando questionado sobre quais funções desempenha na propriedade rural, informou que além de proprietário é o gerente da fazenda, gerencia os funcionários que trabalham na lavoura, e é responsável pelo pós-colheita, sendo assim, realiza o transporte dos grãos de soja até empresas de armazenagem e realiza as vendas. Mencionou desempenhar estas funções há muito tempo.

O *stakeholder* R2 informou ser o proprietário da Fazenda Areias de Baixo. De acordo com o respondente, também é responsável pelo gerenciamento da propriedade. Inteirou que está nesta função há aproximadamente 25 anos, influenciado pela produção familiar.

O respondente R3 é proprietário da Fazenda Taquaral de Cima. O entrevistado mencionou desempenhar diversas funções em sua propriedade. Realiza desde o levantamento dos recursos para a plantação até a venda e desempenha estas funções há aproximadamente 6 anos. A *stakeholder* O1 é gerente de Operações da ONG aliança da Terra. De acordo com a respondente, a Aliança da Terra atua preparando as propriedades a estarem aptas a receber a certificação RTRS. Esclareceu que visitam as propriedades e avaliam o *check-list* da RTRS, de acordo com seus critérios e princípios dentro das propriedades, identificar todos os pontos não-conformes e orientar os proprietários para que se adequem no que há necessidade para que quando auditadas por uma certificadora reconhecida pela RTRS consigam obter a certificação RTRS.

6.2 SUSTENTABILIDADE NA PRODUÇÃO DE SOJA SOB A ÓTICA DOS *STAKEHOLDERS*

Este item tem como propósito entender quais as motivações dos *stakeholders* nesta temática de sustentabilidade na produção de soja, sobretudo, quais suas percepções quanto à implementação da certificação RTRS. Serão descritas as ações sustentáveis que as propriedades rurais certificadas realizam e de que forma elas contribuem para o desenvolvimento da cadeia de soja responsável em sua região. A análise engloba as ações sustentáveis exigidas pelo Padrão RTRS descritas no relatório de auditoria e as respostas do Bloco III do roteiro de entrevistas, no qual os respondentes expuseram as ações sustentáveis que realizam em suas propriedades rurais e que não são exigidas pela RTRS, mas influenciadas por ela.

6.2.1 Motivações para a certificação da RTRS sob a ótica dos *stakeholders* entrevistados

Para compreender porque os *stakeholders* aderiram ao padrão RTRS em suas produções, foi indagado aos respondentes o que os motivaram a certificar com o Padrão RTRS. Nesta etapa, foram identificados pontos-chave para a decisão de certificar.

Quando indagado quanto à sua motivação em obter a certificação RTRS, o entrevistado R1 declarou que sua principal motivação foi para obter orientação para se adequar às leis ambientais e trabalhistas. O *stakeholder* declarou que as adequações necessárias exigidas pelo Padrão de certificação exigidos o auxiliou a se adequar nas leis. Esta preocupação exposta pelo respondente 1 em se adequar às leis valida o que expõe Schouten e Glasbergen (2012), que as *Roundtables* do agronegócios são um novo modelo para governar problemas de sustentabilidade nas cadeias agrícolas.

O entrevistado R2, relatou acreditar que em um futuro próximo todas as propriedades terão que se adequar à padrões sustentáveis de produção. Outro ponto relatado pelo *stakeholder* é que a certificação agrega valor ao seu produto e que com a produção certificada a exportação futura de sua soja terá mais facilidade de ocorrer.

O entrevistado R3, expôs sua principal motivação em certificar em sua preocupação com o meio-ambiente, preservar as matas e animais silvestres que vivem em torno e dependem delas para sobreviver. Outra questão é que, o *stakeholder* acredita que para conseguir exportar futuramente, será necessário ter a produção certificada. Outro ponto relatado foi a preocupação em se enquadrar nas leis ambientais e trabalhistas enquanto sua produção não é maior, para já estar dentro quando sua produção aumentar.

A respondente O1 relatou que o que motivou a ONG Aliança da Terra a apoiar o produtor rural a obter esta certificação é inicialmente ajudá-los a sentir-se seguros com sua produção, para terem certeza que irão produzir respeitando as leis ambientais e trabalhistas, sobretudo, preservando o meio ambiente.

Outro ponto destacado pela O1 é que a venda de soja certificada RTRS, na modalidade de crédito pode ser vantajosa aos produtores à longo prazo, pois há empresas engajadas em fortalecer a Cadeia de Soja Responsável e compram esses créditos. De acordo com a respondente, há empresas que já possuem metas anuais de compra de crédito.

Figura 3 - Motivações elencadas pelos *stakeholders* em obter a certificação RTRS



Fonte: Dados da pesquisa.

A partir do exposto pelos respondentes é percebido que sob a ótica dos *stakeholders*, a participação na Roundtable *on Responsible Soy* e certificar com o seu padrão pode agregar valor ao seu produto, tanto por ter um selo sustentável em sua produção quanto por acreditarem que um produto com certificação responsável é visto de forma positiva pelos seus clientes. Outro ponto sob a ótica dos *stakeholders* é a preocupação em exportação, por acreditarem que em um futuro próximo, somente sojas certificadas poderão ser exportadas.

Os respondentes demonstraram preocupação em se enquadrar nas leis ambientais e trabalhistas e com questões ambientais e de preservação. Essas motivações corroboram com Orekeke e Stacewicz (2018) que expõe que os *stakeholders* têm percebido que o RTRS está contribuindo positivamente para mitigar os impactos negativos da produção de *commodities*

6.2.2 As vantagens em obter a certificação RTRS percebidas pelos entrevistados

Quando questionados sobre as vantagens percebidas após a certificação os entrevistados destacaram pontos importantes. O *stakeholder* R1 argumentou como vantagem em obter a certificação RTRS o fato de ter a plena certeza que sua fazenda está de acordo com as leis ambientais e trabalhistas, desta forma respeitando as pessoas e preservando o meio ambiente.

Quando questionado sobre as vantagens percebidas, o respondente R2 destacou que por ter nascido em ambiente rural, fica muito satisfeito em produzir em uma área que esteja totalmente dentro do padrão exigido, com reserva legal e diversidade de árvores e animais preservados.

O entrevistado R3 destacou vantagem financeira ao aderir o padrão, consegue vender por um valor a mais do que a soja convencional cada saca de soja certificada. De acordo com o *stakeholder*, após a implementação da certificação RTRS em sua produção, a propriedade começou a fazer o descarte correto de óleo usado pelos maquinários e embalagens de defensivos agrícolas.

Após listarem as vantagens percebidas foi indagado aos respondentes sobre desvantagens e dificuldades para implementar a certificação. Os *stakeholders* R1 e R3 relataram que não houve desvantagens e dificuldades percebidas. O entrevistado R2 relatou que considera como uma desvantagem, o custo para adequar a propriedade aos Padrões e requisitos da RTRS, mas que em contrapartida é satisfatório estar adequado às leis trabalhistas.

6.2.4 As propriedades rurais certificadas e suas ações sustentáveis

Neste item, os *stakeholders* foram questionados quanto às ações que realizam para minimizar impactos socioambientais no uso de água, no solo e no uso de defensivos agrícolas em sua produção.

Para minimizar impactos na água em sua produção os *stakeholders* listaram algumas ações realizadas. Dentre as propriedades, apenas a Fazenda Santa Rita possui irrigação de pivô, com licença de outorga, de acordo com o *stakeholder* R1. Os entrevistados R2 e R3 argumentaram não utilizar irrigação em suas lavouras, que a plantação é justamente feita em épocas de chuva por conta disto. Adicionalmente informou que sua propriedade é rodeada de nascentes de rios, e para evitar que entre enxurradas nas nascentes, os funcionários da sua propriedade constroem contenções para evitar que entre terra nas nascentes.

Os respondentes R1, R2 e R3 relataram fazer uso do plantio direto para evitar impactos negativos no solo. A rotação de culturas foi outro ponto destacado pelos respondentes. Outro ponto consenso entre os produtores é a construção de contenções para evitar erosões no solo. Estas Ações corroboram com Gazzoni (2013) que elenca a técnica do plantio direto como a responsável pela redução significativa de erosão do solo, mantém a umidade e aumenta o teor da matéria orgânica fixa e reduz as emissões de GEE.

O uso de defensivos agrícolas é algo muito importante e discutido na literatura. Os respondentes R2 e R3 revelaram adotar defensivos 100% biológicos como alternativa ao uso de defensivos agrícolas químicos, que diminuem significativamente os impactos no meio-ambiente. O Entrevistado R1 relatou que em sua propriedade é realizado o manejo integrado de pragas e que para isso, por meio de um consultor, a utilização de defensivos em sua propriedade é realizada de forma reduzida. Gazzoni (2013) descreve o manejo integrado de pragas como uma forma de usar os defensivos agrícolas de maneira reduzida. O entrevistado ainda, informou que todo o uso de

agroquímicos em sua propriedade é documentado o que está de acordo com os princípios da Roundtable, uma vez que de acordo com a RTRS o uso de agroquímicos deve ser documentado e de acordo com a legislação vigente e a qualidade do solo deve ser mantida ou melhorada por meio de técnicas específicas (RTRS, 2017).

O uso de defensivos biológicos não é exigido pelo padrão de certificação RTRS. *stakeholders* R1 e R3 fazem uso deste tipo de defensivo agrícola, essa ação destaca-se como uma ação sustentável voluntária pelos stakeholders. Além disso, o *stakeholder* R1 relatou que planta anualmente em sua propriedade em entre cinquenta e sessenta árvores. O *stakeholder* R2 declarou não realizar ações sustentáveis adicionais ao exigido pelo padrão.

Quadro 1 - Ações para minimizar impactos na produção de soja elencadas pelos *stakeholders*

AÇÕES PARA MINIMIZAR IMPACTOS		
Uso de Defensivos agrícolas	Solo	Uso de Água
<ul style="list-style-type: none"> • Uso de defensivos biológicos como alternativa ao uso de defensivos convencionais. • Manejo integrado de pragas 	<ul style="list-style-type: none"> • Plantio direto • Rotação de Culturas • Contenções para evitar erosões. 	<ul style="list-style-type: none"> • Plantio em época de chuva para não utilizar irrigação • Construção de contenção para preservar nascentes.

Fonte: Dados da pesquisa

Diante do exposto, pode-se enumerar como ações para minimizar impactos no uso de defensivos agrícolas o uso de defensivos biológicos como alternativa ao uso de defensivos convencionais e o manejo integrado de pragas. A partir do exposto pelos respondentes, pode-se enumerar como ações para minimizar impactos no solo o plantio direto, a rotação de culturas e contenções para evitar erosões. E quanto às ações para minimizar impactos no uso de água, pode-se enumerar o plantio somente em época de chuvas e construção de contenções para preservar nascentes próximas às propriedades rurais.

6.2.5 Percepções dos *stakeholders* quanto a Certificação RTRS

Neste tópico buscou-se verificar as percepções dos *stakeholders* quanto à Certificação RTRS a partir de 7 questões do roteiro de entrevistas por meio de escala *likert* conforme quadro 13. Englund e Berndes (2014) afirmam que os padrões de certificação sustentáveis visam impedir uma série de consequências socioeconômicas e ambientais, como ameaças à biodiversidade. Diante disto, busca-

se verificar qual a opinião dos *stakeholders* quanto à certificação como uma ferramenta de gestão ambiental.

Quando questionados se a Certificação RTRS contribui para a diminuição dos impactos socioambientais, os *stakeholders* R1, R2 e R3 responderam concordar totalmente. Isso corrobora com Orekeke e Stacewicz (2018) que expõe que os *stakeholders* têm percebido que o RTRS está contribuindo positivamente para mitigar os impactos negativos da produção de *commodities*.

Englund e Berndes (2014) em seus estudos identificaram que os padrões de certificação sustentáveis visam impedir uma série de consequências socioeconômicas e ambientais, como ameaças à biodiversidade. Com isso, buscou-se verificar a opinião dos *stakeholders* entrevistados se eles consideram que a Certificação RTRS é uma ferramenta eficiente para a sustentabilidade ambiental. Os *stakeholders* R1, R2 e R3 afirmaram concordar totalmente.

Quadro 2 - Percepções dos *stakeholders* quanto à Certificação RTRS

	R1	R2	R3
A Certificação RTRS contribui para a diminuição de impactos socioambientais.	Concordo totalmente	Concordo totalmente	Concordo totalmente
A Certificação RTRS é uma ferramenta de gestão eficiente para a Sustentabilidade ambiental.	Concordo totalmente	Concordo totalmente	Concordo totalmente
Considero que o padrão de Certificação RTRS minimiza os impactos do solo na produção de soja da propriedade rural	Concordo totalmente	Concordo totalmente	Concordo totalmente
Considero que o padrão de Certificação RTRS minimiza os impactos do uso de água na produção de soja da propriedade rural	Discordo totalmente	Concordo parcialmente	Concordo parcialmente
Considero que o padrão de Certificação RTRS motiva a empregar pessoas da comunidade local	Discordo totalmente	Discordo totalmente	Discordo totalmente
Considero que a Certificação RTRS é o principal motivo para a propriedade rural realizar ações sustentáveis na produção.	Concordo parcialmente	Discordo totalmente	Concordo totalmente
Considero que a Certificação RTRS contribui para a Sustentabilidade ambiental da Região Centro-Oeste	Concordo totalmente	Concordo totalmente	Não concordo nem discordo

Fonte: Dados da pesquisa.

Quando questionados se consideram que o padrão RTRS de certificação minimiza os impactos do solo na produção de soja na propriedade rural, os *stakeholders* R1, R2 e R3 responderam concordar totalmente. Igualmente, foram questionados se consideram que o padrão RTRS minimiza os impactos

no uso de água na produção de soja da propriedade rural. O respondente R1 expôs discordar totalmente. O *stakeholder* R2 respondeu concordar parcialmente. O *stakeholder* R3 respondeu concordar parcialmente.

Os *stakeholders* foram questionados se consideram que o Padrão de Certificação RTRS motiva a empregar pessoas da comunidade local. Os respondentes R1, R2 e R3 argumentaram discordar totalmente. Esta questão foi elaborada de acordo com o princípio da RTRS em Ter condições de trabalho responsáveis. O *stakeholder* R1 afirmou discordar totalmente desta afirmação porque de qualquer maneira é melhor para ele empregar pessoas da própria localidade por questões de transporte. Semelhantemente, os *stakeholders* R2 e R3 expuseram que sempre empregaram pessoas da comunidade local, independente da certificação.

O próximo questionamento foi se os respondentes consideram que a RTRS é o principal motivo para a propriedade rural realizar ações sustentáveis. O respondente R1 afirmou concordar totalmente. O respondente R2 afirmou discordar totalmente, salientou que anteriormente à certificação, sua propriedade já realizava ações sustentáveis e para auditoria teve que apenas adequar algumas coisas. O respondente R3 afirmou não concordar nem discordar.

O último questionamento desta etapa foi se os *stakeholders* consideram que a Certificação RTRS contribui para a sustentabilidade ambiental da região Centro-oeste. Os respondentes R1 e R2 responderam concordar totalmente. O *stakeholder* R2 respondeu não concordar nem discordar.

As opiniões expostas pelos *stakeholders* neste item foram muito valiosas para este trabalho, pois as percepções sob a ótica dos respondentes quanto aos benefícios que a Certificação RTRS oferece para a minimização dos impactos socioambientais da região Centro-oeste foram explanadas. Diante disto, pôde-se concluir que a certificação RTRS reflete positivamente nas ações das propriedades para uma produção responsável, mas não é o principal motivo para a propriedade realizar ações sustentáveis em sua produção.

6.3 DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO ORIENTADO PELA RTRS NAS PROPRIEDADES RURAIS ENTREVISTADAS

Os entrevistados R1, R2 e R3 fazem parte do mesmo grupo de certificação, o Grupo de Produtores CRESOL- Estrada de Ferro. Esta seção objetiva descrever como foi o processo de certificação influenciado pela *Roundtable on Responsible Soy* e quais as percepções dos *stakeholders* entrevistados neste processo.

Os respondentes R1, R2 e R3 relataram que foram apresentados à *Roundtable on Responsible soy* (RTRS) pela Tecnosol, uma empresa de consultoria rural em Orizona-GO, região onde estão

localizadas suas propriedades. Após serem apresentados às vantagens de certificar sua produção de acordo com os Padrões da Certificação orientada pela RTRS, eles demonstraram interesse em obter a certificação.

Este é o início do processo de certificação. A Tecnosol tem um gerente que é o Gestor do Grupo da Certificação, que contacta a certificadora para agendar o processo de auditoria do Grupo CRESOL- Estrada de Ferro.

6.3.1 O passo a passo do processo de certificação descrito pelos *stakeholders* entrevistados

Para que o Grupo iniciasse o processo de certificação, o primeiro passo foi realizar uma solicitação de auditoria para a certificadora. O gestor do grupo CRESOL-Estrada de Ferro, encaminhou à Certificadora *FoodChain ID* Certificação, órgão reconhecido pela *Roundtable on Responsible Soy*, onde então iniciou-se o processo de certificação.

O segundo passo do processo de certificação é a realização de uma pré-auditoria, no entanto, esta não é obrigatória, e no caso do Grupo CRESOL-estrada de Ferro, não houve. Para dar prosseguimento ao processo de Certificação, o terceiro passo é a realização de uma consulta pública à comunidade da região onde estão localizadas as propriedades rurais que desejam obter a certificação RTRS. A *Roundtable on Responsible Soy* considera como *stakeholders* toda as pessoas da comunidade possam ter interesse ou serem afetados com este processo. A consulta pública foi realizada 15 dias antes da auditoria. Diversos *stakeholders* da comunidade de Orizona-GO e região foram contatados por meio telefônico, envio de cartas e/ou e-mails onde foram explicados em detalhes o objetivo da consulta. Foram contatados:

- Escola Família Agrícola de Orizona - EFAORI;
- União Brasiliense de Educação e Cultura – UBEC;
- Cooperativa de Produtores COAPRO;
- Cooperativa Agropecuária Industrial COCARI;
- Araguaia Produtos Agropecuários;
- Prefeitura Municipal de Orizona;
- Prefeitura Municipal de Silvânia;
- Rádio Orizona;
- Rádio Vida Silvânia;
- Rádio Rio Vermelho;
- Sindicato Rural de Orizona;

- Sindicato Rural de Silvânia;
- Sindicato Trabalhadores Rurais de Orizona;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Silvânia/GO e Vianópolis/GO;
- Jornal Terra Goiana;
- Diário de BonFim;
- Adubos Silvânia.

De acordo com o Relatório de Resumo Público da Cresol, nem todas as partes interessadas retornaram o contato. Não houve reclamações das partes interessadas. As informações relevantes colhidas na consulta pública são elencadas no relatório. Dentre as informações as que apresentam alguma relevância são:

- As fazendas participam da Festa do Agricultor do município, onde angariam fundos para instituições de caridade. Alguns proprietários das fazendas são membros do Sindicato da Escola Família Agrícola de Orizona-EFAORI e empregam profissionais egressos da escola e disponibilizam a fazenda para aulas práticas. O proprietário da fazenda Taquaral e Cuiabanos também já disponibilizou suas áreas para realização de aulas práticas, de acordo com relato da EFAORI;
- A Cooperativa de Produtores – COAPRO, relatou que os proprietários das fazendas Cachoeira, Morro Alto, Nossa Senhora Aparecida e Areias de Baixo são bastante atuantes na região; O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Orizona relatou que os proprietários das fazendas Cachoeira, Areias, Morro Alto, Nossa Senhora Aparecida e Areias de Baixo são bem aceitos na sociedade. Não conhece as demais fazendas por isso não tem nada a relatar.
- A Cooperativa Agropecuária Industrial – COCARI relatou que os proprietários das fazendas Rio dos Bois, Retiro, Mucambo, Boa Esperança e Engenho Velho são bons clientes, sem comentários negativos a fazer. Não conhece os demais proprietários. A Rádio Rio Vermelho relatou que o proprietário da fazenda Engenho Velho, é atuante na cidade, participativo, aberto a novas tecnologias, faz doações às igrejas e à comunidade; os proprietários das fazendas Rio dos Bois, Ponte Alta, bem como da fazenda Engenho Velho, são pessoas engajadas e atuantes na comunidade local.

O retorno da comunidade foi bastante relevante para que a certificadora pudesse verificar que as propriedades rurais sob a ótica destes *stakeholders* não apresentam riscos ambientais e sociais para a região. Isto contribuiu positivamente para que a certificação fosse emitida.

O quarto passo da certificação é a Auditoria nas propriedades rurais, que objetiva verificar o desempenho do gestor do Grupo em relação aos requisitos exigidos pelo Padrão RTRS de certificação grupal e Multi-site V3. O desempenho do grupo com relação aos critérios da Interpretação nacional brasileira do padrão de produção de soja responsável. O quadro 14 resume os requisitos e desempenho do gestor do grupo em relação aos requisitos exigidos pelo padrão RTRS de certificação grupal.

Quadro 3 - Requisitos e desempenho do Gestor do grupo em relação aos requisitos exigidos pelo Padrão RTRS de Certificação Grupal

REQUISITO	RESUMO DE DESEMPENHO
<p>1. Procedimento de gestão grupal e Multi-site</p>	<p>É apresentado no Manual de gestão do Grupo o compromisso da Cresol com os requisitos do padrão RTRS, a descrição da estrutura da organização, as responsabilidades, normas de admissão, retirada e suspensão de membros, regras para não-conformidades, procedimentos de reclamação e gerenciamento de informações do grupo. É relatado que a Cresol capacita os membros por meio de palestras e treinamentos realizados por meio de parcerias com a Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária (EMBRAPA) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).</p>
<p>2. Consentimento informado dos membros do grupo</p>	<p>Os membros podem assinar o termo de adesão somente após assinarem o termo de adesão e terem pleno conhecimento do que será necessário para obter a certificação. A assinatura do Termo de Adesão e compromisso assinados pelos <i>stakeholders</i> formaliza a adesão ao Programa de Certificação de Soja Padrão RTRS-Cresol Estrada de Ferro.</p>
<p>3. Controle e monitoramento do cumprimento dos membros</p>	<p>Por meio de assessoria externa, foram realizadas pré-auditorias e auditorias de admissão em todos os membros do grupo.</p>
<p>4. Manutenção dos Registros</p>	<p>Há um documento com controle físico e eletrônico com todas as propriedades rurais e dados sob a guarda da Cresol,</p>
<p>5. Cadeia de Custódia</p>	<p>São reunidas documentações descrevendo as obrigações dos membros em uma pasta que é entregue para cada membro do grupo. A assinatura do Termo de Adesão e compromisso assinados pelos <i>stakeholders</i> formaliza a adesão ao Programa de Certificação de Soja Padrão RTRS-Cresol Estrada de Ferro.</p>

Fonte: RTRS (2019).

O relatório de auditoria descreve o desempenho do grupo em relação aos princípios e critérios da Interpretação Nacional brasileira do Padrão de Produção de Soja Responsável. Cada princípio possui critérios específicos de conformidade, sendo um total de 5 princípios, sendo eles: 1)

Cumprimento da Legislação e Boas práticas empresariais; 2) Condições de trabalho responsável; 3) Responsabilidade Ambiental 5) Boas práticas agrícolas.

A Auditoria foi realizada entre os dias 08 a 12 de maio de dois mil e dezessete a auditoria nas propriedades pela *FoodChain ID* Certificação. De acordo com o Relatório público de auditoria, a auditoria seguiu a seguinte metodologia de acordo com os Requisitos da RTRS:

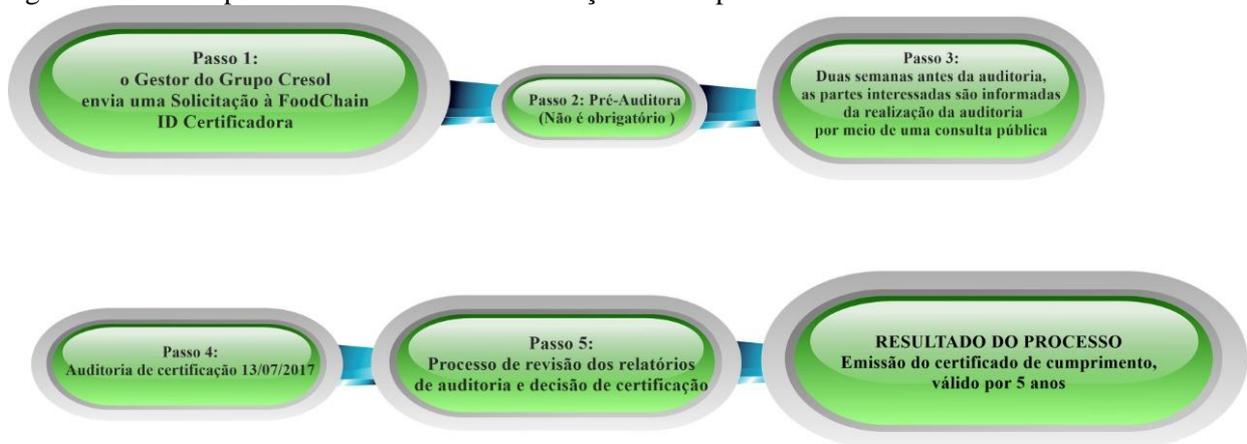
- Determinação de homens-dias (HD): estabeleceu-se 1 HD para avaliação de cada fazenda, devido ao gestor do grupo classificar os membros do grupo como de baixo risco e não ter recebido reclamações da comunidade na consulta pública.
- Amostragem dos locais: 04 fazendas foram auditadas de acordo com os critérios da RTRS e da *FoodChain ID* Certificação.
- Entrevistas: um dos métodos para coleta de dados foram entrevistas com os *stakeholders* diretamente envolvidos e afetados pela operação agrícola, como forma de avaliação de questões relacionadas à direitos humanos e trabalhistas. Das 04 fazendas auditadas, apenas duas têm funcionários, um total de 27 trabalhadores. Foram realizadas 08 entrevistas com trabalhadores de diferentes funções agrícolas.

A certificadora verificou se os produtores se encontram em conformidade com as exigências estabelecidas nas Normas aplicáveis e determina a conformidade ou não de cada indicador. Inclui-se as áreas de potencial risco social e ambiental e a avaliação dos sistemas e procedimentos de gestão e sua eficácia

O quinto passo trata-se da revisão dos relatórios de auditoria e resultado do processo. Quanto à Conformidade com Padrão RTRS de Produção foi constatado pelos auditores que o Grupo Cresol cumpre com todos os indicadores de conformidade imediata do Padrão de Produção. No tocante Conformidade com os requisitos do Padrão de Certificação Grupal, foi relatado que o Grupo Cresol cumpre com todos os requisitos aplicáveis do Padrão de Certificação Grupal.

Como resultado do processo de certificação, foi concedido ao grupo Cresol-Estrada de Ferro a certificação de conformidade com a Interpretação Nacional Brasileira do Padrão RTRS para Produção de Soja Responsável V2.0 de 14 de novembro de 2013 e Padrão RTRS para Produção de Soja Responsável V3.0, de 02 de junho de 2016.

Figura 4 - Passo-a-passo do Processo de Certificação do Grupo CRESOL-Estrada de Ferro



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados coletados.

A partir da análise de como é realizado o processo de certificação RTRS, pôde-se perceber que há uma série de princípios e critérios a seguir para obter a certificação RTRS, com isso, assegura-se que seja uma ferramenta eficiente de melhoria nos aspectos socioambientais da produção de soja, visto que, os auditores credenciados devem assegurar que as políticas, processos e documentações se alinhem aos da *Roundtable on responsible soy*. Isto corrobora com o afirmam os estudos de Singh et al (2015), de que as certificações sustentáveis contêm processos padronizados que garantem uma boa qualidade ao produto e sustentabilidade ambiental.

Reunindo-se os resultados dos objetivos específicos deste trabalho, lembrados aqui: Identificar a motivação dos *stakeholders* a participar da RTRS; Verificar as ações sustentáveis realizadas pelas propriedades rurais de soja RTRS no Centro Oeste; Descrever o processo de certificação orientado pela RTRS das propriedades rurais estudadas objetivando responder o objetivo geral de analisar de que forma a RTRS influencia a sustentabilidade na produção de soja RTRS no Centro-oeste brasileiro.

Foi identificado que a *roundtable* influencia a sustentabilidade na produção RTRS por meio da certificação RTRS. Isso foi concluído após análise de como é realizada a implementação da certificação. Para que ela ocorra, a propriedade precisa se adequar aos princípios e critérios que a *roundtable* propõe, todos eles voltados para responsabilidade ambiental e social, conforme descrito na abordagem teórica desta pesquisa.

Outro ponto identificado é que após a implementação da certificação os *stakeholders* são motivados a realizar ações sustentáveis em suas propriedades, além do exigido pela certificação.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como propósito compreender de que forma a *Roundtable on Responsible soy* influencia a sustentabilidade na produção de soja no Centro-Oeste Brasileiro. Para isso foi realizado um estudo multicase com *stakeholders* que participam da *roundtable* por meio da certificação RTRS, sendo um *stakeholder* da fazenda Santa Rita, um *stakeholder* da fazenda Areias de Baixo e um *stakeholder* da fazenda Taquaral de Cima, localizadas em Orizona-Goiás e como membro, um *stakeholder* da ONG Aliança da Terra que apoia e orienta o produtor rural a obter a certificação.

O primeiro objetivo desta pesquisa foi de identificar o que motivou os *stakeholders* a participarem da RTRS. Como resultados da pesquisa foi identificado que as principais motivações em obter a certificação RTRS pelos entrevistados são: Agregar valor ao produto, preocupações com exportação, adequar-se às leis ambientais e trabalhistas e preservação do meio ambiente.

Para compreender sob a ótica dos *stakeholders* porque certificar com o Padrão RTRS, eles foram questionados quais as vantagens percebidas ao obter a certificação. Outro resultado identificado foram as vantagens percebidas em obter a certificação RTRS: estar de acordo com as leis ambientais e trabalhistas, vantagens financeiras, satisfação. Em vista do exposto, pode-se constatar que os *stakeholders* preocupam-se com o meio ambiente, as pessoas, e também para a gestão de suas propriedades, preocupam-se com questões financeiras e pessoais, como exposto, a satisfação em estar com sua produção certificada.

O segundo objetivo desta pesquisa foi o de verificar as ações sustentáveis realizadas pelas propriedades rurais de soja RTRS no Centro-Oeste; considerando quais ações são realizadas para diminuir impactos no uso de defensivos agrícolas, no solo e no uso de água. Como ação para minimizar impactos no uso de defensivos agrícolas, foi constatado que dois dos três *stakeholders* utilizam defensivos biológicos em sua produção e um *stakeholder* utiliza o manejo integrado de pragas.

Como ação para minimizar os impactos no solo foram identificadas as seguintes ações: plantio direto e rotação de culturas. Estas ações impedem a degradação do solo e erosões. Para minimizar impactos no uso de água, foi identificado que duas das três propriedades não possuem irrigação, plantam somente em épocas de chuvas outra ação é a construção de contenções para preservar nascentes em torno das propriedades.

O terceiro objetivo da pesquisa foi o de descrever o processo de certificação orientado pela RTRS das propriedades rurais estudadas. O propósito foi o de compreender como é o processo de certificação, qual o passo a passo e a participação dos *stakeholders* neste processo. Como resultado, foi identificado que para se obter a certificação as propriedades precisam cumprir uma série de princípios e critérios propostos pela *Roundtable on Responsible Soy*, e desta maneira, as propriedades garantem responsabilidade socioambiental, promovendo a sustentabilidade na produção de soja. Este resultado reforça o que Englund e Berndes (2014) afirmam, que os padrões de certificação sustentáveis visam impedir uma série de consequências socioeconômicas e ambientais.

Diante do exposto, pode-se perceber que a RTRS contribui para a sustentabilidade na produção de soja no Centro-Oeste por meio de seus padrões e princípios a serem seguidos pelos produtores certificados. Pode-se concluir que os *stakeholders* participantes da *Roundtable* mostraram-se preocupados com questões socioambientais e utilizam a Certificação RTRS como uma ferramenta de gestão, para organizar sua produção de maneira responsável. Isto corrobora com Elgert (2012) que afirma que as certificações sustentáveis são cada vez mais importante e uma forma de governança ambiental.

A pesquisa apresentou algumas limitações devido à Pandemia Covid-19 iniciada no Brasil no início de 2020. Devido a este cenário não foi possível a ida até às propriedades rurais estudadas e à Ong Aliança da Terra. Por este motivo, não pôde-se visualizar e descrever com mais detalhes os processos e ações realizadas pelas organizações estudadas do ponto de vista do pesquisador.

O enfoque da pesquisa foi o de analisar a promoção da sustentabilidade na produção de soja na região Centro-oeste influenciada pela certificação RTRS. Esta pesquisa teve como objeto de pesquisa três propriedades rurais e uma ONF localizadas no Centro-oeste, no entanto, todas do estado de Goiás. Para uma análise mais ampla, propõe-se a pesquisas futuras analisar de outros estados da região Centro-oeste, para que se tenha uma visão mais ampla da promoção da sustentabilidade na região por meio da certificação RTRS orientada pela *roundtable*. De que forma a *Roundtable on responsible soy* influencia a sustentabilidade na produção de soja a nível nacional? Como a RTRS influencia os outros elos da cadeia de produção de soja a serem sustentáveis?

Estes são alguns questionamentos para futuras pesquisas que tratem da sustentabilidade na produção de soja influenciada pela *Roundtable on responsible soy*-RTRS. Devido à sua grande importância econômica, a sustentabilidade na soja é um tema que necessita ter mais visibilidade e discussões acerca de melhorias.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAG. O Futuro da Soja Nacional. 2016. Disponível em: <<http://www.abag.com.br/media/images/0-futuro-da-soja-nacional---ieag---abag.pdf>> acesso em 13. Abril. 2020.

ABIOVE. **Moratória da Soja**. Disponível em <<http://www.abiove.org.br/site/?page=moratoria-da-soja&area=NS0zLTE=>>>. Acesso em: 05 jun. 2020.

ANEC. Estatísticas. Associação Nacional dos Exportadores de Cereais. 2017. Disponível em: <<http://www.anec.com.br/estatisticas.html>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

APROSOJA BRASIL. Social. 2018. Disponível em <<https://aprosojabrasil.com.br/a-soja/social/>> Acesso em: 08. Abril. 2020.

AZEVEDO, D. B. et al. **Caracterização das roundtables relacionadas ao agronegócio mundial e nacional por meio da abordagem diálogos entre stakeholders**. Santa Maria: 2017 Disponível em: <<http://icongresso.itarget.com.br/useradm/anais/?clt=ser.7&lng=P>>.

AZEVEDO, D. B.de. PEDROZO, E.A. Priorização dos diálogos sustentáveis entre Stakeholders do Agronegócio: O caso do Instituto ARES, **Revista Diálogos & Ciência**. N. 26. Jun, 2011.

AZEVEDO, D.B. de. PEDROZO, E.A. MALAFAIA, G.C. Diálogos entre stakeholders: uma proposta para o agronegócio brasileiro. **Revista Administração em Diálogo**. v. 14, n.2. p 76-101, 2012.

BACHA, M. L; Santos, J.; SCHAUN A. Considerações teóricas sobre o conceito de sustentabilidade. In: Anais VII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia- SEGeT, Resende, RJ, 2010.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto, Augusto Ribeiro. São Paulo, Edições 70, 2016.

BENITES, L.L.L.; POLO, E.F. A Sustentabilidade como Ferramenta de Estratégia empresarial: Governança Corporativa e aplicação do triple bottom line na Masisa. **Revista ADM.. UFSM**. v.6, edição especial. p. 195-210. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Protocolo de Quioto, 1998. Disponível em: <http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/~rmclima/pdfs/Protocolo_Quioto.pdf> acesso em 02 de maio de 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Carta da Terra. Programa AGENDA 21. 1992. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/folder_carta_da_terra.pdf> acesso em: 2 de maio de 2020.

CARLOMAGNO, M.C.; ROCHA, L.C. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: Uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de ciência política**. vol. 7, n. 1, p 173-188. 2016.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – “Nosso Futuro Comum”, 2ª Edição Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1991, 430p.

CONAB. Últimas notícias: Primeiro Levantamento da Safra 2019/20 de grãos indica produção de 245 milhões de t. 2020. Disponível em <<https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/3080-primeiro->

levantamento-da-safra-2019-20-de-graos-indica-producao-de-245-8-milhoes-de-t> acesso em 15. Abril. 2020.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Agenda 21 (global). 1992. Disponível em <<http://www.ecologiaintegral.org.br/Agenda21.pdf>> acesso em 02 de maio de 2020.

CONTINI, et al. Série Desafios do Agronegócio Brasileiro. Complexo Soja- Caracterização e Desafios Tecnológicos. EMBRAPA.. 35 p. 2018.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Trad. Luciana de Oliveira da Rocha. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010

DINIZ, E.M. Os Resultados as RIO +10. Revista do Departamento de Geografia. Ribeirão Preto, SP, 15, p. 31-35. 2002.

EASTERBY, S. M.; THORPE, R., & LOWE, A. 2004. *Management Research (Second Edition ed.)*. Londres: Sage Publications.

ELGERT, L. *Certified discourse? The politics of developing soy certification standards*. *Geoforum*. v.43 p 295-304. 2012.

EMBRAPA. EMBRAPA Soja. Soja em números (safra 2018/19). 2019. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>> Acesso em: 27. Jun.2020.

EMBRAPA. EMBRAPA Soja. Soja em Números. 2019. Disponível em <<https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>>. Acesso em: 08. Abril. 2020.

EMBRAPA. Notícias. Lavouras são apenas 7,6 do Brasil, segundo a NASA. 2017. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/30972444/lavouras-sao-apenas-76-do-brasil-segundoanasa#:~:text=Os%20n%C3%BAmeros%20da%20NASA%20datam,dados%20brasileiros%20e%20norte%20americanos.>> Acesso em 27.jun.2020.

EMBRAPA. Notícias. Tecnologias poupa terra garantem mais produtividade e sustentabilidade à produção agrícola. 2021. <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/60245576/tecnologias-poupa-terra-garntem-mais-productividade-e-sustentabilidade-a-producao-agricola>> Acesso em 20.set.2021.

ENGLUND, O. BERNDES, G. *How do sustainability standards consider biodiversity?* *Wires Energy and Environmental*. v. 4, n. 1, mar. 2014, 25p. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/wene.118>> acesso em 10. Jun.2020.

FREEMAN, R. E. *Strategic Management: A Stakeholder Approach*. 2. ed. New York: Cambridge University Press, 1984.

FAO. Agricultura irrigada sustentável no Brasil: Identificação de áreas prioritárias. 2017. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i7251o.pdf>> Acesso em : 27.jun.2020.

FARINA, E. M. M. Q. Capítulo de Apresentação In: FARINA, E.M.M.Q.; AZEVEDO, P.F.de.; SAES, M.S.M. Competitividade: mercado, estado e organizações. São Paulo: Editora Singular, 1997

GARRET, R.D. et al. *Assessing the potential additionaly of certification by the round table on Responsible Soybeans and the Roundtable on Sustainable Palm Oil*. *Enviromental Research Letters*. v.11, n.4, 2016.

- GAZZONI, D. L. A sustentabilidade da soja no contexto do agronegócio brasileiro e mundial. Londrina: Embrapa Soja, 2013.
- GIBSON, K. The Moral Basis of Stakeholder Theory. **Journal of Business Ethics**, v. 26, n. 3, p. 245–257, 2000.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GONDIN, P.H.R. Industrialização da soja no Brasil. 2019. 24p. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Engenharia Química. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia/MG.
- GURSKI, G.; GONZAGA, R. TENDOLINI, P. (2012) Conferência de Estocolmo: Um marco para a questão ambiental. *Administração de empresas em Revista*. 11(12) p. 65-79.
- HOSPES, O. *Marking the sucesso or end global multi-stakeholoder governance? The rise of national sustainability standards in Indonesia and Brazil for palm oil and soy*. **Agric Hum Values**. n.31, p. 425-437, 2014.
- INTROVINI, G., ROMKO, M.L. Certificação de soja RTRS nos cerrados Nordestinos. **Revista Científica Faculdade de Balsas**. V. 7, n. 1 p, 56-68, 2016.
- LAZZARINI, S.G. & NUNES, R. - “Competitividade do Sistema Agroindustrial da Soja”. In: FARINA, E.M.M.Q. (Coord.) *Competitividade da Agroindústria Brasileira*. PENSA-IPEA, CDROM,1998.
- MAINARDES, E. et al. Um novo modelo de classificação de stakeholders. **Encontro de Estudos em Estratégia**, p. 1–13, 2011.
- MAPA. AGROSTAT, Indicadores gerais. 2020. Disponível em <<http://indicadores.agricultura.gov.br/index.htm>> acesso em 15. Abril. 2020.
- MARCONI, M.de A; LAKATOS, E.M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo, Atlas, 2003.
- Mattsson, B., Cederberg, C. and L. Blix. 2000. Agricultural land use in life cycle assessment (LCA): case studies of three vegetable oil crops. *Journal of Cleaner Production* 8: 283-292.
- MAZZON, J.A. **Análise de programa de alimentação do trabalhador sob o conceito de Marketing social**. (Tese de doutorado) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981)
- NASCIMENTO, E.P. do. Trajetória da Sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Revista Estud. Av. online**. v.26, n. 3, p. 51-64, 2012.
- OKEREKE, C; STACEWICZ I. *Stakeholders perceptions of the Environmental Effectiveness of Multi-stakeholders Initiatives: Evidence from the Palm Oil, Soy, Cotton, and Timber Programs*. **Society & Natural Resources**. v.31, n.11, p.1302-1318, 2018.
- OLIVEIRA, L.D.de. A Geopolítica do desenvolvimento Sustentável em Questão: Reflexões sobre a Conferência do Rio de Janeiro (ECO 92). IN: VIII Seminário de Pós Graduação em geografia da UNESP- SIMPGeo-SP, Rio Claro, SP, 2008.
- Ramos, C. (2011). **Elementos de organização e Gestão de Empresas**. Lisboa: Edições IADE.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social Métodos e Técnicas**. 3ª ed. São Paulo, Atlas, 2012.

ROUND TABLE ON RESPONSIBLE SOY (RTRS). **A Round Table on Responsible Soy é uma organização da sociedade civil que promove a produção, processamento e comercialização responsável da soja em nível global.** Disponível em: <http://www.responsiblesoy.org/about-rtrs/history/?lang=pt>. Acesso em 29 de fevereiro de 2019.

ROUND TABLE ON RESPONSIBLE SOY (RTRS). **A Round Table on Responsible Soy é uma organização da sociedade civil que promove a produção, processamento e comercialização responsável da soja em nível global.** Disponível em: <http://www.responsiblesoy.org/about-rtrs/history/?lang=pt>. Acesso em 29 de fevereiro de 2019.

ROUND TABLE ON RESPONSIBLE SOY (RTRS). **Padrão RTRS para a Produção Responsável de Soja V3.0.** Disponível em: <http://www.responsiblesoy.org/wpdm-package/padrao-rtrs-para-a-producao-responsavel-de-soja-versao-3-1/?lang=pt>. Acesso em 29 de fevereiro de 2020.

ROUND TABLE ON RESPONSIBLE SOY (RTRS). **Padrão RTRS para a Produção Responsável de Soja V3.0.** Disponível em: <http://www.responsiblesoy.org/wpdm-package/padrao-rtrs-para-a-producao-responsavel-de-soja-versao-3-1/?lang=pt>. Acesso em 29 de fevereiro de 2020.

ROUND TABLE ON RESPONSIBLE SOY (RTRS). **Relatórios Anuais de Progresso 2018.** Disponível em: <http://www.responsiblesoy.org/2018-annual-progress-report/?lang=pt> Acesso em 22 de junho de 2020.

RTRS. Guia passo a passo para tornar-se um Produtor RTRS, 2014. Disponível em http://www.responsiblesoy.org/wpdm-package/guia-paso-a-paso-para-ser-productor-rtrs/?wpdmdl=4853&ind=SXXSqvQjovrsQ7674S35GKuKz6SXff6UBuuM5RtPJdb46DaZfcL-nQdijkqWYq4e5H_76gYO1LQ6aCkOZyy9tQ0J3xuVke3SIRaDNG60mn4&lang=pt acesso em 27 de maio de 2020.

RTRS. Quais são os benefícios da Certificação RTRS? 2020. Disponível em: <https://responsiblesoy.org/certificacion?lang=pt-br> Acesso em 23.07.2020

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Tradução de José Lins Albuquerque Filho. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.95 p.

SALOMÃO, C.S.C.T. *Responsabilidade Sócio Ambiental do Agronegócio da soja no entorno do Distrito Federal.* 2007. 133 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão Ambiental) – Universidade Católica de Brasília, Brasília.

SCHERMERHORN JR., J. R. **Administração – Conceitos Fundamentais.** 12–2005. ed. [s.l.] Livros Téc. e Cient. Editora, 2005.

SCHOUTEN, G.; LEROY, P.; GLASBERGEN, P. On the deliberative capacity of private multi-stakeholder governance: The Roundtables on Responsible Soy and Sustainable Palm Oil. **Ecological Economics**, v. 83, p. 42–50, 2012.

SINGH, D.; et al. *Innovation for crop quality certification using ICT.* IN: *International Conference on Communication Systems and Networks-ICNC-* Anaheim, California, USA. 2015.

SOJA PLUS. **Relatório de Realizações.** 2019. Disponível em <http://www.sojaplus.com.br/relatorios/> Acesso em: 05. Jul. 2020.

SOUZA, B.A de; MORAIS, R.E.S. Agronegócio, Análises e Reflexões sobre Desenvolvimento e Sustentabilidade no estado de Goiás. **Revista Plurais Virtual**, v.2, n.1, p. 63-72, 2012.

SWEENEY, D.J.; WILLIAMS T.A. e ANDERSON, D.R. **Estatística aplicada à administração e Economia**. Trad. Solange Aparecida Visconti. 3. Ed. São Paulo. *Cengage Learning*, 2013.

Thais

TOMEI, J. et al. *Soy production and certification: the case of Argentinean soy- based biodiesel*. **Miting adapt Strateg Glob change**. V.15, p. 371-394. 2010.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000

WANG, H. Stakeholder Dialogue as an Institutional Strategy for Sustainable Development in China: The Case of Community Environmental Roundtables. n. August, 2011.

WCED. World Commission on Environment and Development. **Our Common Future**. Oxford and New York: Oxford University Press, 1987.

WCED. World Commission on Environment and Development. **Our Common Future**. Oxford and New York: Oxford University Press, 1987.

WORLD WILDE FOUND (WWF). **O crescimento da soja: impactos e soluções**. 2014. Disponível em: https://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/wwf_relatorio_soja_port.pdf . Acesso em 29 de fevereiro de 2020.

WORLD WILDE FOUND (WWF). **O crescimento da soja: impactos e soluções**. 2014. Disponível em: https://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/wwf_relatorio_soja_port.pdf . Acesso em 29 de fevereiro de 2020.

Yin, R.K. Estudo de Caso Planejamento e Métodos. trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre: Bookman, 2001.

ALVES, Francisco et al. **Certificação socioambiental para a agricultura: desafios para o setor sucroalcooleiro**. Embrapa Meio Ambiente-Livro científico (ALICE), 2008.

PINTO, L. F.; PRADA, L. S.; RODRIGUES, I. R. (2008). **Possibilidades na cana-de-açúcar**. In: ALVES, F.; FERRAZ, J. M. G.; PINTO, L. F. G.; SZMRECSÁNYI, T. Certificação

MOLINA, Natália Sanchez. **Marketing ambiental e certificações socioambientais: uma análise no contexto do etanol brasileiro**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

APÊNDICE I- ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO

A SUSTENTABILIDADE NA PRODUÇÃO DE SOJA INFLUENCIADA PELA *ROUNDTABLE ON RESPONSIBLE SOY ASSOCIATION* (RTRS) NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO

Este roteiro de entrevista enquadra-se numa pesquisa a nível de mestrado. O objetivo é compreender de que forma a *Roundtable on Responsible soy* influencia a sustentabilidade na produção de soja no Centro-Oeste Brasileiro sob a ótica dos *stakeholders*.

Aluna Pesquisadora: Karoline dos Santos Rolon - Mestranda em administração- PPGAD/UFMS.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Denise Barros de Azevedo- PPGAD/UFMS

I-PERFIL DO *STAKEHOLDER* ENTREVISTADO

- 1- Qual seu cargo na propriedade rural?
- 2- Quais funções desempenha?
- 3- Quanto tempo está nesta função?
- 4- Sexo: Feminino () Masculino ()

II- PERFIL DA PROPRIEDADE RURAL

- 6- Nome da propriedade Rural;
- 7- Cidade em que está localizada;
- 8- Tipo de Certificação: Local Individual, Multi-Site ou Grupal?
- 9- Qual a certificação?
- 10- Data de início da certificação e término da certificação?

III- SUSTENTABILIDADE

- 11- Porque a organização se interessou pela temática de sustentabilidade na Produção de soja?
- 12- Quais as vantagens e desvantagens de iniciar esse processo de certificação responsável?
- 13- Quais ações a propriedade rural realiza para minimizar os impactos no:
 - Uso de Defensivos agrícolas;
 - Solo;
 - Uso de água;
- 14- A propriedade rural realiza alguma ação sustentável não exigida pelo Padrão de certificação RTRS? Se sim, qual (is)
- 15- A propriedade rural gera empregos para comunidade local?

Para responder as questões a seguir, considere que 1 equivale a “Discordo totalmente” e 4 “Concordo Totalmente”

	1. Discordo Totalmente	2. Discordo Parcialmente	3. Não concordo, nem discordo	4. Concordo Parcialmente	5. Concordo Totalmente
16.A Certificação RTRS contribui para a diminuição de impactos socioambientais?					

17. Você considera que a Certificação RTRS é uma ferramenta de gestão eficiente para a Sustentabilidade ambiental?					
18. Você considera que o padrão de Certificação RTRS minimiza os impactos do solo na produção de soja da propriedade rural?					
19. Você considera que o padrão de Certificação RTRS minimiza os impactos do uso de água na produção de soja da propriedade rural?					
20. Você considera que o padrão de Certificação RTRS motiva a empregar pessoas da comunidade local?					
21. Você considera que a Certificação RTRS é o principal motivo para a propriedade rural realizar ações sustentáveis na produção?					
22. Você considera que a Certificação RTRS contribui para a Sustentabilidade ambiental da Região Centro-Oeste?					

IV-STAKEHOLDERS

23- Quais são as funções desempenhadas na propriedade rural?

24- Os stakeholders são participativos nesse processo de produção responsável?

25- Qual a motivação em certificar a soja com a Certificação RTRS?

V- ROUNDTABLE

26- Qual a principal motivação em participar da Roundtable de soja responsável e certificar a soja com a Certificação RTRS?

27- No processo de certificação RTRS houve algum problema para implementar a certificação?

28- O que você considera que mudou na propriedade rural após a implementação dessa certificação?

29- Em sua opinião, o Padrão RTRS de certificação promove sustentabilidade no centro-oeste?

APÊNDICE II- Roteiro de entrevista Semiestruturado-ONG ALIANÇA DA TERRA

BLOCO I- Sobre a aliança da Terra

1. A aliança da Terra foi fundada em 2004 como uma organização não governamental voltada em ajudar o produtor. Como foi esse início? Há desafios ambientais específicos que motivaram a criação dessa Organização? Se sim, quais?
2019- ONG
2019-Produzindo Certo Empresa
2. A aliança da Terra apoia produtores rurais a terem acesso a informação e assistência técnica, além de proteger florestas contra o fogo. De que forma efetivamente acontece este apoio?

BLOCO II- Sobre certificações

1. O “Produzindo Certo” foi introduzido em 2015. Que produtos atualmente fazem uso desse selo socioambiental?
Carne
Selo produzindo certo
2. A Aliança da Terra, acredita que certificações sustentáveis podem impactar positivamente na diminuição de problemas de socioambientais? De que forma?

BLOCO III- Aliança da Terra e a RTRS

1. Quando a Aliança da Terra Adquiriu a certificação RTRS? Apoia a certificação RTRS
2. Qual a motivação em certificar com o Padrão RTRS?
3. Quantos produtores já certificaram sua produção com o selo RTRS por meio da Aliança da Terra?
4. Que desafios socioambientais a Aliança da Terra acredita que possam ser diminuídos ao certificar RTRS? De que forma?
5. Você considera a Certificação RTRS uma ferramenta eficiente de gestão para Sustentabilidade ambiental? Por quê?
6. A Certificação RTRS contribui para a diminuição de impactos socioambientais? Por quê?
7. A Certificação RTRS é uma ferramenta de gestão eficiente para a Sustentabilidade ambiental? Por quê?
8. De que forma a Certificação RTRS contribui para a diminuição de impactos socioambientais?

9. Você considera que o padrão de Certificação RTRS minimiza os impactos do solo na produção de soja da propriedade rural?
10. Você considera que o padrão de Certificação RTRS minimiza os impactos do uso de água na produção de soja da propriedade rural?

BLOCO IV- STAKEHOLDERS

11. Você considera que a produção com preservação ambiental é uma questão a ser refletida por todos os elos da cadeia produtiva?
12. O Brasil é o maior produtor de soja com Certificação RTRS no mundo. O que você considera que influencia os produtores a certificar sua produção com a certificação RTRS no Brasil?
13. Para quem você considera mais importante a certificação RTRS? Produtores, trabalhadores ou consumidores?

RELATÓRIO DE RESUMO PÚBLICO PROGRAMA DE CERTIFICAÇÃO RTRS

**Interpretação Nacional Brasileira do Padrão RTRS para Produção de
Soja Responsável
Requisitos Gerais da Cadeia de Custódia para Produtores**

**Grupo de produtores
CRESOL – Estrada de Ferro**

05 a 09/10/2020

RELATÓRIO DE RESUMO PÚBLICO
PROGRAMA DE CERTIFICAÇÃO RTRS
Interpretação Nacional Brasileira do Padrão RTRS para Produção de Soja Responsável
Requisitos Gerais da Cadeia de Custódia para Produtores
Padrão RTRS de Certificação Grupal e Multi-site

1. ORGANISMO DE CERTIFICAÇÃO

Razão Social	CERT ID Certificadora Ltda		
Endereço	Av. Praia de Belas, 1212, Sala 1320 – Praia de Belas – Porto Alegre/RS		
Telefone	+55 (51) 3012-7080	Website	www.foodchainid.com
Contato	Verginia Guazzelli		
E-mail	verginia.guazzelli@foodchainid.com.br		

2. ORGANIZAÇÃO CERTIFICADA

Nome da Fazenda / Grupo	Grupo de Produtores CRESOL – Estrada de Ferro		
Nome do Titular / Gerente	CRESOL Estrada de Ferro / Leni Tomasia de Sousa		
Cargo do Gerente	Diretora		
Endereço	Avenida Dr. Enéas Bretas, quadra A, Lote 17, Centro – Orizona – Goiás – Brasil.		
Telefone	(64) 3474 2609		
E-mail	Leonardo Vieira – tecnosolconsultoriarural@gmail.com		
Nº Certificado	RTRS-CERTID-AGR-COC-0005		
Data de emissão	13/07/2017	Data de validade	12/07/2022

Número de membros do grupo ou multi-site		15		
Nome da Organização Certificada: Fazem parte da certificação as fazendas abaixo:				
#	Nome da Fazenda	Nome do Produtor	Endereço e Coordenadas Geográficas	Área total da propriedade (ha)
01	Fazenda Matão	Aires Alves dos Santos	Rodovia GO-330 Orizona sentido Vianópolis, Km 01 à esquerda + 2 Km à direita. Orizona-GO - Brasil Latitude: 17° 0'53.39"S Longitude: 48° 18'42.21"O	64,95
02	Fazenda Cachoeira	Daniel Olímpio Alvares e Nilton Olímpio Alvares	Orizona sentido povoado da Cachoeira, Km 22 à esquerda. Orizona-GO - Brasil Latitude: 16°54'53.65"S Longitude: 48° 9'21.19"O	1.093,5

03	Fazenda Morro Alto	Diego Frutuoso Corrêa de Assis e Hélio Frutuoso de Assis	Rodovia GO-219 Orizona sentido Distrito de Egerineu Teixeira, Km 07 à direita. Orizona-GO - Brasil Latitude: 17° 3'1.09"S Longitude: 48°21'43.86"O	556,63
04	Fazenda Areias de Baixo	Leandro De Carli, Valmor Antônio De Carli e Marco Aurélio De Carli	Rodovia GO-219 Orizona sentido Montes Claros, após o povoado seguir por mais 2 Km à esquerda. Orizona-GO – Brasil Latitude: 17° 9.481'S Longitude: 48° 9.544'O	1.646,6
05	Fazenda Morro Alto	Abelardo José Nicole, Nison Nicole Filho e Davi Nicole	Rodovia GO-219 Orizona sentido Distrito de Egerineu Teixeira, Km 08 à esquerda. Orizona-GO - Brasil Latitude: 17° 4" 7.72" S Longitude: 48° 22"0.12' O	1.006,9
06	Fazenda Taquaral e Cuiabanos	Luiz Francisco Foguesatto	Orizona sentido povoado Taquaral, Km 08 à esquerda + 2 Km. Orizona-GO - Brasil Latitude: 16° 56.909'S Longitude: 48° 18.641'O	341,2
07	Fazenda Taquaral de Cima	Geracina Daniela da Silva e Pascoal Pereira da Silva	Rodovia GO 330, sentido Orizona/Caraiba, após 20 Km virar à direita e seguir por mais 4 Km. Vianópolis-GO – Brasil Latitude: 16°53'40.38"S Longitude: 48°22'0.90"O	87
08	Fazenda Engenho Velho	Antônio Austério Carvalho	Estrada Silvânia sentido São Miguel Passa Quatro, Km 15. Silvânia-GO - Brasil Latitude: -16.778523 Longitude: -48.633775	376,68
09	Fazenda Rio dos Bois	Paulo Edson e Iraides Souza	Estrada Silvânia sentido São Miguel do Passa Quatro e BR-457, Km 40. Silvânia-GO - Brasil Latitude: -16.878407 Longitude: -48.603229	490
10	Fazenda Mucambo	Nadir de Souza e Luiz Gustavo de Souza	Rodovia GO 437, Km 24 à direita + 6 Km. Silvânia-GO - Brasil Latitude: -16.428912 Longitude: -48.634759	725
11	Fazenda Rio do Peixe	Valdivino Souza Loubo	Rodovia GO-330, Km 109 à direita + 8 Km. Silvânia-GO - Brasil Latitude: -16.890582 Longitude: -48.438860	781,6
12	Fazenda Ponte Alta	Josival Cardoso	Rodovia GO-330 sentido Leopoldo de Bulhões, trevo sentido a Cruzeiro, Km 12, 2 Km à esquerda. Silvânia-GO - Brasil Latitude: -16.701849 Longitude: -48.798744	96

13	Fazenda Boa Esperança	Eli Signor	Rodovia GO-010 sentido Luziânia, após Posto Quilombo, 6 Km à direita + 7 Km à direita. Silvânia-GO - Brasil Latitude: -16.605829 Longitude: -48.260294	936,03
14	Fazenda Engenho Velho	Joval Jesus da Silva	Estrada Silvânia sentido São Miguel Passa Quatro, Km 16. Silvânia-GO - Brasil Latitude: -16.785815 Longitude: -48.637973	362
15	Fazenda Santa Rita	Adilson Sopran	Rodovia GO 330, Km 212 à esquerda + 14 Km. Silvânia-GO - Brasil Latitude: -16.859656 Longitude: -48.292990	800

Avaliações Sequenciais	Resultado
Auditoria Principal	Conforme
1ª Auditoria de Vigilância	Conforme
2ª Auditoria de Vigilância	Conforme
3ª Auditoria de Vigilância	Conforme
4ª Auditoria de Vigilância	N/A
Reauditoria	N/A

Data da última atualização do resumo público	16/12/2020
---	------------

RELATÓRIO DE RESUMO
AUDITORIA DE CERTIFICAÇÃO INICIAL 2017

1. ESCOPO

1.1 Unidades de Produção Auditadas			
Nº	Nome da Fazenda	Nome do Produtor	Endereço
01	Fazenda Engenho Velho	Joval Jesus da Silva	Estrada Silvânia sentido São Miguel Passa Quatro, Km 16. Silvânia-GO - Brasil
02	Fazenda Boa Esperança	Eli José Signor	Rodovia GO-010 sentido Luziânia, após Posto Quilombo, 6 Km à direita + 7 Km à direita. Silvânia-GO - Brasil
03	Fazenda Matão	Aires Alves dos Santos	Rodovia GO-330 Orizona sentido Vianópolis, Km 01 à esquerda + 2 Km à direita. Orizona-GO - Brasil
04	Fazenda Morro Alto	Hélio Frutuoso de Assis e Diego Frutuoso Correa de Assis	Rodovia GO-219 Orizona sentido Distrito de Egerineu Teixeira, Km 07 à direita. Orizona-GO - Brasil Orizona-GO - Brasil
Gerente do Grupo Auditado			
Escritório da CRESOL Estrada de Ferro em Orizona/GO.			

1.2 Padrão da Certificação	
1) Interpretação Nacional Brasileira do Padrão RTRS para Produção de Soja Responsável V2.0; 2) Padrão RTRS de Produção de Soja responsável V3.0; 3) Padrão RTRS de Certificação Grupal e Multi-site V3.0 PORT, de 15 de abril de 2014	
1.3 Tipo de Estabelecimento:	
<input type="checkbox"/> Individual	<input checked="" type="checkbox"/> Grupo de produtores
<input type="checkbox"/> Multi-site	
1.4 Área total da fazenda/grupo (ha):	9.239,53 ha
1.5 Área de soja a ser certificada (ha):	8.469,58 ha
1.6 Produção de soja a ser certificada (ton):	30.125 ton
1.7 Sistema de Comercialização do material certificado RTRS	
<input type="checkbox"/> Cadeia de Suprimento Física	<input checked="" type="checkbox"/> Plataforma de Comercialização de Certificados

2. PROCESSO DE AUDITORIA

2.1 Padrão RTRS	
1) Interpretação Nacional Brasileira do Padrão RTRS para Produção de Soja Responsável V2.0; 2) Padrão RTRS de Produção de Soja responsável V3.0; 3) Padrão RTRS de Certificação Grupal e Multi-site V3.0 PORT, de 15 de abril de 2014	
2.2 Tipo de Auditoria	

<input checked="" type="checkbox"/> Principal				<input type="checkbox"/> Vigilância		<input type="checkbox"/> Re-certificação	
<input type="checkbox"/> Requisitos Adicionais EU RED							
2.3 Data da auditoria		08/05 a 12/05/2017					
2.4 Data emissão certificado		13/07/2017		2.5 Data prevista próxima auditoria de vigilância		Maio/2018	
2.6 Equipe de Auditoria		Eduardo Jesus Martins – Auditor Líder					
2.7 Descrição do Planejamento da Auditoria							
2.7.1 Metodologia para o cálculo de homens-dia de auditoria							
<p>A determinação de homens-dias (HD) segue a metodologia descrita no regulamento interno da CERT ID, o qual está em conformidade com os requisitos RTRS. Considerou-se o fato de os membros do grupo serem classificadas como baixo risco pelo gestor do grupo, além de serem a maioria de agricultura familiar, e não ter sido recebida nenhuma reclamação de partes interessadas durante a consulta pública. Dessa forma, estabeleceu-se 1 HD para avaliação de cada fazenda e 1 HD para o gerente do grupo, totalizando 5 HD.</p>							
2.7.2 Métodos de auditoria							
<p>Durante a verificação da conformidade do grupo de produtores com os Padrões RTRS, avaliaram-se documentos e registros do gerente do grupo e dos produtores auditados. As áreas de produção e instalações das fazendas foram visitadas e realizaram-se entrevistas, além da consulta pública.</p>							
2.7.3 Metodologia de amostragem							
- Amostragem dos locais:							
<p>Foi avaliado o nível de risco do grupo de produtores, com base na avaliação de risco do gerente do grupo e nos critérios de avaliação da CERT ID. Com essas informações, foi atribuído ao grupo o nível de risco “baixo”, e a amostra mínima foi determinada pela raiz quadrada do número de produtores, arredondado para o número inteiro imediato inferior, ou seja, 04 das 18 fazendas.</p> <p>Para a seleção da amostra de fazendas, os membros foram agrupados em diferentes categorias, tendo como base a área total da fazenda e a localização geográfica. Após, as fazendas foram selecionadas ao acaso dentro de cada grupo.</p> <p>Durante o processo de auditoria, foram visitados o escritório do gerente do grupo, situado em Orizona/GO, e 04 (quatro) fazendas, localizadas nos municípios de Orizona/GO e Silvânia/GO.</p>							
- Determinação do número de entrevistas:							
<p>Um dos métodos utilizados para a coleta de informações durante as auditorias foram as entrevistas, as quais foram feitas com pessoas diretamente envolvidas e afetadas pela operação agrícola, como forma de se avaliar questões relacionadas a direitos humanos e trabalhistas.</p> <p>Na determinação do número de entrevistas seguiu-se as recomendações da metodologia SEDEX/SMETA, a qual considera o número de funcionários da organização. Dessa forma foi determinado o número de entrevistas individuais e em grupo recomendadas para essa auditoria. Das quatro fazendas auditadas, apenas duas tem funcionários, totalizando 27 trabalhadores, entre fixos e temporários. Foram feitas 08 entrevistas com trabalhadores de diferentes funções da atividade agrícola e da produção de leite.</p>							
2.8 Descrição da Consulta às Partes Interessadas							
<p>Previamente à realização das auditorias, foi feita uma consulta às partes interessadas presentes nas comunidades locais.</p>							

As partes interessadas listadas abaixo foram contatadas através de telefonemas e/ou envio de e-mail/carta explicando em detalhes o objetivo da consulta.

- Escola Família Agrícola de Orizona - EFAORI;
- União Brasiliense de Educação e Cultura – UBEC;
- Cooperativa de Produtores COAPRO;
- Cooperativa Agropecuária Industrial COCARI;
- Araguaia Produtos Agropecuários;
- Prefeitura Municipal de Orizona;
- Prefeitura Municipal de Silvânia;
- Rádio Orizona;
- Rádio Vida Silvânia;
- Rádio Rio Vermelho;
- Sindicato Rural de Orizona;
- Sindicato Rural de Silvânia;
- Sindicato Trabalhadores Rurais de Orizona;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Silvânia/GO e Vianópolis/GO;
- Jornal Terra Goiana;
- Diário de BonFim;
- Adubos Silvânia.

Nem todas as partes interessadas deram pleno retorno a respeito dos temas propostos na consulta. Através das respostas obtidas, não houve qualquer tipo de reclamação partindo das partes interessadas. As informações recebidas durante o processo de consulta pública que apresentam alguma relevância foram:

- Rádio Orizona relatou que as fazendas participam da festa do agricultor do município, levantando fundos para instituições de caridade.
- EFAORI relatou por telefone que os proprietários da fazenda Morro Alto, Abelardo José Nicole, Nilson Nicole Filho e Davi Nicole, são membros do sindicato e bem atuantes na região. Normalmente empregam profissionais egressos da escola e disponibilizam a fazenda para aulas práticas.
- EFAORI também relatou que Diego Frutuoso Corrêa de Assis e Hélio Frutuoso de Assis são membros do sindicato e bem atuantes na região. Hélio Frutuoso de Assis foi o precursor do desenvolvimento da Cooperativa de Crédito, oferece a fazenda para dias de campo e estágio dos alunos da escola.
- O proprietário da fazenda Taquaral e Cuiabanos também já disponibilizou suas áreas para realização de aulas práticas, de acordo com relato da EFAORI.
- COAPRO relatou que os proprietários das fazendas Cachoeira, Morro Alto, Nossa Senhora Aparecida e Areias de Baixo são bastante atuantes na região.
- O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Orizona relatou que os proprietários das fazendas Cachoeira, Areias, Morro Alto, Nossa Senhora Aparecida e Areias de Baixo são bem aceitos na sociedade. Não conhece as demais fazendas por isso não tem nada a relatar.
- COCARI relatou que os proprietários das fazendas Rio dos Bois, Retiro, Mucambo, Boa Esperança e Engenho Velho são bons clientes, sem comentários negativos a fazer. Não conhece os demais proprietários.
- A Rádio Rio Vermelho relatou que o proprietário da fazenda Engenho Velho, Sr. Antonio Austerio, é atuante na cidade, participativo, aberto a novas tecnologias, faz doações às igrejas e à comunidade. Os proprietários das fazendas Rio dos Bois, Ponte Alta, bem como da fazenda Engenho Velho, Sr. Joval Jesus da Silva, são pessoas engajadas e atuantes na comunidade local.

Em buscas na internet foi verificado que os proprietários das fazendas Nossa Senhora Aparecida e Areias de Baixo receberam título honorífico de cidadania em 2009.

3. RESULTADOS DA AUDITORIA DE CERTIFICAÇÃO INICIAL

3.1 Resumo do desempenho do Gerente com relação aos requisitos do Padrão RTRS de Certificação Grupal e Multi-site V3.0

REQUISITO	RESUMO DE DESEMPENHO
1. Procedimentos de gestão grupal e multi-site.	<p>A Cresol possui o documento Manual de Gestão do Grupo Cresol de Certificação RTRS Estrada de Ferro, onde apresenta seu compromisso com os requisitos do padrão RTRS, descreve a estrutura da organização, as responsabilidades, normas de admissão, retirada e suspensão de membros, regras para não-conformidades, procedimentos de reclamação e gerenciamento de informações do grupo.</p> <p>A Cresol capacita os membros através da realização de reuniões palestras, além de possuir parceria com a EMBRAPA e SENAR para treinamentos específicos.</p> <p>A representante da Cresol designada como gerente do grupo é Leni de Sousa.</p>
2. Consentimento informado dos membros do grupo	<p>No Manual de Gestão do Grupo Cresol de Certificação RTRS Estrada de Ferro estão contemplados as obrigações com relação a ser membro do grupo. Os membros somente assinam o termo de adesão após terem pleno conhecimento do que será necessário para obter a certificação.</p> <p>A documentação descrevendo as obrigações dos membros compõe uma pasta que é entregue para cada membro do grupo.</p> <p>Os membros do grupo foram comunicados sobre o processo de certificação e outros detalhes relacionados em uma reunião, onde constavam as tratativas sobre o processo de certificação e o direito de acesso dos auditores aos estabelecimentos agrícolas.</p> <p>Os agricultores assinam um Termo de Adesão e Compromisso, onde formalizam a adesão ao Programa de Certificação de Soja Padrão RTRS – Cresol Estrada de Ferro.</p>
3. Controle e monitoramento do cumprimento dos membros	<p>Foram realizadas pré-auditorias e auditorias de admissão em todos os membros do grupo, através de uma assessoria externa, assim como está previsto no Manual de Gestão a realização de auditorias internas anuais.</p> <p>NC: 3.1.4 / 3.1.5 - Não são emitidas Solicitações de Ações Corretivas com um prazo para o cumprimento, nem identificação Maior ou Menor.</p>
4. Manutenção de Registros	<p>A Cresol possui uma lista com todas as fazendas do grupo e respectivos dados.</p> <p>São mantidos registros em meio físico e eletrônico.</p> <p>No Manual de Gestão do Grupo Cresol de Certificação RTRS Estrada de Ferro está descrito o sistema de controle interno,</p>

	<p>bem como é mantida uma pasta para cada produtor, onde constam documentos e controles referentes ao padrão.</p> <p>NC: 4.1 - Não há registro das solicitações de ações corretivas emitidas ou eliminadas.</p>
5. Cadeia de Custódia	<p>No Manual de Gestão do Grupo Cresol de Certificação RTRS Estrada de Ferro estão contempladas as obrigações com relação a ser membro do grupo. Os membros somente assinam o termo de adesão após terem pleno conhecimento do que será necessário para obter a certificação.</p> <p>A documentação descrevendo as obrigações dos membros compõe uma pasta que é entregue para cada membro do grupo.</p> <p>Os membros do grupo foram comunicados sobre o processo de certificação e outros detalhes relacionados em uma reunião, onde constavam as tratativas sobre o processo de certificação e o direito de acesso dos auditores aos estabelecimentos agrícolas.</p> <p>Os agricultores assinam um Termo de Adesão e Compromisso, onde formalizam a adesão ao Programa de Certificação de Soja Padrão RTRS – Cresol Estrada de Ferro.</p>

3.2 Resumo de desempenho da organização/grupo com relação aos critérios da Interpretação Nacional Brasileira do Padrão RTRS de Produção de Soja Responsável V2.0.

PRINCÍPIO 1: Cumprimento da Legislação e Boas Práticas Empresariais	
CRITÉRIO	RESUMO DE DESEMPENHO
1.1 Toda a legislação local e nacional aplicável é conhecida e cumprida.	<p>As propriedades contam com assessorias de escritórios de contabilidade para a gestão das legislações aplicáveis, bem como de empresas de assessoria agrícola, ambiental, e assessoria da própria Cresol.</p> <p>Em cada fazenda há uma pasta feita pela Cresol, onde estão diversos documentos relacionados a orientações e legislações pertinentes.</p> <p>A Cresol possui equipes técnicas próprias, como por exemplo, jurídica, contábil e técnica em diversas áreas de conhecimento e dá suporte aos membros.</p>
1.2 Os direitos de uso da terra estão claramente definidos e são demonstráveis.	<p>As áreas das propriedades são devidamente registradas através de certidões, decisões judiciais e contratos de arrendamento.</p>
1.3 Existe uma melhoria contínua em relação aos requisitos deste padrão.	<p>Todas as fazendas tiveram não-conformidades neste critério, uma vez que está relacionado ao indicador 4.1.1 sobre avaliação de impacto social e ambiental, que também foi não-conforme em todas as fazendas.</p> <p>NC: 1.3.2 - Não há uma avaliação social e ambiental realizada, bem como identificação dos aspectos a serem melhorados.</p>

PRINCÍPIO 2: Condições de Trabalho Responsável	
CRITÉRIO	RESUMO DE DESEMPENHO
2.1 Trabalho infantil, trabalho forçado, discriminação e assédio não ocorrem e não recebem apoio.	<p>Duas das fazendas auditadas não possuem empregados. Em nenhuma das outras duas há indícios de trabalho forçado, imposto obrigado, traficando ou de qualquer modo involuntário.</p> <p>Não há menores de idade trabalhando nas fazendas auditadas.</p> <p>Também não foi identificado nenhum indício de discriminação de qualquer natureza, bem como qualquer indício de punições, coerções e agressões de qualquer espécie.</p> <p>Em uma das fazendas não foi possível evidenciar comprovante de devolução da carteira de trabalho ao funcionário, apesar de não haver indício de retenção.</p> <p><u>NC:</u> 2.1.2 - Não há uma declaração comprovando a devolução de CTPS.</p>
2.2 Os trabalhadores - empregados direta e indiretamente na fazenda - e arrendatários estão devidamente informados e treinados para suas tarefas e cientes de seus direitos e deveres.	<p>Em uma das fazendas que possui trabalhadores não há contratos de trabalho firmados com os mesmos.</p> <p>Em ambas as fazendas que possuem trabalhadores não são realizados treinamentos adequados e apropriados em saúde e segurança do trabalho.</p> <p>Os indicadores deste critério não são de cumprimento imediato e serão verificados na próxima auditoria de vigilância.</p>
2.3 Um local de trabalho seguro e saudável é garantido a todos os trabalhadores.	<p>De maneira geral, proprietários e trabalhadores demonstram conhecimento sobre as questões de saúde e segurança e uso de EPI. Entretanto, os riscos à saúde e segurança não estão identificados e não há procedimentos implantados para controle dos mesmos nas fazendas. As fazendas não possuem um programa documentado de saúde e segurança (PPRA/PCMSO, etc.) e não há procedimentos de emergência implementados.</p> <p>As fazendas possuem acesso a primeiros socorros.</p> <p>Em uma das fazendas auditadas não houve evidência de treinamento para o funcionário responsável pela aplicação de agrotóxicos.</p> <p>São disponibilizados EPIs para os funcionários, porém não foram identificados registros de entrega.</p> <p><u>NC:</u></p> <p>2.3.3 - Não há evidências de que o aplicador de agrotóxicos tenha participado de treinamentos para tal.</p> <p>2.3.4 - Não há registro de entrega de EPI.</p>

2.4 Todos os trabalhadores gozam de liberdade de associação e do direito à negociação coletiva.	Através de entrevista com funcionários, foi evidenciado que os mesmos não são impedidos de interagir com partes externas e possuem total liberdade de participar de negociações coletivas, se houverem. Os sindicatos homologam as rescisões dos contratos de trabalho.
2.5 Todos os trabalhadores da fazenda, empregados direta ou indiretamente, têm remuneração, no mínimo, igual ao valor previsto na legislação nacional e em acordos setoriais.	<p>Os trabalhadores recebem salários acima ou iguais ao mínimo nacional, comprovado por holerites e por entrevistas. Nenhum trabalhador recebe pagamentos por resultados, todos são assalariados.</p> <p>Não são feitas deduções salariais, a não ser as previstas por lei, como INSS e contribuição sindical.</p> <p>As fazendas possuem moradias e/ou alojamentos para os funcionários, e as mesmas se encontram em boas condições, inclusive sanitárias. As fazendas não cobram nenhuma taxa pelas moradias.</p> <p>A jornada de trabalho normal nas fazendas é de 44 horas semanais, e horas extras normalmente são realizadas somente no período de safra. Porém, não há como evidenciar que não são realizadas horas em excesso pois as fazendas não registram as jornadas de trabalho por trabalhador.</p> <p><u>NC:</u> 2.5.3 e 2.5.4 - Não há controle de horas trabalhadas e horas extras, sendo que as horas extras devem ser realizadas somente por períodos limitados.</p>
PRINCÍPIO 3: Relação Responsável com a Comunidade	
CRITÉRIO	RESUMO DE DESEMPENHO
3.1 Há canais disponíveis para comunicação e diálogo com a comunidade local sobre temas relacionados às atividades da fazenda produtora de soja e seus impactos.	As fazendas auditadas são bem conhecidas nas comunidades locais, e as fazendas divulgam seus telefones de contato.
3.2 Em áreas com usuários tradicionais das terras, os usos conflitantes da terra são evitados ou resolvidos.	<p>Não foram identificados casos de disputas com usuários tradicionais quanto aos direitos de uso das terras.</p> <p>Não foram identificadas áreas de conservação permanentes, ou áreas de alto valor cultural próximas às fazendas. Também não há povos indígenas adjacentes.</p>
3.3 Um mecanismo de reclamações e queixas está implantado e é acessível à comunidade local, os funcionários e aos usuários tradicionais das terras.	<p>Existe um canal de comunicação a nível de gestor do grupo, junto a Cresol Estrada de Ferro na cidade de Orizona/GO, porém não há nenhum mecanismo para reclamações e queixas dentro das fazendas.</p> <p><u>NC:</u> 3.3.1 - Não há um mecanismo evidente para queixas e reclamações na propriedade.</p>
3.4 São oferecidas oportunidades justas de emprego e fornecimento de bens e serviços à população local, independentemente de sexo ou raça.	<p>As vagas de trabalho nas fazendas são divulgadas boca a boca, e por indicações, sempre buscando trabalhadores da região.</p> <p>As propriedades participam de eventos e dias de campo. Os proprietários participam de palestras e treinamentos do Sindicato Rural e SENAR da região.</p>

	<p>Uma das fazendas auditadas participa de um Programa de Estágios junto a uma escola agrícola do município.</p> <p>Os proprietários buscam adquirir produtos e contratar serviços de empresas da região, conforme evidenciado em notas fiscais.</p>
PRINCÍPIO 4: Responsabilidade Ambiental	
CRITÉRIO	RESUMO DE DESEMPENHO
4.1 Os impactos sociais e ambientais dentro e fora do local foram avaliados e foram tomadas as medidas adequadas para minimizar e mitigar quaisquer impactos negativos.	<p>As fazendas não realizaram uma avaliação social e ambiental. Somente uma das fazendas realizou avaliação ambiental através de um Plano de Gerenciamento Ambiental.</p> <p><u>NC</u> 4.1.1/4.1.2/4.1.3/4.1.5 - Não há uma avaliação social e ambiental realizada, bem como identificação dos aspectos sociais, ambientais e agrícolas que devem ser melhorados.</p>
4.2 A poluição é minimizada e os resíduos da produção são geridos de forma responsável.	<p>Nenhuma das fazendas auditadas realiza queima na propriedade.</p> <p>Somente uma das fazendas auditadas não apresentou não-conformidade quanto ao armazenamento e eliminação de resíduos perigosos como combustíveis, óleo queimado, pilhas e lâmpadas.</p> <p>Outros resíduos são gerenciados de forma correta. As fazendas do município de Silvânia separam e entregam os resíduos recicláveis em uma empresa de reciclagem, enquanto que as fazendas de Orizona separam os resíduos e entregam no aterro municipal.</p> <p><u>NC</u>: 4.2.2 - Óleo queimado armazenado de forma incorreta. Não há um local próprio para descarte de pilhas e lâmpadas. / Tanque de combustível em desacordo com a norma técnica.</p>
4.3 Há esforços para reduzir as emissões e aumentar o sequestro de Gases de Efeito Estufa (GEE) na fazenda.	<p>As fazendas não registram o uso total e direto de combustível fóssil, porém esse indicador é de cumprimento de 3º ano.</p> <p>A maioria das fazendas trabalham com agricultura de precisão e todas realizam análises de solo completas, incluindo conteúdo de matéria orgânica.</p> <p>Contribuindo para aumento do sequestro de carbono, a Cresol possui uma parceria na qual disponibiliza mudas para produtores que necessitam fazer recomposição de mata nativa. Todas as propriedades realizaram o plantio de espécies nativas em algumas áreas para reposição vegetal.</p> <p>Duas das fazendas auditadas utilizam energia solar para fornecimento de energia aos pivôs de irrigação. Outra fazenda tem um projeto para implantação de um biodigestor na propriedade.</p>
4.4 A expansão do cultivo de soja é responsável.	<p>Todas as fazendas relataram que as aberturas de área foram anteriores a 2009, porém em nenhuma delas foi possível evidenciar de forma documental.</p>

	<p><u>NC</u>: 4.4.1 - Não há mapas delimitando as áreas de vegetação nativa, áreas de produção e cursos d'água, bem como que comprovem a não conversão em áreas de cultivo e comparando com mapas RTRS.</p>
<p>4.5 A biodiversidade da fazenda é mantida e resguardada através da preservação da vegetação nativa.</p>	<p>Somente uma das fazendas possui mapa contemplando a vegetação nativa, áreas de produção e cursos d'água.</p> <p>Uma das fazendas possui Plano de Gerenciamento Ambiental no qual garante o monitoramento da vegetação e vida silvestre.</p> <p>Não há nenhum tipo de extração florestal, caça ou coleta de espécies protegidas nas propriedades.</p> <p>Todas as fazendas possuem CAR onde estão descritas as áreas de reserva legal averbadas, todas com a partir de 19% de vegetação nativa.</p> <p><u>NC</u>: 4.5.1 - Não há mapas indicando áreas de vegetação nativa, áreas de produção e cursos de água.</p>
PRINCÍPIO 5: Boas Práticas Agrícolas	
CRITÉRIO	RESUMO DE DESEMPENHO
<p>5.1 A qualidade e a oferta de águas superficiais e subterrâneas são mantidas ou melhoradas.</p>	<p>As propriedades utilizam diversas técnicas que definem as boas práticas agrícolas, como por exemplo: plantio direto, plantio em curvas de níveis com terraceamento, além de cachimbos nas beiras de estrada para armazenamento de água da chuva.</p> <p>Na fazenda que realiza irrigação, a utilização de água é controlada de acordo com a demanda de água necessária para cada cultura em determinada fase, seguindo recomendação técnica.</p> <p>Não são vertidas águas residuais para cursos d'água.</p> <p>Somente uma das fazendas auditadas faz monitoramento e mitigação da qualidade de recursos hídricos, porém este indicador é de cumprimento de 3º ano. A maioria das fazendas faz análise de água.</p>
<p>5.2 As áreas de vegetação natural em volta de nascentes e ao longo cursos naturais de água são mantidas ou restabelecidas.</p>	<p>Somente uma das fazendas possui mapa identificando cursos d'água e vegetação nativa.</p> <p>As fazendas preservam a mata ciliar e áreas úmidas.</p> <p><u>NC</u>: 5.2.1 - Não há mapas indicando áreas de vegetação nativa, áreas de produção e cursos d'água.</p>
<p>5.3 A qualidade do solo é mantida ou melhorada e a erosão é evitada através de boas práticas de manejo.</p>	<p>As fazendas realizam análises de solo anuais, sempre após a colheita da safrinha, para fins de aplicação de correções e calagem de solo. Algumas fazendas utilizam agricultura de precisão.</p> <p>Diversas técnicas para preservar a qualidade do solo são praticadas, tais como: plantio direto, plantio em nível, áreas terraceadas, rotação de culturas, além de manutenção da vegetação de cobertura permanente.</p>

<p>5.4 Os impactos negativos de produtos fitossanitários sobre o meio ambiente e a saúde são reduzidos pela aplicação de técnicas sistemáticas e reconhecidas de Manejo Integrado de Culturas (MIC).</p>	<p>Os proprietários das fazendas demonstram conhecimento e já aplicam práticas relacionadas ao MIC, mas na maioria das fazendas não há um plano específico de MIC documentado e implementado. Contudo, este indicador não é de cumprimento imediato e será verificado na próxima auditoria de vigilância.</p> <p>As fazendas também não possuem um plano específico que contenha metas de redução de produtos fitossanitários, indicador que também será verificado na próxima auditoria de vigilância.</p> <p>Em todas as propriedades são utilizados somente produtos agroquímicos originais e genuínos que atendem aos requisitos locais de registro, conforme verificado nas notas fiscais e fichas de aplicação.</p> <p>As aplicações de agroquímicos são feitas conforme recomendações técnicas.</p>
<p>5.5 Toda aplicação de agroquímicos⁴ é documentada e há monitoramento de todo o armazenamento, manuseio, coleta e descarte de resíduos químicos e embalagens vazias para garantir a conformidade com as boas práticas.</p>	<p>As fazendas registram as aplicações de agroquímicos.</p> <p>Os produtores possuem cartilhas com orientação sobre a prática da tríplex lavagem e demonstram conhecimento sobre este processo.</p> <p>Todas as fazendas apresentaram não-conformidade quanto ao armazenamento de embalagens vazias de agroquímicos.</p> <p>O armazenamento de agroquímicos também foi um item não-conforme em todas as fazendas auditadas, porém este indicador não é de cumprimento imediato e será verificado na próxima auditoria de vigilância.</p> <p>As fazendas instalam placas nas áreas pulverizadas informando sobre os períodos de reentrada.</p> <p>As aplicações de fertilizantes são feitas de acordo com recomendações técnicas baseadas em análises de solo.</p> <p><u>NC: 5.5.2</u> - Não há um depósito de embalagens vazias, bem como não há certificado que demonstre a devolução das embalagens vazias. / O depósito de embalagens vazias está em desacordo com a norma técnica e está sendo utilizado para armazenar outros materiais. / As embalagens vazias estão sendo armazenadas em big bags no pátio e o depósito de embalagens vazias está sendo utilizado para armazenar outros materiais.</p>
<p>5.6 Uso Responsável de Agroquímicos.</p>	<p>Nas fazendas auditadas não são utilizados produtos listados nas Convenções de Estocolmo e Roterdã.</p> <p>O uso do Paraquat está sendo abolido respeitando a data de Junho/2017.</p>
<p>5.7 O uso de agentes de controle biológico é documentado, monitorado e controlado de acordo com as leis nacionais e protocolos científicos aceitos internacionalmente.</p>	<p>Duas das fazendas auditadas faz uso de agentes de controle biológico para solo e para lagartas, porém somente uma delas faz registros da utilização. Contudo, este indicador não é de conformidade imediata.</p>

5.8 Medidas sistemáticas são planejadas e implementadas para monitorar, controlar e minimizar a proliferação de novas pragas e espécies invasoras introduzidas.	O Estado de Goiás possui um órgão chamado Agro Defesa que faz o monitoramento e vistoria nas propriedades para fins de controle de espécies invasoras.
5.9 Medidas adequadas são implantadas para evitar a deriva de agroquímicos para áreas vizinhas.	Nenhuma das fazendas auditadas possui procedimentos documentados que especifiquem práticas agrícolas relativas à aplicação de agroquímicos. Contudo, este indicador não é de conformidade imediata. Não é realizada aplicação aérea de agroquímicos em nenhuma das fazendas auditadas. As áreas de aplicação terrestre de agroquímicos são lindeiras a outras lavouras, não havendo residências a menos de 30 m. Da mesma forma, os cursos d'água estão protegidos por áreas de APP.
5.10 São implementadas as medidas apropriadas para possibilitar a coexistência de sistemas de produção distintos.	As áreas vizinhas às propriedades possuem o mesmo tipo de produção, de culturas e manejos empregados. As áreas de pivôs são afastadas das bordaduras das propriedades que utilizam irrigação, não fazendo divisa com outros meios de cultura vizinhos.
5.11 A origem das sementes é controlada para melhorar a produção e prevenir a introdução de novas doenças.	As sementes de soja utilizadas pelas fazendas são adquiridas de fontes de qualidade legalmente conhecidas. Não há cultivo e utilização de sementes de produção própria.

3.3 Registro de Não-Conformidades

3.3.1 Registro de não-conformidades para indicadores de cumprimento imediato do Padrão RTRS de Produção e das respectivas ações corretivas e evidências.		
Nº Indicador / Nível	Descrição da NC	Ação Corretiva / Evidência
Fazenda 1:	Fazenda Engenho Velho	
1.3.2; 4.1.1; 4.1.2; 4.1.3; 4.1.5 (Menor)	Não há uma avaliação social e ambiental realizada.	O gerente do grupo realizou uma avaliação socioambiental para o grupo de produtores vinculado a CRESOL. Evidência: plano "Memorial de Caracterização e Plano de Controle Ambiental do Grupo CRESOL de Certificação RTRS".
3.3.1; 3.3.2; 3.3.3 (Menor)	Não há um mecanismo evidente para queixas e reclamações na propriedade.	Foi colocada uma caixa para depósito de reclamações ou sugestões na propriedade. Evidência: foto com a caixa identificada "Caixa de sugestões e reclamações Fazenda Engenho Velho" acompanhada de um bloco de anotações e caneta.
4.2.2 (Menor)	Tanque de combustível está em desacordo com a norma.	Será construída caixa de separação água/óleo. A fazenda já adquiriu o material de construção e aguarda pedreiro. Evidência: fotos dos materiais comprados na fazenda.

4.4.1 (Maior)	Não há mapas comprovando que não houve conversão de áreas de mata em áreas de cultivo, bem como mapas de classificação de abertura em comparação com mapas RTRS.	Foram apresentados mapas mostrando áreas de mata da fazenda, e mapa de classificação de área RTRS. Evidências: imagem Google Earth “mapa Joval Jesus da Silva” e mapa mostrando classificação das áreas RTRS da região.
4.5.1; 5.2.1 (Maior)	Não há um mapa indicando as áreas de produção, vegetação nativa, cursos d’água e áreas de vegetação ciliar.	Foi apresentado mapa mostrando área total, áreas de vegetação nativa, cursos d’água e áreas de cultivo. Evidência: imagem Google Earth “mapa Joval Jesus da Silva”.
5.5.2 (Menor)	O depósito de embalagens vazias está em descordo com a norma técnica.	Foi feita uma adaptação para aproveitar uma estrutura existente na propriedade, para armazenar as embalagens, ficando assim em local exclusivo, sinalizado, trancado. Evidência: foto do novo local de armazenamento.
Nº Indicador / Nível	Descrição da NC	Ação Corretiva / Evidência
Fazenda 2:	Fazenda Boa Esperança	
1.3.2; 4.1.1; 4.1.5 (Menor)	Não há um levantamento social e não há um resumo disponibilizado do relatório de avaliação socio ambiental. Não são identificados os aspectos sociais, ambientais e agrícolas da operação que devem ser melhorados.	O gerente do grupo realizou uma avaliação socioambiental para o grupo de produtores vinculado a CRESOL. Evidência: plano “Memorial de Caracterização e Plano de Controle Ambiental do Grupo CRESOL de Certificação RTRS”.
2.3.3 (Maior)	Não há evidências de que o aplicador de agrotóxicos tenha participado de treinamentos para tal.	Será realizado treinamento junto ao SENAR, na segunda quinzena de setembro. Evidência: cópia da solicitação assinada pelo Sindicato Rural de Silvânia para treinamento em Aplicação de Defensivo Agrícola – Pulverizador Auto propelido, com lista dos trabalhadores que deverão participar.
2.3.4 (Menor)	Não há registro de entrega de EPI.	As fichas de recebimento de EPI estão sendo preenchidas e assinadas pelos funcionários. Evidência: ficha “Controle de Uso Individual de Equipamento de Proteção Individual – EPI” do funcionário Rogério Machado Didoliche.
2.5.3; 2.5.4 (Maior)	Não há controle de horas trabalhadas e horas extras, sendo que as horas extras devem ser realizadas somente por períodos limitados.	As horas trabalhadas dos funcionários estão sendo controladas através de folha ponto. Evidência: cópia da folha ponto de junho do funcionário Rogério Machado Didoliche.
3.3.1 (Menor)	Não há um mecanismo evidente para queixas e reclamações na propriedade.	Foi colocada uma caixa para depósito de reclamações ou sugestões na propriedade.

		Evidência: foto com a caixa identificada “Caixa de sugestões e reclamações Fazenda Boa Esperança” acompanhada de um bloco de anotações e caneta.
4.2.2 (Menor)	Óleo queimado armazenado de forma incorreta. Não há um local próprio para descarte de pilhas e lâmpadas.	Foi construído um dique de contenção ao lado do tanque de combustível, para armazenagem de óleo queimado. Foi criada uma caixa para descarte de pilhas e lâmpadas. Evidência: Foto da caixa identificada para deixar pilhas, baterias e lâmpadas. Foto do local de armazenamento de óleo mostrando a contenção nova construída.
4.4.1 (Maior)	Não há mapas comprovando a não conversão de áreas de mata em áreas de cultivo, bem como não há mapas para comprovar a não abertura de áreas na categoria 1 dos mapas da RTRS.	Foram apresentados mapas mostrando áreas de mata da fazenda, e mapa de classificação de área RTRS. Evidências: imagem Google Earth “mapa propriedade do Eli José Signor” e mapa mostrando classificação das áreas RTRS da região.
5.5.2 (Menor)	As embalagens vazias estão sendo armazenadas em big bags no pátio e o depósito de embalagens vazias está sendo utilizado para armazenar outros materiais.	As embalagens armazenadas já foram destinadas ao local correto de descarte e o depósito de embalagens vazias está sendo utilizado para o destino correto. Evidência: Recibo nº 2937 "Recibo de entrega de embalagens vazias de defensivos agrícolas" para ARDA, referente ao período 2016/2017. Foto do pátio limpo, sem os bags de embalagens vazias e foto do armazém limpo e sinalizado.
Nº Indicador / Nível	Descrição da NC	Ação Corretiva / Evidência
Fazenda 3:	Fazenda Matão	
1.3.2; 4.1.1; 4.1.2; 4.1.3; 4.1.5 (Menor)	Não há uma avaliação social e ambiental realizada, bem como identificação dos aspectos a serem melhorados.	O gerente do grupo realizou uma avaliação socioambiental para o grupo de produtores vinculado a CRESOL. Evidência: plano “Memorial de Caracterização e Plano de Controle Ambiental do Grupo CRESOL de Certificação RTRS”.
3.3.1 (Menor)	Não há um mecanismo evidente para queixas e reclamações na propriedade.	Foi colocada uma caixa para depósito de reclamações ou sugestões na propriedade. Evidência: foto com a caixa “Deixe aqui sua queixa ou sugestão de melhoria”, acompanhada de um bloco de anotações e caneta.
4.4.1; 4.5.1; 5.2.1 (Maior)	Não há mapas delimitando as áreas de vegetação nativa, áreas de produção e cursos d’água, bem como que	Foram apresentados mapas mostrando vegetação nativa, cursos d’água e áreas de cultivo, e mapa de classificação de área RTRS.

	comprovem a não conversão em áreas de cultivo e comparando com mapas RTRS.	Evidências: imagem Google Earth “mapa Aires Alves dos Santos” e mapa mostrando classificação das áreas RTRS da região.
5.5.2 (Menor)	O depósito de embalagens vazias está em desacordo com a norma técnica e está sendo utilizado para armazenagem de outros materiais.	Será construído novo local para armazenamento de embalagens vazias de agrotóxicos. Evidência: "Plano Simplificado de Construção Rural" descrevendo as especificações de como será o depósito, assinado pelo proprietário da fazenda e pela Cresol.
Nº Indicador / Nível	Descrição da NC	Ação Corretiva / Evidência
Fazenda 4:	Fazenda Morro Alto	
1.3.2; 4.1.1; 4.1.2; 4.1.3; 4.1.5 (Menor)	Não há uma avaliação social e ambiental realizada, bem como identificação dos aspectos sociais, ambientais e agrícolas que devem ser melhorados.	O gerente do grupo realizou uma avaliação socioambiental para o grupo de produtores vinculado a CRESOL. Evidência: plano “Memorial de Caracterização e Plano de Controle Ambiental do Grupo CRESOL de Certificação RTRS”.
2.1.2 (Menor)	Não há uma declaração comprovando a devolução de CTPS.	Os comprovantes de devolução da CTPS estão devidamente assinadas pelos funcionários. Evidência: foto do comprovante de devolução da carteira de trabalho de Evando de Freitas Filho e de Marisete da Silva Freitas.
2.3.4 (Menor)	Não há fichas de EPI preenchidas e assinadas.	As fichas de recebimento de EPI estão preenchidas e assinadas pelos funcionários. Evidência: ficha “Controle de Uso Individual de Equipamento de Proteção Individual – EPI” do funcionário João Paulo Gonçalves.
2.5.3 (Maior)	Não há folha ponto ou controle de horas trabalhadas para evidenciar que a jornada normal não excede as 44 horas semanais.	As horas trabalhadas dos funcionários estão sendo controladas através de folha ponto. Evidência: foto das folhas ponto “Fazenda Morro Alto” de Evando de Freitas Filho e de João Paulo Gonçalves.
3.3.1 (Menor)	Não há mecanismo evidente para queixas e reclamações na propriedade.	Foi colocada uma caixa para depósito de reclamações ou sugestões na propriedade. Evidência: foto com a caixa “Deixe aqui reclamações e sugestões e seja parceiro do nosso aperfeiçoamento – Fazenda Morada do Mutum”. OBS: a fazenda também é conhecida como Morada do Mutum.
4.2.2 (Menor)	Óleo queimado é armazenado de forma incorreta, sem caixa de separação. Não há um local próprio para descarte de pilhas e lâmpadas.	A caixa de separação de água e óleo está sendo construída e ficará pronta segundo cronograma em

		<p>anexo. Foi criada uma caixa para descarte de pilhas e lâmpadas.</p> <p>Evidência: Foto da caixa de separação sendo construída e foto da caixa identificada para descarte de pilhas e lâmpadas.</p>
4.4.1; 4.5.1 e 5.2.1 (Maior)	Não há mapas indicando áreas de vegetação nativa, áreas de produção e cursos de água.	<p>Foram apresentados mapas mostrando vegetação nativa, cursos d'água e áreas de cultivo, e mapa de classificação de área RTRS.</p> <p>Evidências: imagem Google Earth "mapa Hélio Frutuoso de Assis", "mapa Diego Frutuoso Correa de Assis" e mapa mostrando classificação das áreas RTRS da região.</p>
5.5.2 (Menor)	Não há um depósito de embalagens vazias, bem como não há um certificado que demonstre a devolução das embalagens vazias.	<p>Foi apresentado as notas da devolução das embalagens. Foi apresentado plano de construção do depósito de embalagens seguindo cronograma de construção.</p> <p>Evidências: fotos dos recibos nº 2912 e 2913 "Recibo de entrega de embalagens vazias de defensivos agrícolas" para ARDA, de 12/06/2017. Cópia do "Plano Simplificado de Construção Rural" descrevendo todas as especificações de como será o depósito. Fotos do local onde será construído e foto do modelo a ser implantado.</p>
3.3.2 Registro de não-conformidades referente aos Requisitos do Padrão de Certificação Grupal e Multi-site		
Nº Indicador / Nível	Descrição da NC	Ação Corretiva / Evidência
3.1.4; 3.1.5 (Maior)	Não são emitidas Solicitações de Ações Corretivas com um prazo para o cumprimento, nem identificação Maior ou Menor.	<p>Criada folha para registro e controle das solicitações de ação corretiva, com prazo para cumprimento e identificação em Maior ou Menor.</p> <p>Evidência: planilha "CRESOL estrada de Ferro-Certificação" para registro e controle das solicitações de ação corretiva.</p>
4.1 (Maior)	Não há registro das solicitações de ações corretivas emitidas ou eliminadas.	<p>Criada folha para registro e controle das solicitações de ação corretiva, com prazo para cumprimento e identificação em Maior ou Menor.</p> <p>Evidência: planilha "CRESOL estrada de Ferro-Certificação" para registro e controle das solicitações de ação corretiva.</p>
5.6 (Menor)	O gerente do grupo demonstrou desconhecimento da Política de Comunicação e Reivindicação da RTRS, bem como não é previsto em procedimento.	<p>A gerente do grupo estudou a Política de Uso do Logotipo e Declarações RTRS, versão 4.0, e incluiu no manual de gestão do grupo que toda e qualquer tipo de comunicação e reivindicação deverá seguir os procedimentos desta Política.</p> <p>Evidências: SAC 03/03, preenchida em 12/06/2017 e "Manual de Gestão do Grupo Cresol de</p>

		Certificação RTRS”, seção 14 – Comunicações e Reivindicações RTRS.
--	--	--

3.3 Resultado Final da Auditoria inicial de Certificação

Conformidade com o Padrão RTRS de Produção	O grupo de produtores cumpre com todos os indicadores de conformidade imediata do Padrão de Produção.
Conformidade com os Requisitos do Padrão de Certificação Grupal	O gerente do grupo de produtores cumpre com todos os requisitos aplicáveis do Padrão de Certificação Grupal.

4. DECISÃO SOBRE A CERTIFICAÇÃO

<p>4.1 Decisão sobre a Certificação</p> <p>Foram apresentados planos de ação e ações corretivas satisfatórias para as não-conformidades identificadas nas fazendas auditadas, referentes a 18 (dezoito) indicadores do Padrão de Produção, e para as não-conformidades identificadas em 4 (quatro) indicadores do Padrão de Certificação Grupal e Multi-site aplicado no gerente do grupo. Também foram apresentadas as evidências que confirmam a implementação das ações corretivas.</p> <p>Considerando que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • todos os indicadores do Padrão de Certificação Grupal e Multi-site estão sendo atendidos pelo gerente do grupo; • todos os indicadores de cumprimento imediato estão em conformidade com o Padrão de Produção RTRS; • boa parte dos indicadores de curto e de médio prazo está em conformidade com o Padrão de Produção RTRS, <p>está concedida a certificação de conformidade com a Interpretação Nacional Brasileira do Padrão RTRS para Produção de Soja Responsável V2.0, de 14 de novembro de 2013 e Padrão RTRS para Produção de Soja Responsável V3.0, de 02 de junho de 2016, para a CRESOL - Estrada de Ferro.</p>
--

PRMEIRA AUDITORIA DE VIGILÂNCIA - 2018**5. PARA ATUALIZAÇÃO ANUAL DO RELATÓRIO:**

5.1 Data auditoria de vigilância	11 a 15/06/2018		
5.2 Data emissão certificado	13/07/2017	5.3 Data prevista próxima auditoria de vigilância	Maio/2019
5.4 Equipe de Auditoria	Eduardo Martins – Auditor		
5.5 Padrão RTRS			
1. Interpretação Nacional Brasileira do Padrão RTRS de Produção de Soja Responsável V3.1;			
2. Padrão RTRS de Certificação Grupal e Multi-site V3.0.			
5.6 Locais auditados			
Nº	Nome	Endereço (Rua, nº, estado, país)	
1	Gerente do Grupo – CRESOL Estrada de Ferro	Avenida Dr. Enéas Bretas, quadra A, Lote 17, Centro – Orizona-GO– Brasil.	
2	Fazenda Cachoeira	Orizona sentido povoado da Cachoeira, Km 22 à esquerda. Orizona-GO – Brasil.	
3	Fazenda Rio do Peixe (Valdivino)	Rodovia GO-330, Km 109 à direita + 8 Km. Silvânia-GO – Brasil.	
4	Fazenda Taquaral de Cima	Rodovia GO 330, sentido Orizona/Caraíba, após 20 Km virar à direita e seguir por mais 4 Km. Vianópolis-GO – Brasil.	
5	Fazenda Santa Rita	Rodovia GO 330, Km 212 à esquerda + 14 Km. Silvânia-GO – Brasil.	

5.7 Descrição das modificações significativas na Gestão ou nos métodos de produção
As modificações significativas foram:
<ul style="list-style-type: none"> Inclusão de 1 fazenda: Taquaral de Cima, de Geracina Daniela e Pascoal Pereira da Silva. A gestão do grupo continua sendo feita pela cooperativa CRESOL Estrada de Ferro, porém agora são nomeados dois gerentes: Leni Tomasia de Souza e Ciro Eduardo Correa.

5.8 Área de produção de soja atualizada (ha):	8.582 ha
5.9 Volume de produção atualizado (ton):	32.549 ton

5.10 Lista atualizada de membros	
Número atualizado de membros	18

Nº	Nome da Fazenda	Nome do Produtor	Endereço e Coordenadas Geográficas	Área total da propriedade (ha)
01	Fazenda Matão	Aires Alves dos Santos	Rodovia GO-330 Orizona sentido Vianópolis, Km 01 à esquerda + 2 Km à direita. Orizona-GO - Brasil Latitude: 17° 0'53.39"S Longitude: 48°18'42.21"O	64,95
02	Fazenda Cachoeira	Daniel Olímpio Alvares e Nilton Olímpio Alvares	Orizona sentido povoado da Cachoeira, Km 22 à esquerda. Orizona-GO - Brasil Latitude: 16°54'53.65"S Longitude: 48° 9'21.19"O	1057,64
03	Fazenda Areias	Edgar Corrêa e Edgar de Castro Corrêa	Rodovia GO-486 Orizona sentido Borboleta, Km 04 à direita. Orizona-GO - Brasil Latitude: 17° 3'48.11"S Longitude: 48°18'32.33"O	96
04	Fazenda Morro Alto	Diego Frutuoso Corrêa de Assis e Hélio Frutuoso de Assis	Rodovia GO-219 Orizona sentido Distrito de Egerineu Teixeira, Km 07 à direita. Orizona-GO - Brasil Latitude: 17° 3'1.09"S Longitude: 48°21'43.86"O	735
05	Fazenda Areias de Baixo	Leandro De Carli, Valmor Antônio De Carli e Marco Aurélio De Carli	Rodovia GO-219 Orizona sentido Montes Claros, após o povoado seguir por mais 2 Km à esquerda. Orizona-GO – Brasil Latitude: 17° 9.481'S Longitude: 48° 9.544'O	1780
06	Fazenda Morro Alto	Abelardo José Nicole, Nison Nicole Filho e Davi Nicole	Rodovia GO-219 Orizona sentido Distrito de Egerineu Teixeira, Km 08 à esquerda. Orizona-GO - Brasil Latitude: 17° 4.129'S Longitude: 48° 22.008'O	850
07	Fazenda Santana	José Ferreira Sobrinho e Edicarlos Ferreira Machado	Rodovia GO-330 Orizona sentido Vianópolis, Km 25 à direita + 2 Km. Orizona-GO - Brasil Latitude: 16° 52.030'S Longitude: 48° 23.060'O	800
08	Fazenda Taquaral e Cuiabanos	Luiz Francisco Foguesatto	Orizona sentido povoado Taquaral, Km 08 à esquerda + 2 Km. Orizona-GO - Brasil Latitude: 16° 56.909'S Longitude: 48° 18.641'O	316
09	Fazenda Engenho Velho	Antônio Austerio Carvalho	Estrada Silvânia sentido São Miguel Passa Quatro, Km 15. Silvânia-GO - Brasil Latitude: -16.778523 Longitude: -48.633775	165
10	Fazenda Rio dos Bois	Paulo Edson e Iraides Souza	Estrada Silvânia sentido São Miguel do Passa Quatro e BR-457, Km 40. Silvânia-GO - Brasil Latitude: -16.878407 Longitude: -48.603229	400
11	Fazenda Retiro	Evandro Mateus de Souza	Rodovia GO-437, Km 21 à direita, Km 01. Silvânia-GO - Brasil Latitude: -16.522268	110

			Longitude: -48.553153	
12	Fazenda Mucambo	Nadir de Souza e Luiz Gustavo de Souza	Rodovia GO 437, Km 24 à direita + 6 Km. Silvânia-GO - Brasil Latitude: -16.428912 Longitude: -48.634759	600
13	Fazenda Rio do Peixe	Valdivino Souza Loubo	Rodovia GO-330, Km 109 à direita + 8 Km. Silvânia-GO - Brasil Latitude: -16.890582 Longitude: -48.438860	380
14	Fazenda Ponte Alta	Josival Cardoso	Rodovia GO-330 sentido Leopoldo de Bulhões, trevo sentido a Cruzeiro, Km 12, 2 Km à esquerda. Silvânia-GO - Brasil Latitude: -16.701849 Longitude: -48.798744	90
15	Fazenda Boa Esperança	Eli Signor	Rodovia GO-010 sentido Luziânia, após Posto Quilombo, 6 Km à direita + 7 Km à direita. Silvânia-GO - Brasil Latitude: -16.605829 Longitude: -48.260294	700
16	Fazenda Engenho Velho	Joval Jesus da Silva	Estrada Silvânia sentido São Miguel Passa Quatro, Km 16. Silvânia-GO - Brasil Latitude: -16.785815 Longitude: -48.637973	290
17	Fazenda Santa Rita	Adilson Sopran	Rodovia GO 330, Km 212 à esquerda + 14 Km. Silvânia-GO - Brasil Latitude: -16.859656 Longitude: -48.292990	700
18	Fazenda Taquaral de Cima	Geracina Daniela da Silva e Pascoal Pereira da Silva	Rodovia GO 330, sentido Orizona/Caraíba, após 20 Km virar à direita e seguir por mais 4 Km. Vianópolis-GO – Brasil Latitude: 16°53'40.38"S Longitude: 48°22'0.90"O	103

5.11 Resumo do desempenho do Gerente com relação aos requisitos do Padrão RTRS de Certificação Grupal e Multi-site V3.0

CRITÉRIO	RESUMO DE DESEMPENHO
1. Procedimentos de gestão grupal e multi-site.	<p>No Manual de Gestão do Grupo Cresol de Certificação RTRS Estrada de Ferro estão contemplados os procedimentos com relação à condição grupal. Todos os membros assinam um Termo de Adesão e Compromisso, atestando seus compromissos, responsabilidades e atendimento ao Padrão RTRS. No momento da assinatura do Termo de Adesão e Compromisso, é entregue o Manual de Gestão do Grupo.</p> <p>O processo de adesão é iniciado com uma Ficha Cadastral, a partir da qual são realizadas visitas iniciais e de monitoramento onde são identificados os parâmetros que necessitam ser adequados e se há condições do membro ser incluído no grupo.</p> <p>O gerente do grupo realiza eventos e atividades de conscientização para os membros e pessoas envolvidas.</p>

2. Consentimento informado dos membros do grupo	<p>A Cresol Estrada de Ferro nomeia sua Diretora Leni Tomasia de Sousa e seu suplente Ciro Eduardo Correa, como responsáveis pela gestão do grupo de produtores e por garantir o cumprimento com os requisitos da certificação por parte do mesmo.</p> <p>A Cresol, gerente do grupo, possui um documento Manual de Gestão do Grupo Cresol de Certificação RTRS Estrada de Ferro – Goiás, versão março 2018, onde descreve a designação da gerência, bem como suas responsabilidades, e o compromisso com a certificação RTRS. O grupo não está sendo certificado em Cadeia de Custódia.</p>
3. Controle e monitoramento do cumprimento dos membros	<p>São realizadas auditorias internas de admissão inicial e anuais.</p> <p><u>NC: 3.1.4</u> - Não há previsão de que o membro não será incluso no escopo de certificação caso haja NC maior na auditoria inicial.</p> <p>É feita uma avaliação de risco dos membros, os quais são classificados com risco Baixo, Médio ou Elevado. A avaliação de risco é atualizada anualmente, após as auditorias internas, de acordo com evolução das recomendações técnicas.</p> <p>Nas auditorias internas, para cada não-conformidade identificada, são emitidas SAC com a devida classificação e prazo para cumprimento.</p> <p><u>NC 3.1.10:</u> Não há previsão da exclusão do membro em caso de não-conformidades maiores não resolvidas no prazo de 30 dias.</p> <p><u>NC 3.1.11:</u> Não há previsão estabelecendo que não-conformidades menores não resolvidas no prazo, sejam transformadas em maiores e tratadas como tal.</p> <p><u>NC 3.1.12:</u> Não há previsão de que o volume correspondente ao membro excluído seja retirado do volume total do grupo.</p>
4. Manutenção de Registros	<p>Os registros do Grupo Cresol Estrada de Ferro são mantidos em meio virtual e físico, através de planilhas Excel e cópias digitalizadas de todos os documentos, nas pastas de cada membro, conforme evidenciado no momento da auditoria.</p> <p>No Manual de Gestão do Grupo Cresol de Certificação RTRS Estrada de Ferro está descrito o sistema de controle interno, bem como é mantida uma pasta para cada produtor, onde constam documentos e controles referentes ao padrão.</p> <p>São mantidos registros dos volumes totais de soja produzida e comercializada como certificada RTRS (créditos), devidamente atualizados.</p>
5. Cadeia de Custódia	<p>O grupo está sendo certificado somente para comercialização de créditos. Não serão feitas vendas de soja certificada na cadeia física.</p> <p>Toda a comercialização de certificados (créditos) é feita pela Cresol na Plataforma RTRS.</p> <p>Previsto no Manual de Gestão do Grupo que as comunicações ou reivindicações relacionadas à RTRS, cumprem com todos os requisitos correspondentes da Política de Comunicação e Reivindicação da RTRS.</p>

5.12 Resumo do desempenho do grupo com relação aos critérios da Interpretação Nacional Brasileira do Padrão RTRS de Produção de Soja Responsável V2.0.

PRINCÍPIO 1: Conformidade Legal e Boas Práticas de Negócio	
REQUISITO	RESUMO DE DESEMPENHO
1.1 Toda a legislação local e nacional aplicável é conhecida e cumprida.	<p>As propriedades se mantêm informadas sobre as leis aplicáveis e suas atualizações através de assessorias de escritórios de contabilidade, empresas de assessoria agrônômica, ambiental, e assessoria da própria Cresol.</p> <p>Duas das fazendas auditadas não cumprem totalmente com as leis aplicáveis por terem apresentado não-conformidades relacionadas à falta de contratos de trabalho com seus funcionários, e por não possuírem documentados os programas de saúde e segurança no trabalho, o que levou à uma não-conformidade no indicador 1.1.2.</p>
1.2 Os direitos de uso da terra estão claramente definidos e são demonstráveis.	<p>As áreas das propriedades auditadas são devidamente registradas através de matrículas e/ou contratos de arrendamento.</p> <p>Somente uma das 4 fazendas auditadas não possui CAR.</p>
1.3 Existe uma melhoria contínua em relação aos requisitos deste padrão.	<p>A Cresol desenvolveu um Memorial de Caracterização e Plano de Controle Socioambiental do Grupo Cresol de Certificação RTRS, onde são identificados os aspectos sociais, ambientais e agrícolas que necessitam de melhoria, com um plano de ação incluindo metas para a implementação das tratativas apontadas, para todas as fazendas do grupo. Com base nos aspectos identificados e levantados são feitas Avaliações dos Indicadores RTRS, que possibilitam o monitoramento das melhorias contínuas através de auditorias internas. Nas auditorias internas os resultados são analisados e as medidas de tratativas são postas em prática através de planos de ação.</p>
PRINCÍPIO 2: Condições de Trabalho Responsável	
REQUISITO	RESUMO DE DESEMPENHO
2.1 Trabalho infantil, trabalho forçado, discriminação e assédio não ocorrem e não recebem apoio.	<p>Duas das fazendas auditadas não possuem empregados. Em nenhuma das outras duas há indícios de trabalho forçado, imposto, obrigado, traficado ou de qualquer modo involuntário.</p> <p>Não há menores de idade trabalhando nas fazendas auditadas.</p>

	<p>Em nenhuma das fazendas que possuem funcionários há obrigatoriedade de familiares trabalharem nas fazendas.</p> <p>Também não foi identificado nenhum indício de discriminação de qualquer natureza, bem como qualquer indício de punições, coerções e agressões de qualquer espécie.</p>
<p>2.2 Os trabalhadores - empregados direta e indiretamente na fazenda - e arrendatários estão devidamente informados e treinados para suas tarefas e cientes de seus direitos e deveres.</p>	<p>Em ambas as fazendas que possuem trabalhadores não são firmados contratos de trabalho com os mesmos, o que levou a uma não-conformidade nos indicadores 2.2.1 e 2.2.2.</p> <p>São realizados treinamentos adequados e apropriados em saúde e segurança do trabalho nas duas fazendas que possuem funcionários, incluindo treinamentos para tarefas perigosas, como a aplicação de agroquímicos.</p>
<p>2.3 Um local de trabalho seguro e saudável é garantido a todos os trabalhadores.</p>	<p>Nas duas fazendas, tanto o produtor quanto os trabalhadores demonstram conhecimento e compreensão das questões de saúde e segurança. As fazendas possuem um documento Política de Saúde e Segurança do Trabalho, desenvolvido pela Cresol, que contempla itens relacionados à saúde e segurança do trabalho, porém não tem os programas exigidos por lei, o que levou a uma não-conformidade no indicador 2.3.2.</p> <p>As fazendas fornecem EPIs aos trabalhadores e os mesmos são utilizados.</p> <p>Os trabalhadores recebem treinamentos em Primeiros Socorros e demonstraram em entrevistas o conhecimento de procedimentos a serem seguidos em caso de emergência. Porém, não há placas com os procedimentos e telefones úteis em caso de emergência, o que levou a uma não-conformidade no indicador 2.3.6.</p> <p>As fazendas possuem kit de primeiros socorros e veículo disponível para remoção em casos de acidentes e emergências.</p>
<p>2.4 Todos os trabalhadores gozam de liberdade de associação e do direito à negociação coletiva.</p>	<p>Através de entrevista com funcionários, foi evidenciado que os mesmos não são impedidos de interagir com partes externas e possuem total liberdade de participar de negociações coletivas, se houverem. Os sindicatos homologam as rescisões dos contratos de trabalho.</p>

<p>2.5 Todos os trabalhadores da fazenda, empregados direta ou indiretamente, têm remuneração, no mínimo, igual ao valor previsto na legislação nacional e em acordos setoriais.</p>	<p>Os trabalhadores recebem salários acima ou iguais ao mínimo nacional, comprovado por holerites e por entrevistas. Nenhum trabalhador recebe pagamentos por resultados, todos são assalariados.</p> <p>São feitas somente deduções salariais previstas por lei, como INSS e Imposto de Renda.</p> <p>A jornada de trabalho normal nas fazendas é de 8 horas diárias ou 44 horas semanais, e horas extras normalmente são realizadas somente no período de safra. Não são feitas horas extras em excesso.</p> <p>As horas trabalhadas são registradas e assinadas pelos funcionários em uma ficha de registro de horas trabalhadas.</p> <p>As horas extras são voluntárias e pagas conforme acordo entre as fazendas e funcionários, com banco de horas, ou pagas ao final da safra.</p> <p>Os trabalhadores folgam nos sábados à tarde e domingos.</p> <p>Em uma das fazendas que possuem trabalhadores, um mora em uma casa da propriedade, a qual apresenta boas condições de moradia e sanitárias. Não é cobrada nenhuma taxa pela moradia. Nas duas fazendas há cantina onde são servidas as refeições oferecidas pelas fazendas. Uma das fazendas cobra metade do valor da refeição ao trabalhador.</p>
PRINCÍPIO 3: Relação Responsável com as Comunidades	
REQUISITO	RESUMO DE DESEMPENHO
<p>3.1 Há canais disponíveis para comunicação e diálogo com a comunidade local sobre temas relacionados às atividades da fazenda produtora de soja e seus impactos.</p>	<p>Os canais de comunicação com as fazendas incluem telefone, e-mail e caixas de sugestões disponíveis nas sedes das mesmas.</p> <p>As propriedades possuem placas nas vias de entrada, informando os números de telefone das fazendas ou dos produtores.</p> <p>Verificado mediante entrevistas que os canais de comunicação são conhecidos e permitem a comunicação adequada entre os produtores e comunidades locais.</p>
<p>3.2 Em áreas com usuários tradicionais das terras, os usos conflitantes da terra são evitados ou resolvidos.</p>	<p>Não há casos de disputas relativas aos direitos de uso das terras das propriedades, bem como não há evidências de existência de usuários tradicionais das terras das propriedades. As fazendas não se encontram próximas a terras</p>

	indígenas e não estão localizadas em locais de importância cultural, ecológica, econômica ou religiosa.
3.3 Um mecanismo de reclamações e queixas está implantado e é acessível à comunidade local, os funcionários e aos usuários tradicionais das terras.	As fazendas possuem caixas de sugestões/reclamações nas sedes para recebimento das mesmas.
3.4 São oferecidas oportunidades justas de emprego e fornecimento de bens e serviços à população local, independentemente de sexo ou raça.	As oportunidades de emprego são divulgadas aos trabalhadores das fazendas, que indicam a conhecidos, e as vagas são geralmente preenchidas por trabalhadores da localidade mais próxima. A Cresol disponibiliza treinamentos aos integrantes do grupo e seus funcionários, junto ao SENAR.
PRINCÍPIO 4: Responsabilidade Ambiental	
REQUISITO	RESUMO DE DESEMPENHO
4.1 Os impactos sociais e ambientais dentro e fora do local foram avaliados e foram tomadas as medidas adequadas para minimizar e mitigar quaisquer impactos negativos.	A Cresol desenvolveu o Memorial de Caracterização e Plano de Controle Socioambiental do Grupo Cresol de Certificação RTRS, de forma regional, que serve para todo o Grupo Estrada de Ferro, realizado em julho/2017. Devido às características da região e das propriedades, o levantamento foi desenvolvido de forma regional, contemplando todos os aspectos relacionados aos membros do grupo.
4.2 A poluição é minimizada e os resíduos da produção são geridos de forma responsável.	Não são feitas queimadas em nenhuma das fazendas auditadas. As fazendas contam com o documento Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Líquidos, desenvolvido pela Cresol, que descreve os procedimentos, entre os quais a proibição da queima de resíduos. As fazendas separam os resíduos recicláveis. Todas as fazendas possuem tanque de combustível com dique de contenção, porém em 3 das 4 fazendas auditadas o tanque não possui rampa de abastecimento com canaletas e caixas separadoras, o que levou a uma não-conformidade no indicador 4.2.3.
4.3 Há esforços para reduzir as emissões e aumentar o sequestro de Gases de Efeito Estufa (GEE) na fazenda.	Somente duas das fazendas auditadas registra o uso de combustíveis fósseis, porém a conformidade com estes indicadores será obrigatória somente a partir do próximo ano da certificação.

	<p>Todas as fazendas monitoram o teor de matéria orgânica através de agricultura de precisão e/ou realização de análises de solo.</p> <p>As propriedades possuem áreas de reserva legal, fazem manutenção preventiva do maquinário para evitar desperdícios na aplicação de insumos, dentre outras ações que contribuem para a minimização das emissões.</p>
4.4 A expansão do cultivo de soja é responsável.	<p>Em nenhuma das fazendas auditadas foram feitas aberturas de área após 2016. Em duas das fazendas auditadas foi verificado por imagens de satélite que ocorreram algumas aberturas após maio de 2009 e antes de 2016, em áreas permitidas pelos mapas da RTRS.</p>
4.5 A biodiversidade da fazenda é mantida e resguardada através da preservação da vegetação nativa.	<p>No Memorial de Caracterização e Plano de Controle Socioambiental do Grupo Cresol de Certificação RTRS, desenvolvido pela Cresol, há mapas delimitando as áreas de produção, vegetação nativa e cursos d'água de todas as propriedades.</p> <p>É proibida a caça ou coleta de espécies não permitidas em todas as fazendas auditadas. Há placas com a proibição nas áreas.</p> <p>Todas as fazendas auditadas possuem acima de 10% de vegetação nativa.</p>
PRINCÍPIO 5: Boas Práticas Agrícolas	
REQUISITO	RESUMO DE DESEMPENHO
5.1 A qualidade e a oferta de águas superficiais e subterrâneas são mantidas ou melhoradas.	<p>As propriedades utilizam técnicas que definem as boas práticas agrícolas e promovem a conservação dos recursos hídricos. As propriedades realizam plantio direto e duas delas trabalham com agricultura de precisão.</p> <p>As fazendas estão contempladas no documento Manejo Integrado de Culturas do Grupo Cresol de Certificação RTRS (MIC), desenvolvido pela Cresol, com procedimentos que englobam as BPA.</p> <p>Não são despejados quaisquer tipos de águas residuais nos cursos d'água.</p> <p>As fazendas fazem análises para monitoramento da qualidade da água.</p> <p>Somente uma das fazendas utiliza irrigação, porém não para o cultivo da soja, e possui as outorgas.</p>

<p>5.2 As áreas de vegetação natural em volta de nascentes e ao longos cursos naturais de água são mantidas ou restabelecidas.</p>	<p>A Cresol fez um levantamento geoespacial de todas as propriedades contemplando um mapeamento dos cursos d'água. Verificado que as fazendas que possuem cursos de água em suas propriedades preservam a mata ciliar.</p>
<p>5.3 A qualidade do solo é mantida ou melhorada e a erosão é evitada através de boas práticas de manejo.</p>	<p>As fazendas auditadas demonstram conhecimento das técnicas de controle de erosão do solo, bem como recebem assessoria técnica adequada.</p> <p>As fazendas realizam sucessão de cultivos. Não há cultivo de soja sobre soja, é respeitado o período do vazio sanitário do estado de Goiás.</p>
<p>5.4 Os impactos negativos de produtos fitossanitários sobre o meio ambiente e a saúde são reduzidos pela aplicação de técnicas sistemáticas e reconhecidas de Manejo Integrado de Culturas (MIC).</p>	<p>O grupo possui o documento Manejo Integrado de Culturas do Grupo Cresol de Certificação RTRS (MIC), que prevê os procedimentos para a realização de monitoramento, prevenção e controles.</p> <p>As fazendas utilizam somente agroquímicos devidamente registrados, originais e genuínos, seguindo prescrição via receituários agrônômicos emitidos por profissionais qualificados e respeitando as informações dos rótulos dos produtos.</p> <p>Todas as fazendas fazem monitoramentos de pragas, doenças, ervas daninhas e inimigos naturais, porém não fazem registros, e não há um programa de redução do uso de produtos fitossanitários, levando a uma não-conformidade nos indicadores 5.4.1/5.4.2/5.4.5.</p>
<p>5.5 Toda aplicação de agroquímicos⁴ é documentada e há monitoramento de todo o armazenamento, manuseio, coleta e descarte de resíduos químicos e embalagens vazias para garantir a conformidade com as boas práticas.</p>	<p>Todas as fazendas auditadas registram o uso de agrotóxicos.</p> <p>Em todas as fazendas as embalagens vazias são lavadas no momento da aplicação, armazenadas temporariamente nas fazendas e entregues em centrais de recebimento.</p> <p>A maioria das fazendas possui depósitos de agroquímicos e de embalagens vazias de acordo com as normas, fechados, trancados, cobertos, sinalizados etc. As que não possuem depósito de agroquímicos, recebem os produtos diretamente da revenda no dia da aplicação.</p> <p>Duas das fazendas auditadas não sinaliza as áreas onde foram feitas aplicações de agroquímicos, o que levou a uma não-conformidade no indicador 5.5.4.</p>

	O uso de fertilizantes e corretivos segue as recomendações técnicas em todas as fazendas auditadas.
5.6 Uso Responsável de Agroquímicos.	As fazendas não utilizam nenhum agroquímico listado nas Convenções de Estocolmo e Roterdã. Duas fazendas ainda utilizam o Paraquat e não há um programa de redução progressiva de uso do mesmo, o que levou a uma não-conformidade nos indicadores 5.6.2/5.6.3.
5.7 O uso de agentes de controle biológico é documentado, monitorado e controlado de acordo com as leis nacionais e protocolos científicos aceitos internacionalmente.	Nenhuma das fazendas auditadas faz uso de agentes de controle biológico.
5.8 Medidas sistemáticas são planejadas e implementadas para monitorar, controlar e minimizar a proliferação de novas pragas e espécies invasoras introduzidas.	No Estado de Goiás, há órgãos que realizam o monitoramento e controle de pragas e espécies invasoras, além da Defesa Agropecuária e a EMBRAPA, também há centros de pesquisa voltados para esta área. Caso ocorram surtos ou incidência de novas pragas as propriedades entrariam em contato com essas instituições.
5.9 Medidas adequadas são implantadas para evitar a deriva de agroquímicos para áreas vizinhas.	As fazendas seguem as boas práticas na aplicação de agroquímicos, como por exemplo, observação de condições climáticas favoráveis, apesar de nenhuma das fazendas registrar as condições climáticas do momento da aplicação, o que será de cumprimento obrigatório a partir do próximo ano da certificação. Não há aplicação aérea em nenhuma das fazendas auditadas. Nas aplicações terrestres, é respeitada a distância mínima de 30 metros de residências e corpos d'água.
5.10 São implementadas as medidas apropriadas para possibilitar a coexistência de sistemas de produção distintos.	Os sistemas de produção utilizados nas propriedades auditadas são comuns na região e são tomadas todas as medidas para evitar a deriva de agroquímicos para áreas adjacentes. Não há casos de danos a áreas vizinhas causados por derivas partindo das fazendas.
5.11 A origem das sementes é controlada para melhorar a produção e prevenir a introdução de novas doenças.	As fazendas adquirem sementes de fontes conhecidas, conforme verificado em notas fiscais de compra.

5.13 Resumo do desempenho do multi-site com relação aos Requisitos da Cadeia de Custódia para Produtores V2.1.

CRITÉRIO	RESUMO DE DESEMPENHO
----------	----------------------

1.1 Identificação de Material produzido	Não faz parte do escopo de certificação. O grupo não fará venda de soja certificada na cadeia física, apenas venda de créditos.
1.2 Resumos de Volume	Não faz parte do escopo de certificação. O grupo não fará venda de soja certificada na cadeia física, apenas venda de créditos.
1.3 Registros	Não faz parte do escopo de certificação. O grupo não fará venda de soja certificada na cadeia física, apenas venda de créditos.
1.4 Produtos fornecidos com Declarações RTRS	Não faz parte do escopo de certificação. O grupo não fará venda de soja certificada na cadeia física, apenas venda de créditos.

5.14 Registro de Não-Conformidades da Primeira auditoria de vigilância

6.14.1 Registro de não-conformidades para indicadores do Padrão RTRS de Produção e das respectivas ações corretivas e evidências		
Nº Indicador / Nível	Descrição da NC	Ação Corretiva / Evidência
Fazenda 1:	Fazenda Cachoeira	
1.1.2; 2.2.1; 2.2.2 / Maior	A fazenda não possui um Contrato de Trabalho específico junto aos funcionários.	Foram feitos contratos de trabalho entre empregados e empregador. Evidências: Contratos de trabalho assinados em 12/07/2018 com os funcionários Crisanto Pereira da Cunha, Nilson Joaquim Machado, Sérgio da Silva Pereira.
1.1.2; 2.3.2 / Maior reduzida para Menor	A fazenda não possui um PGSSMTR/PCMSO.	Contratada empresa prestadora de serviço para elaboração dos programas. Evidência: Contrato de Prestação de Serviços de Segurança e Medicina do Trabalho, assinado em 13/07/2018 com a empresa Tecnosol Consultoria Rural.
2.3.6 / Menor	Não há placas com os procedimentos e telefones úteis em caso de emergência.	Elaborada placa com os procedimentos e telefones úteis. Evidência: Foto das placas fixadas em locais de trabalho na fazenda.
4.2.3 / Menor	O tanque de combustível não possui rampa de abastecimento com canaletas e caixas de separação.	Foi concretada e rampa de abastecimento, colocadas canaletas e caixas de separação. Evidência: Foto da rampa de abastecimento e caixas de coleta e separação.

5.4.1; 5.4.2; 5.4.5 / Menor	A fazenda não possui planilhas de monitoramento para pragas e doenças e não há um documento de redução do uso de produtos fitossanitários.	Desenvolvida planilha de monitoramento de pragas e doenças e incluído no MIC orientações para redução de produtos fitossanitários. Evidência: MIC - Manejo Integrado de Culturas do Grupo Cresol de Certificação RTRS e Planilha de Monitoramento de pragas, Doenças e Plantas Daninhas na Cultura da Soja - MIP Soja.
Nº Indicador / Nível	Descrição da NC	Ação Corretiva / Evidência
Fazenda 3:	Fazenda Rio do Peixe	
4.2.2 / Menor	O óleo queimado é armazenado em tambores dentro do barracão. Os resíduos recicláveis são queimados na propriedade.	Feito orçamento do serviço e materiais para fazer a contenção do óleo queimado. Resíduos recicláveis serão entregues no ponto de coleta no povoado de Caraíba. Evidências: Foto do orçamento e do material comprado para fazer a estrutura de armazenamento de óleo queimado. Foto do ponto de coleta de resíduos.
4.2.3 / Menor	O tanque de combustível não possui rampa de abastecimento e caixas de coleta e separação.	Foi orçado material e serviço para realizar a concretar rampa e caixa de separação. Evidência: Foto do orçamento e do material comprado para fazer a adequação.
5.4.1; 5.4.2 e 5.4.5 / Menor	A fazenda não possui planilhas de monitoramento para pragas e doenças e não há um documento de redução do uso de produtos fitossanitários.	Desenvolvida planilha de monitoramento de pragas e doenças e incluído no MIC orientações para redução de produtos fitossanitários. Evidência: MIC - Manejo Integrado de Culturas do Grupo Cresol de Certificação RTRS e Planilha de Monitoramento de pragas, Doenças e Plantas Daninhas na Cultura da Soja - MIP Soja.
5.5.1 / Menor	Não há anotações das quantidades e dosagens aplicadas.	Criada planilha para anotação das dosagens aplicadas de fitossanitários. Evidência: Planilha de Controle de Aplicações de Produtos Fitossanitários.
5.5.4 / Menor	A fazenda não instala placas de identificação nos talhões onde foi realizada aplicação de agroquímicos.	Criada placa para identificação das áreas onde serão aplicados os produtos. Evidência: Foto das placas de identificação de aplicação de agroquímicos.
5.6.1 e 5.6.2 / Menor	A propriedade fez uso de derivados de Paraquat. Não há um programa de redução progressiva do uso de Paraquat ao longo do tempo.	A Cresol fez comunicação aos agricultores relatando a proibição do uso do Paraquat e indicando produtos substitutos. Evidência: Documento MIC - Manejo Integrado de Culturas do Grupo Cresol de Certificação RTRS bem como Resolução da Diretoria

		Colegiada da Anvisa - RDC nº 190 de 30.11/2017.
Nº Indicador / Nível	Descrição da NC	Ação Corretiva / Evidência
Fazenda 4	Fazenda Santa Rita	
1.1.2; 2.2.1; 2.2.2/ Maior	A fazenda não possui um Contrato de Trabalho específico com seus funcionários.	Foram feitos contratos de trabalho entre empregados e empregador. Evidência: Contratos de trabalho assinados em 12/07 com os empregados Clenio Cezar Machado, Cristian Figueiredo Marine e Marden de Castro Machado.
1.1.2; 2.3.2 / Maior reduzida para Menor	A fazenda não possui um PGSSMTR/PCMSO.	Contratada empresa prestadora de serviço para elaboração dos programas. Evidência: Contrato de Prestação de Serviços de Segurança e Medicina do Trabalho, assinado em 13/07/2018 com a empresa Tecnosol Consultoria Rural.
2.3.6 / Menor	Não há placas com os procedimentos e telefones úteis em caso de emergência.	Elaborada placa com os procedimentos e telefones úteis. Evidência: Foto das placas fixadas em locais de trabalho na fazenda.
4.2.3 / Menor	O tanque de combustível não possui rampa de abastecimento com canaletas e caixas de separação.	Feito orçamento de material e serviço para realizar o concretamento da rampa de abastecimento, colocar as canaletas e as caixas de separação. Evidência: Foto do orçamento e do material comprado para fazer a adequação.
5.4.1; 5.4.2 e 5.4.5/ Menor	A fazenda não possui planilhas de monitoramento para pragas e doenças e não há um documento de redução do uso de produtos fitossanitários.	Desenvolvida planilha de monitoramento de pragas e doenças e incluído no MIC orientações para redução de produtos fitossanitários. Evidência: MIC - Manejo Integrado de Culturas do Grupo Cresol de Certificação RTRS e Planilha de Monitoramento de pragas, Doenças e Plantas Daninhas na Cultura da Soja - MIP Soja.
5.5.4 / Menor	A fazenda não instala placas de identificação nos talhões onde foi realizada aplicação de agroquímicos.	Criada placa para identificação dos talhões onde ocorreu a aplicação. Evidência: Foto da placa de identificação contendo a data permitida para reentrada.
5.6.2 e 5.6.3 / Menor	Não há um programa de redução progressiva do uso de Paraquat ao longo do tempo.	A Cresol fez comunicação aos agricultores relatando a proibição do uso do Paraquat e indicando produtos substitutos. Evidência: Documento MIC - Manejo Integrado de Culturas do Grupo Cresol de Certificação

		RTRS bem como Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa - RDC n° 190 de 30.11/2017.
6.14.2 Registro de não-conformidades referente aos Requisitos da Cadeia de Custódia para Produtores e das respectivas ações corretivas e evidências		
Nº Indicador / Nível	Descrição da NC	Ação Corretiva / Evidência
N/A	N/A	N/A
6.14.3 Registro de não-conformidades referentes aos Requisitos do Padrão de Certificação Grupal e Multi-site		
Nº Indicador / Nível	Descrição da NC	Ação Corretiva / Evidência
3.1.4 / Menor	Não há previsão de que o membro não será incluso no escopo de certificação caso haja NC maior na auditoria inicial.	Foi incluído no manual de gestão do grupo que o membro que tiver não-conformidade maior na auditoria inicial, não será incluído na certificação. Evidência: Manual de Gestão do Grupo Cresol de Certificação RTRS, item 4.
3.1.10 / Menor	Não há previsão da exclusão do membro em caso de não conformidade maiores não resolvidas no prazo de 30 dias.	Foi incluído no manual de gestão do grupo que membros que tiverem não-conformidades maiores e não resolverem as mesmas no prazo de 30 dias, serão excluídos da certificação. Evidência: Manual de Gestão do Grupo Cresol de Certificação RTRS, item 7.
3.1.11 / Menor	Não há previsão estabelecendo que não conformidades menores não resolvidas no prazo, sejam transformadas em maiores e tratadas como tal.	Incluído no manual de gestão do grupo que não-conformidades menores não tratadas no prazo passarão a constar como não-conformidades maiores e, se não atendidas no prazo máximo de 3 dias, o agricultor será excluído do grupo. Evidência: Manual de Gestão do Grupo Cresol de Certificação RTRS, item 11.
3.1.12 / Menor	Não há previsão de que o volume correspondente ao membro excluído seja retirado do volume total do grupo.	Incluído no manual de gestão que, caso ocorra a exclusão de algum agricultor do grupo RTRS Cresol, o volume de soja correspondente à fazenda excluída deverá ser subtraído do volume total do grupo. Evidência: Manual de Gestão do Grupo Cresol de Certificação RTRS, item 7.

5.15 Resultado Final da Primeira auditoria de vigilância

Conformidade com os Requisitos do Padrão de Certificação Grupal	O gerente do grupo demonstra cumprimento com a totalidade dos requisitos aplicáveis do Padrão de Certificação Grupal e Multi-site.
Conformidade com o Padrão RTRS de Produção	As fazendas demonstram cumprimento com a totalidade dos indicadores aplicáveis do Padrão de Produção.
Conformidade com o Padrão RTRS da Cadeia de Custódia	N/A – Não faz parte do escopo.

5.16 Decisão atualizada sobre a certificação – Primeira auditoria de vigilância

Foram apresentados planos de ação e ações corretivas satisfatórias para as não-conformidades identificadas nas fazendas auditadas, referentes a 14 (quatorze) indicadores do Padrão de Produção, e para as não-conformidades identificadas em 4 (quatro) indicadores do Padrão de Certificação Grupal e Multi-site aplicado no gerente do grupo. Também foram apresentadas as evidências que confirmam a implementação das ações corretivas.

Considerando que, após a implementação das ações corretivas apresentadas:

- todos os indicadores do Padrão de Certificação Grupal e Multi-site estão sendo atendidos pelo gerente do grupo;
- todos os indicadores de cumprimento imediato e de curto prazo estão em conformidade com o Padrão de Produção RTRS;
- boa parte dos indicadores de médio prazo está em conformidade com o Padrão de Produção RTRS, está mantida a certificação de conformidade com a Interpretação Nacional Brasileira do Padrão RTRS de Produção de Soja Responsável V3.1 para o grupo de produtores CRESOL - Estrada de Ferro.

SEGUNDA AUDITORIA DE VIGILÂNCIA - 2019

6. PARA ATUALIZAÇÃO ANUAL DO RELATÓRIO:

6.1 Data auditoria de vigilância	15 a 19/07/2019		
6.2 Data emissão certificado	13/07/2017	5.3 Data prevista próxima auditoria de vigilância	Julho/2020
6.4 Equipe de Auditoria	Jéssica Leite Jorge – Auditora		
6.5 Padrão RTRS			
1. Interpretação Nacional Brasileira do Padrão RTRS de Produção de Soja Responsável V3.1;			
2. Padrão RTRS de Certificação Grupal e Multi-site V3.1_ENG.			
6.6 Locais auditados			
Nº	Nome	Endereço (Rua, nº, estado, país)	
#	CRESOL Estrada de Ferro – Gerente do Grupo	Avenida Dr. Enéas Bretas, quadra A, Lote 17, Centro – Orizona-GO– Brasil.	
2	Fazenda Santana	Rodovia GO-330 Orizona sentido Vianópolis, Km 25 à direita + 2 Km, Orizona-GO.	

3	Fazenda Taquaral e Cuiabanos	Orizona sentido povoado Taquaral, Km 08 à esquerda + 2 Km. Orizona-GO
4	Fazenda Rio dos Bois	Estrada Silvânia sentido São Miguel do Passa Quatro e BR-457, Km 40, Silvânia-GO
5	Fazenda Engenho Velho	Estrada Silvânia São Miguel Passa Quatro km 15, Silvânia-GO

6.7 Descrição das modificações significativas na Gestão ou nos métodos de produção

As modificações significativas foram:

- O gerente do grupo excluiu duas fazendas desde a última auditoria – Fazenda Areias e Fazenda Retiro – uma por não arrendar mais áreas para cultivo agrícola e a outra por não ter mais interesse em cultivar soja na próxima safra;
- Após a auditoria externa, a Fazenda Santana foi excluída do escopo de certificação pois não foi possível concluir se a abertura em áreas arrendadas se tratava ou não de vegetação nativa, visto que não foram apresentadas evidências documentais que provassem o tipo da vegetação suprimida.

6.8 Área de produção de soja atualizada (ha):	8.527, 02
6.9 Volume de produção atualizado (ton):	29.111

6.10 Lista atualizada de membros

Número atualizado de membros				
				15
Nº	Nome da Fazenda	Nome do Produtor	Endereço e Coordenadas Geográficas	Área total da propriedade (ha)
01	Fazenda Matão	Aires Alves dos Santos	Rodovia GO-330 Orizona sentido Vianópolis, Km 01 à esquerda + 2 Km à direita. Orizona-GO - Brasil Latitude: 17° 0'53.39"S Longitude: 48°18'42.21"O	76,4221
02	Fazenda Cachoeira	Daniel Olímpio Alvares e Nilton Olímpio Alvares	Orizona sentido povoado da Cachoeira, Km 22 à esquerda. Orizona-GO - Brasil Latitude: 16°54'53.65"S Longitude: 48° 9'21.19"O	1.097,2
03	Fazenda Morro Alto	Diego Frutuoso Corrêa de Assis e Hélio Frutuoso de Assis	Rodovia GO-219 Orizona sentido Distrito de Egerineu Teixeira, Km 07 à direita. Orizona-GO - Brasil Latitude: 17° 3'1.09"S Longitude: 48°21'43.86"O	932,2
04	Fazenda Areias de Baixo	Leandro De Carli, Valmor Antônio De Carli e Marco Aurélio De Carli	Rodovia GO-219 Orizona sentido Montes Claros, após o povoado seguir por mais 2 Km à esquerda. Orizona-GO – Brasil Latitude: 17°9'28.74"S Longitude: 48°9'32.03"O	1.960

05	Fazenda Morro Alto	Abelardo José Nicole, Nison Nicole Filho e Davi Nicole	Rodovia GO-219 Orizona sentido Distrito de Egerineu Teixeira, Km 08 à esquerda. Orizona-GO - Brasil Latitude: 17°4'7.72" S Longitude: 48°22'0.12"O	1.031
06	Fazenda Taquaral e Cuiabanos	Luiz Francisco Foguesatto	Orizona sentido povoado Taquaral, Km 08 à esquerda + 2 Km. Orizona-GO - Brasil Latitude: 16°56'54.61"S Longitude: 48°18'37.90"O	366
07	Fazenda Taquaral de Cima	Geracina Daniela da Silva e Pascoal Pereira da Silva	Rodovia GO 330, sentido Orizona/Caraíba, após 20 Km virar à direita e seguir por mais 4 Km. Vianópolis-GO – Brasil Latitude: 16°53'40.38"S Longitude: 48°22'0.90"O	87
08	Fazenda Engenho Velho	Antônio Austerio Carvalho	Estrada Silvânia sentido São Miguel Passa Quatro, Km 15. Silvânia-GO - Brasil Latitude: -16.778523 Longitude: -48.633775	326,68
09	Fazenda Rio dos Bois	Paulo Edson e Iraides Souza	Estrada Silvânia sentido São Miguel do Passa Quatro e BR-457, Km 40. Silvânia-GO - Brasil Latitude: -16.878407 Longitude: -48.603229	490
10	Fazenda Mucambo	Nadir de Souza e Luiz Gustavo de Souza	Rodovia GO 437, Km 24 à direita + 6 Km. Silvânia-GO - Brasil Latitude: -16.428912 Longitude: -48.634759	725
11	Fazenda Rio do Peixe	Valdivino Souza Loubo	Rodovia GO-330, Km 109 à direita + 8 Km. Silvânia-GO - Brasil Latitude: -16.890582 Longitude: -48.438860	465,81
12	Fazenda Ponte Alta	Josival Cardoso	Rodovia GO-330 sentido Leopoldo de Bulhões, trevo sentido a Cruzeiro, Km 12, 2 Km à esquerda. Silvânia-GO - Brasil Latitude: -16.701849 Longitude: -48.798744	103
13	Fazenda Boa Esperança	Eli Signor	Rodovia GO-010 sentido Luziânia, após Posto Quilombo, 6 Km à direita + 7 Km à direita. Silvânia-GO - Brasil Latitude: -16.605829 Longitude: -48.260294	936,03
14	Fazenda Engenho Velho	Joval Jesus da Silva	Estrada Silvânia sentido São Miguel Passa Quatro, Km 16. Silvânia-GO - Brasil Latitude: -16.785815 Longitude: -48.637973	362
15	Fazenda Santa Rita	Adilson Sopran	Rodovia GO 330, Km 212 à esquerda + 14 Km. Silvânia-GO - Brasil Latitude: -16.859656 Longitude: -48.292990	800

6.11 Resumo do desempenho do Gerente com relação aos requisitos do Padrão RTRS de Certificação Grupal e Multi-site V3.1

CRITÉRIO	RESUMO DE DESEMPENHO
1. Procedimentos de gestão grupal e multi-site.	<p>A gestão da certificação RTRS do grupo está sob responsabilidade da Cresol Estrada de Ferro, que possui um <i>Manual de Gestão do Grupo Cresol de Certificação RTRS Estrada de Ferro – Goiás</i>, que nomeia o gestor do grupo, seus suplentes, bem como suas responsabilidades.</p> <p>Em 2019, não houve inclusão de novos membros, somente a exclusão de duas fazendas do grupo – Fazenda Areias e Fazenda Retiro – uma por não estar mais arrendando áreas para cultivo agrícola e, a outra não irá cultivar soja na próxima safra.</p> <p>O gerente demonstrou possuir mecanismos implementados que garantem o cumprimento dos requisitos para fazer parte e se manter no grupo.</p>
2. Consentimento informado dos membros do grupo	<p>A função de gerente do grupo foi delegada à diretora Leni Sousa. Como suplentes, foram designados Leonardo dos Santos Vieira e Ciro Eduardo Correa, responsáveis pela implementação da certificação na ausência da gerente.</p> <p>Todas as responsabilidades do gerente e membros do grupo, bem como demais requisitos pertinentes em se manter a certificação estão descritas no <i>Manual de Gestão do Grupo Cresol de Certificação RTRS Estrada de Ferro</i>. Entretanto, em nenhum documento verificado, descreve qual o custo em se tornar membro do grupo, o que gerou uma não-conformidade no indicador 2.2.1.</p> <p>A cada nova adesão ao grupo, o membro assina um <i>Termo de Adesão e Compromisso</i>, que descreve quais as responsabilidades da fazenda.</p> <p>São realizadas visitas anuais nas propriedades para realização de uma auditoria interna, com objetivo de verificar a implementação da Certificação. Além disso, as fazendas recebem acompanhamento técnico dos profissionais da Tecnosol Consultoria Rural.</p> <p>Periodicamente, a Cresol realiza eventos de divulgação e conscientização para os membros do grupo e comunidade onde atua. Além disso, o gerente do grupo promove encontros semestrais com os membros, onde são repassadas atualizações do Padrão RTRS e as melhorias implementadas em cada fazenda.</p>
3. Controle e monitoramento do cumprimento dos membros	<p>Nas fazendas que demonstram interesse em fazer parte do grupo é realizada uma visita in loco, pelos técnicos de campo da Tecnosol, sendo aplicado um checklist contendo todos indicadores do Padrão de Produção</p>

	<p>RTRS e demais obrigações pertinentes. Também é aplicada inicialmente em cada fazenda uma avaliação de risco, sendo revisada anualmente.</p> <p>São realizadas anualmente auditorias internas, para orientar aos produtores sobre melhores práticas e verificar a implementação da Certificação RTRS. Caso for identificada alguma não-conformidade é emitida uma SAC (Solicitação de Ação Corretiva).</p>
4. Manutenção de Registros	<p>O gerente do grupo mantém arquivado eletronicamente todos os documentos referentes a certificação, devidamente separados por ano, desde o primeiro ano. Também armazena uma cópia do <i>Termo de Adesão e Compromisso</i>, assim como cópia física e eletrônica das auditorias de admissão, auditorias internas e todas as SACs emitidas.</p> <p>Também são documentados todos os dados dos membros, como nome do produtor e propriedade, contato telefônico e e-mail, áreas totais e de plantio, produção total por safra, coordenadas geográficas, data e motivo de exclusão de membro.</p> <p>Todo volume de crédito comercializado e demais custos são registrados desde o primeiro ano de certificação.</p>
5. Cadeia de Custódia	<p>Os requisitos Cadeia de Custódia para produtores não fazem parte do escopo de certificação.</p> <p>O grupo não realiza venda de soja física RTRS e todo volume de créditos produzidos são comercializados pelo gestor do grupo.</p> <p>Consta no <i>Manual de Gestão do Grupo</i>, que toda e qualquer comunicação ou reivindicação relacionada à certificação RTRS deverá seguir a Política.</p>

6.12 Resumo do desempenho do grupo com relação aos critérios da Interpretação Nacional Brasileira do Padrão RTRS de Produção de Soja Responsável V3.1.

PRINCÍPIO 1: Conformidade Legal e Boas Práticas de Negócio	
REQUISITO	RESUMO DE DESEMPENHO
1.1 Toda a legislação local e nacional aplicável é conhecida e cumprida.	<p>As fazendas auditadas se mantêm informadas sobre as leis aplicáveis e suas atualizações através de assessorias de escritórios de contabilidade, assessoria agrônômica, ambiental, e da própria Cresol e Tecnosol.</p> <p>Conforme evidenciado ao longo das auditorias realizadas, a maioria as leis aplicáveis estão sendo cumpridas nas quatro fazendas auditadas, como por exemplo: as fazendas possuem outorga de uso da água, licenças ambientais pertinentes e todos os agrotóxicos são adquiridos com as receitas agrônômicas.</p> <p>Entretanto, foi verificado que na Fazenda Santana havia</p>

	colaboradores temporários trabalhando sem o devido contrato com o produtor, o que gerou uma não-conformidade no indicador 1.1.2.
1.2 Os direitos de uso da terra estão claramente definidos e são demonstráveis.	As áreas das propriedades auditadas são devidamente registradas através de matrículas e/ou contratos de arrendamento.
1.3 Existe uma melhoria contínua em relação aos requisitos deste padrão.	Foram identificados pelo o gerente do grupo alguns aspectos que necessitam de melhoria nas quatro fazendas auditadas. Entretanto, após essa identificação não houve o devido monitoramento o que acabou gerando não-conformidade nas quatro fazendas auditadas nos indicadores 1.3.2 e 1.3.3.
PRINCÍPIO 2: Condições de Trabalho Responsável	
REQUISITO	RESUMO DE DESEMPENHO
2.1 Trabalho infantil, trabalho forçado, discriminação e assédio não ocorrem e não recebem apoio.	Em duas das fazendas auditadas não há contratação de funcionários, sendo caracterizada como sistema de agricultura familiar. Os colaboradores entrevistados afirmaram serem livres para deixar a fazenda e rescindir a relação trabalhista, quando tiver interesse. Não evidenciou indícios de trabalho forçado, imposto, obrigado, traficada ou de qualquer modo involuntário. Nas fazendas auditadas não há contratação de menores de idade. Também não foi identificado nenhum indício de discriminação de qualquer natureza, bem como qualquer indício de punições, coerções e agressões de qualquer espécie ou evidências de que as fazendas retenham documentos dos trabalhadores, bem como salários e benefícios.
2.2 Os trabalhadores - empregados direta e indiretamente na fazenda - e arrendatários estão devidamente informados e treinados para suas tarefas e cientes de seus direitos e deveres.	Em duas das fazendas auditadas não há contratação de funcionários, sendo caracterizada como sistema de agricultura familiar. Em uma das fazendas auditadas há apenas um colaborador, que reside sozinho na fazenda, não possuindo cônjuge ou filhos trabalhando no mesmo local. Já na segunda fazenda auditada, há 5 colaboradores sendo, 3 fixos e 2 temporários. Nesta fazenda, não havia contrato de trabalho com os funcionários temporários, o que gerou uma não-conformidade no indicador 2.2.1. A cada contratação os colaboradores recebem instruções onde são abordadas direitos e deveres da

	empresa e do trabalhador, questões de saúde e segurança e específicas da função que irão desempenhar.
2.3 Um local de trabalho seguro e saudável é garantido a todos os trabalhadores.	<p>Mesmo nas fazendas com mão-de-obra familiar, os proprietários demonstram compreensão sobre as questões de saúde e segurança.</p> <p>Na fazenda Taquaral e Cuiabanos o proprietário demonstra compreensão sobre as questões de saúde e segurança, como por exemplo participação em cursos e treinamentos e a fazenda possui documentação pertinente à saúde e segurança do trabalho, tais como: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). Entretanto, não foi possível evidenciar a entrega de EPI ao funcionário gerando uma não-conformidade no indicador 2.3.4. Também foi verificado que não há um entendimento sobre as primeiras ações a serem tomadas em caso de emergência, como por exemplo, com quem entrar em contato, sendo gerado uma não-conformidade no indicador 2.3.6.</p> <p>Já na fazenda Santana, foi verificado que os colaboradores recebem os equipamentos de proteção individual (EPI) e registram. A fazenda possui <i>Procedimento de emergência</i> desenvolvido pelo gerente do grupo que descreve as principais ações para casos de acidentes, queimadas, entre outras emergências.</p> <p>Todas as fazendas auditadas possuem kit de primeiros socorros e veículo disponível para remoção em casos de acidentes e emergências.</p> <p>As fazendas que possuem funcionários, evidenciaram a capacitação para as atividades, principalmente o manuseio com defensivos agrícolas. Além disso, a saúde dos colaboradores são monitoradas a partir de exames médicos admissionais, periódicos e demissionais.</p>
2.4 Todos os trabalhadores gozam de liberdade de associação e do direito à negociação coletiva.	Através de entrevistas nas duas fazendas que possuem funcionários, foi evidenciado que estes não são impedidos de interagir com partes externas e possuem total liberdade de participar de negociações coletivas, se houverem. Porém, não há nenhum acordo coletivo em vigor com estas propriedades.
2.5 Todos os trabalhadores da fazenda, empregados direta ou indiretamente, têm remuneração, no mínimo, igual ao valor previsto na legislação nacional e em acordos setoriais.	<p>Em duas das fazendas auditadas não há contratação de funcionários, sendo caracterizada como sistema de agricultura familiar.</p> <p>Nas demais, foi verificado em entrevistas e confirmado em <i>Recibo de Pagamento</i>, que não são feitas deduções</p>

	<p>salariais indevidas, somente as previstas por lei, como INSS.</p> <p>As jornadas de trabalho são registradas via formulário manual e a jornada de trabalho normal é de 8 horas diárias ou 44 horas semanais. Foi verificado que não são feitas horas extras em excesso e que são voluntárias.</p> <p>Na fazenda Santana todas as horas extras são pagas e, na fazenda Taquaral e Cuiabanos é acordado entre o proprietário e o colaborador que as horas extras são remuneradas ou compensadas com folgas em outros dias.</p> <p>Os trabalhadores recebem salários acima ou iguais ao mínimo nacional, comprovado por holerites e por entrevistas.</p> <p>Em duas fazendas auditadas, a análise de água apresentada estava em desacordo com a Portaria nº 2.914, o que gerou não-conformidades no indicador 2.5.9.</p>
PRINCÍPIO 3: Relação Responsável com as Comunidades	
REQUISITO	RESUMO DE DESEMPENHO
<p>3.1 Há canais disponíveis para comunicação e diálogo com a comunidade local sobre temas relacionados às atividades da fazenda produtora de soja e seus impactos.</p>	<p>O gerente do grupo possui uma caixa de sugestão no escritório e divulga o contato dos membros do grupo em sites e redes sociais.</p> <p>Além disso, os proprietários das fazendas Rio dos Bois e Engenho Velho são bem conhecidos na região, sendo associados ao Sindicato Rural de Silvânia e membros da comunidade Engenho Velho e, um deles é coordenador da comunidade local, Nossa Senhora Auxiliadora.</p> <p>Três fazendas visitadas possuem placa de identificação na entrada, contendo o contato do proprietário. Entretanto uma fazenda não possui placa de identificação na entrada da fazenda com o contato do proprietário, o que gerou uma não-conformidade no indicador 3.1.1</p> <p>Verificado mediante entrevistas que os canais de comunicação são conhecidos e permitem a comunicação adequada entre os produtores e comunidades locais.</p>
<p>3.2 Em áreas com usuários tradicionais das terras, os usos conflitantes da terra são evitados ou resolvidos.</p>	<p>Não há casos de disputas relativas aos direitos de uso das terras das propriedades, bem como não há evidências de existência de usuários tradicionais das terras das propriedades.</p> <p>As fazendas não se encontram próximas a terras indígenas e não estão localizadas em locais de importância cultural, ecológica, econômica ou religiosa.</p>

<p>3.3 Um mecanismo de reclamações e queixas está implantado e é acessível à comunidade local, os funcionários e aos usuários tradicionais das terras.</p>	<p>Verificado que os canais disponíveis de comunicação são de fácil acesso e de conhecimento da comunidade local. Além disso, é mantida uma caixa de sugestões/reclamações no escritório do gerente do grupo, que permite que a comunidade faça de forma anônima suas reclamações ou sugestões sobre as fazendas membros do grupo de certificação.</p> <p>Até o momento da auditoria, não há reclamações e queixas recebidas. Foi verificado que, caso recebida alguma reclamação, serão registradas pelo gerente do grupo, via formulário eletrônico, analisadas e posteriormente tratadas.</p>
<p>3.4 São oferecidas oportunidades justas de emprego e fornecimento de bens e serviços à população local, independentemente de sexo ou raça.</p>	<p>Nas fazendas onde há contratações, foi verificado que as oportunidades de emprego são preenchidas através de indicações dos próprios colaboradores. Todos os funcionários são das regiões próximas às fazendas.</p> <p>A Cresol, como gerente do grupo, colabora com a formação da população nos locais em que atua, como por exemplo: <i>Projeto "Olhar para o futuro"</i>, <i>Projeto empreendedorismo rural e urbano</i>. Além disso, os proprietários já disponibilizaram a infraestrutura da fazenda para realização de eventos agrícolas e parte da área agricultável para experimentos com manejo integrado de pragas.</p> <p>As fazendas adquirem insumos agrícolas e alimentícios, peças e maquinários agrícolas de fornecedores da região onde estão inseridas.</p>
PRINCÍPIO 4: Responsabilidade Ambiental	
REQUISITO	RESUMO DE DESEMPENHO
<p>4.1 Os impactos sociais e ambientais dentro e fora do local foram avaliados e foram tomadas as medidas adequadas para minimizar e mitigar quaisquer impactos negativos.</p>	<p>Foi desenvolvido para o grupo de produtores o <i>Memorial de Caracterização e Plano de Controle Socioambiental do Grupo Cresol de Certificação RTRS</i>, que considera as características da região e todos os aspectos relacionados ao grupo.</p> <p>A avaliação contempla todos os requisitos sociais e ambientais para as propriedades de forma abrangente e transparente, existe um plano de ação com metas para a implementação das tratativas e ações identificadas. Sempre que solicitado, é disponibilizada cópia do relatório pela equipe da Tecnosol.</p>
<p>4.2 A poluição é minimizada e os resíduos da produção são geridos de forma responsável.</p>	<p>Em todas fazendas visitadas é proibido qualquer tipo de queimada, conforme placas de proibição.</p> <p>As fazendas possuem Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, desenvolvido pelo gerente do grupo.</p> <p>As fazendas separam os resíduos recicláveis e demais resíduos, e somente uma fazenda auditada não</p>

	<p>evidenciou a correta destinação do óleo usado, em desacordo com o indicador 4.4.2.</p> <p>As propriedades possuem tanque de combustível com dique de contenção, lavador de maquinários com sistema de tratamento e caixas de separação de água e óleo.</p>
<p>4.3 Há esforços para reduzir as emissões e aumentar o sequestro de Gases de Efeito Estufa (GEE) na fazenda.</p>	<p>O controle de combustível fóssil é realizado sobre o uso total consumido em cada fazenda por safra, onde são registrados os volumes totais e os custos dos combustíveis utilizados.</p> <p>Todas fazendas analisam caso houver algum aumento significativo no uso de combustível, sendo que uma das fazendas houve um pequeno aumento, o que foi justificado por ter havido uma área que necessitou de maior quantidade corretivo de solo comparado a safra anterior.</p> <p>Em todas as fazendas, a análise de solo é realizada anualmente, intercalando os talhões.</p> <p>As quatro propriedades auditadas utilizam plantio direto e mantêm, durante o ano todo, a cobertura vegetal na lavoura. Além disso, as áreas de reserva legal são protegidas e preservadas.</p>
<p>4.4 A expansão do cultivo de soja é responsável.</p>	<p>A Tecnosol realizou o levantamento das fazendas com mapas comparativos de imagens de 2009, 2016 e 2019. Além disso, as fazendas foram analisadas em relação aos mapas da RTRS e nenhuma apresentou abertura em área vermelha.</p> <p>Contudo, em duas fazendas auditadas não foi possível evidenciar o levantamento geoespacial comparativo que evidenciasse se houve ou não abertura de área no último ano para cultivo de soja, o que gerou não conformidade no indicador 4.4.2.</p> <p>A não conformidade da Fazenda Santana resultou na exclusão da fazenda, por não haver evidências conclusivas se a vegetação suprimida em algumas áreas arrendadas após 2016 se tratava ou não de vegetação nativa.</p>
<p>4.5 A biodiversidade da fazenda é mantida e resguardada através da preservação da vegetação nativa.</p>	<p>Todas fazendas auditadas possuem mapas contendo os limites de cada propriedade, trecho de drenagem e espelho d'água e APP.</p> <p>O gerente desenvolveu documento que descreve a caracterização da fauna e flora local nas regiões. Entretanto, após o levantamento inicial não foram monitorados a incidência da fauna e da flora de cada fazenda, em desacordo ao indicador 5.5.2.</p>

	<p>A caça e pesca são proibidas nas fazendas de acordo com placas de avisos localizadas nas áreas de reserva legal.</p> <p>As áreas de reservas legais estão entre 10% a 15% da área total própria de cada fazenda conforme informações levantadas e repassadas pela equipe técnica da Tecnosol.</p>
PRINCÍPIO 5: Boas Práticas Agrícolas	
REQUISITO	RESUMO DE DESEMPENHO
5.1 A qualidade e a oferta de águas superficiais e subterrâneas são mantidas ou melhoradas.	<p>As fazendas executam diversas práticas agrícolas que contribuem para a manutenção da qualidade e quantidade de água nas propriedades. Possuem mapeada a localização de cursos d'água dentro e próximos à fazenda; não são vertidas águas residuais para cursos d'água na fazenda; realizam plantio direto, o que contribui para manter a umidade no solo.</p> <p>As unidades realizam análises da qualidade da água e mantêm registros dos resultados. Contudo, duas fazendas auditadas apresentaram resultados em desacordo com a legislação vigente da qualidade da água subterrânea, gerando não-conformidade no indicador 5.1.2</p> <p>Apenas uma das fazendas utiliza sistema de irrigação para soja e não apresentou plano documentado referente as melhores práticas para a irrigação, em desacordo ao indicador 5.1.4.</p>
5.2 As áreas de vegetação natural em volta de nascentes e ao longos cursos naturais de água são mantidas ou restabelecidas.	<p>A Cresol fez um levantamento geoespacial de todas as propriedades contemplando um mapeamento dos cursos d'água. Verificado que não houve remoção das áreas ciliares, as quais estão devidamente preservadas. Não existem áreas úmidas naturais nas fazendas auditadas.</p>
5.3 A qualidade do solo é mantida ou melhorada e a erosão é evitada através de boas práticas de manejo.	<p>As análises de solo contemplam diversos nutrientes do solo como cálcio, magnésio, matéria orgânica, entre outros.</p> <p>Os proprietários demonstram conhecimento de diversas técnicas para preservar o solo, bem como recebem assessoria técnica na área agrícola. Em áreas com declive mais acentuado, são feitas curvas de nível e há manutenção de vegetação e de cobertura permanente para preservar a qualidade do solo.</p> <p>As fazendas realizam sucessão de cultivos. Não há cultivo de soja sobre soja, é respeitado o período do vazio sanitário do estado de Goiás.</p>

<p>5.4 Os impactos negativos de produtos fitossanitários sobre o meio ambiente e a saúde são reduzidos pela aplicação de técnicas sistemáticas e reconhecidas de Manejo Integrado de Culturas (MIC).</p>	<p>Foi desenvolvido pelo gerente do grupo documento que descreve os procedimentos para a realização de monitoramento, prevenção e controles da lavoura.</p> <p>As fazendas utilizam somente agroquímicos devidamente registrados, originais e genuínos, seguindo prescrição via receituários agrônômicos emitidos por profissionais qualificados e respeitando as informações dos rótulos dos produtos.</p> <p>O monitoramento de pragas, doenças, plantas daninhas e predadores naturais é realizado pela equipe técnica da Tecnosol. Porém, apenas uma fazenda apresentou o registro formal do monitoramento. Dessa forma, em três fazendas tiveram não-conformidade no indicador 5.4.5.</p>
<p>5.5 Toda aplicação de agroquímicos⁴ é documentada e há monitoramento de todo o armazenamento, manuseio, coleta e descarte de resíduos químicos e embalagens vazias para garantir a conformidade com as boas práticas.</p>	<p>Somente uma fazenda auditada apresentou registro formal contendo todos os itens exigidos pelos indicadores 5.5.2 e 5.5.3.</p> <p>As embalagens são devidamente lavadas e perfuradas e devolvidas nas centrais de recolhimento habilitadas da região. Contudo, em uma fazenda, no momento da auditoria, não existiam embalagens armazenadas e o produtor não possuía nenhum documento que evidenciasse a correta destinação das embalagens de defensivos agrícolas.</p> <p>As fazendas possuem armazéns de defensivos sinalizados e trancados, com piso concretado e canaletas ao redor direcionadas, porém apenas duas delas possuem uma caixa de tratamento e sumidouro, gerando não-conformidade em duas fazendas no indicador 5.5.3.</p> <p>Verificado que as fazendas sinalizam as áreas recém pulverizadas com placas de reentrada.</p>
<p>5.6 Uso Responsável de Agroquímicos.</p>	<p>As fazendas não utilizam nenhum agroquímico listado nas Convenções de Estocolmo e Roterdã.</p> <p>As quatro fazendas ainda utilizam o Paraquat, porém, foram utilizadas dosagens menores do que a recomendada.</p>
<p>5.7 O uso de agentes de controle biológico é documentado, monitorado e controlado de acordo com as leis nacionais e protocolos científicos aceitos internacionalmente.</p>	<p>A maioria das fazendas auditadas não faz uso de agentes de controle biológico, sendo que somente uma fazenda utilizou produtos biológicos para tratamento de nematoídes.</p>
<p>5.8 Medidas sistemáticas são planejadas e implementadas para monitorar, controlar e minimizar a proliferação de novas pragas e espécies invasoras introduzidas.</p>	<p>No Estado de Goiás, há órgãos que realizam o monitoramento e controle de pragas e espécies invasoras, além da Defesa Agropecuária e a EMBRAPA. Existem também, centros de pesquisa voltados para esta área. Caso ocorram surtos ou incidência de novas</p>

	pragas as propriedades entrariam em contato com essas instituições.
5.9 Medidas adequadas são implantadas para evitar a deriva de agroquímicos para áreas vizinhas.	Os proprietários demonstram conhecimento e ciência em utilizar boas práticas nas aplicações de defensivos, que são realizadas nas primeiras horas da manhã, minimizando a ocorrência de deriva. Das quatro fazendas auditadas, apenas uma realiza o registro das condições climáticas no momento das aplicações, o que gerou não-conformidades em três fazendas no indicador 5.9.2. Não há aplicação aérea em nenhuma das fazendas auditadas. Já as aplicações terrestres, em três das quatro fazendas, ocorrem respeitando os limites permitidos. Mas, uma fazenda teve uma não-conformidade no indicador 5.9.5 devido a lavoura estar a menos de 30 metros de uma área povoada.
5.10 São implementadas as medidas apropriadas para possibilitar a coexistência de sistemas de produção distintos.	Verificado que não há interferências, uma vez que as áreas vizinhas às fazendas possuem os mesmos tipos de produção, de culturas e manejos empregados pelas fazendas auditadas. Não há casos de danos a áreas adjacentes, causados por derivas das propriedades.
5.11 A origem das sementes é controlada para melhorar a produção e prevenir a introdução de novas doenças.	As fazendas adquirem sementes de fontes conhecidas, conforme verificado em notas fiscais de compra.

6.13 Resumo do desempenho do multi-site com relação aos Requisitos da Cadeia de Custódia para Produtores V2.2_ENG.

CRITÉRIO	RESUMO DE DESEMPENHO
1.1 Identificação de Material produzido	Não faz parte do escopo de certificação. O grupo não fará venda de soja certificada na cadeia física, apenas venda de créditos.
1.2 Resumos de Volume	Não faz parte do escopo de certificação. O grupo não fará venda de soja certificada na cadeia física, apenas venda de créditos.
1.3 Registros	Não faz parte do escopo de certificação. O grupo não fará venda de soja certificada na cadeia física, apenas venda de créditos.
1.4 Produtos fornecidos com Declarações RTRS	Não faz parte do escopo de certificação. O grupo não fará venda de soja certificada na cadeia física, apenas venda de créditos.

6.14 Registro de Não-Conformidades da Segunda Auditoria de Vigilância

6.14.1 Registro de não-conformidades para indicadores do Padrão RTRS de Produção e das respectivas ações corretivas e evidências

Nº Indicador / Nível	Descrição da NC	Ação Corretiva / Evidência
Fazenda 1:	Santana	
1.1.2; 2.2.1 / Menor	A fazenda não possui contrato de trabalho por escrito com colaboradores temporários.	Foram firmados contratos de trabalho entre os colaboradores temporários e o empregador. Evidência: Cópia do <i>Contrato de trabalho</i> firmado entre Edicarlos Ferreira Machado e Gabriel de Sousa Santos, devidamente assinado em 03/06/2019.
1.3.2; 1.3.3 / Menor	Não foi possível evidenciar o monitoramento dos aspectos que devem ser melhorados na fazenda.	O gerente de grupo determinou quais os aspectos de melhoria e seus respectivos mecanismos de monitoramentos. Evidência: Cópia do <i>Manual de Gestão do Grupo Cresol De Certificação RTRS, item 15.</i>
2.5.9 / Menor	A água oferecida aos funcionários apresenta parâmetros em desacordo com a Portaria nº 2.914, a partir dos laudos de análises apresentados.	Apresentado plano de ação que será realizado em todos os membros do grupo, com orientações e ações de correção para análises em desacordo com a Portaria nº 2.914. Evidência: Cópia do documento <i>Informativo Cresol Estrada de Ferro – Grupo RTRS</i> que será repassado a todos os membros com as orientações necessárias para correção dos parâmetros em desacordo.
4.2.2 / Menor	Não foi possível evidenciar que o óleo usado foi destinado corretamente.	Apresentado Certificado de Destinação do óleo usado para empresa devidamente habilitada. Evidência: Cópia do <i>Certificado de Coleta de óleo usado ou contaminado</i> emitido pela Lwart Lubrificantes LTDA, referente a coleta de 40 litros no dia 15/08/2019.
4.4.2 / Menor	Não foi possível evidenciar se houve abertura ou não de área para cultivo da soja no último ano.	Foram apresentados mapas comparativos entre os anos de 2009, 2016 e 2019 e mapa de classificação de área RTRS. Os mapas demonstraram haver supressão de vegetação após 2016 em áreas arrendadas, a qual foi justificada pelo produtor como sendo de eucalipto e outras espécies frutíferas. Porém, não foram apresentadas evidências documentais sobre tal afirmação, e por isso o produtor foi excluído do grupo.
4.5.2 / Menor	Não está sendo monitorado a vegetação nativa e vida silvestre da fazenda.	O gerente do grupo acrescentou no Manual de Gestão do Grupo Cresol De Certificação RTRS o procedimento referente ao monitoramento da vegetação nativa e vida silvestre dos membros do grupo.

		Evidência: Cópia do <i>Manual de Gestão do Grupo Cresol De Certificação RTRS</i> , no item 15 descreve o monitoramento da vegetação nativa e vida silvestre nas fazendas membros do grupo.
5.4.5 / Menor	Não foi possível evidenciar os registros de monitoramento de pragas, doenças, ervas daninhas e predadores naturais.	Foram providenciados os registros formais dos monitoramentos realizados na safra 2018/19. Evidência: Cópia <i>Monitoramento de pragas na cultura da soja – MIP Soja; Monitoramento de plantas daninhas na cultura da soja</i> .
Nº Indicador / Nível	Descrição da NC	Ação Corretiva / Evidência
Fazenda 3:	Taquaral e Cuiabanos	
1.3.2; 1.3.3 / Menor	Não foi possível evidenciar o monitoramento dos aspectos que devem ser melhorados na fazenda.	O gerente de grupo determinou quais os aspectos de melhoria e seus respectivos mecanismos de monitoramentos. Evidência: Cópia do <i>Manual de Gestão do Grupo Cresol De Certificação RTRS, item 15</i> .
2.3.4 / Menor	Não foi possível evidenciar a entrega de EPI ao funcionário.	Providenciado o registro da entrega de EPI ao funcionário. Evidência: Cópia do <i>Controle de Uso Individual de Equipamento de Proteção Individual – EPI do funcionário Manoel Dion Missias</i> .
2.3.6 / Menor	A fazenda não possui placas com telefones úteis para casos de emergência.	Instalada placa com os telefones úteis para casos de emergência. Evidência: Foto da placa instalada na oficina da fazenda.
2.5.9 / Menor	Análise de água para consumo humano na fazenda apresentou resultado em desacordo com a Portaria nº 2.914.	Apresentado plano de ação que será realizado em todos os membros do grupo, com orientações e ações de correção para análises em desacordo com a Portaria nº 2.914. Evidência: Cópia do documento <i>Informativo Cresol Estrada de Ferro – Grupo RTRS</i> que será repassado a todos os membros com as orientações necessárias para correção dos parâmetros em desacordo.
3.1.1 / Menor	A fazenda não possui placa com contato da pessoa responsável por receber reclamação/sugestão.	Acrescentado na placa da entrada da fazenda o número telefônico do proprietário. Evidência: Foto da placa localizada na entrada da fazenda contendo o número do produtor rural.
4.5.2 / Menor	Não estão sendo monitorados a vegetação nativa e vida silvestre da fazenda.	O gerente do grupo acrescentou no Manual de Gestão do Grupo Cresol De Certificação RTRS o procedimento referente ao monitoramento da vegetação nativa e vida silvestre dos membros do grupo.

		Evidência: Cópia do <i>Manual de Gestão do Grupo Cresol De Certificação RTRS</i> , no item 15 descreve o monitoramento da vegetação nativa e vida silvestre nas fazendas membros do grupo.
5.1.4 / Menor	A fazenda não possui um plano documentado referente as melhores práticas e cumprimento da legislação quanto a irrigação.	O gerente do grupo providenciou procedimento referente a boas práticas na irrigação, que será aplicado a todos membros, onde necessário. Evidência: Cópia do documento <i>Manejo de Irrigação para a produção de grãos</i> , datado em agosto/2019.
5.4.5 / Menor	A fazenda não registra o monitoramento de pragas, doenças, ervas daninhas e predadores naturais.	Foram providenciados os registros formais dos monitoramentos realizados na safra 2018/19. Evidência: Cópia <i>Monitoramento de pragas na cultura da soja – MIP Soja; Monitoramento de plantas daninhas na cultura da soja</i> .
5.5.1; 5.9.2; 5.7.2 / Menor	A fazenda não registra o uso de agroquímicos, bem como as condições climáticas no momento da aplicação. Não há também registro do uso de controle biológico.	Foram providenciados os registros formais do uso de agroquímicos realizado na safra 2018/19. Evidência: Cópia <i>Controle de aplicação de produtos fitossanitários</i> , devidamente preenchido com os dados da última safra.
5.5.2 / Menor	Não foi possível evidenciar a correta destinação das embalagens vazias de defensivos agrícolas.	As embalagens vazias de defensivos agrícolas foram destinadas para a central de recolhimento habilitada. Evidência: Cópia do <i>Recibo de Entrega de Embalagens Vazias de Defensivos Agrícolas</i> emitido em 08/08/2019.
5.9.5 / Menor	A fazenda realiza aplicação de defensivos a uma distância menor do que 30 metros de área povoada.	Delimitado a área próxima a lavoura que não será plantada na próxima safra (2019/20). Evidência: Foto da área demarcada.
Nº Indicador / Nível	Descrição da NC	Ação Corretiva / Evidência
Fazenda 4	Rio dos Bois	
1.3.2; 1.3.3 / Menor	Não foi possível evidenciar o monitoramento dos aspectos que devem ser melhorados na fazenda.	O gerente de grupo determinou quais os aspectos de melhoria e seus respectivos mecanismos de monitoramentos. Evidência: Cópia do <i>Manual de Gestão do Grupo Cresol De Certificação RTRS, item 15</i> .
4.5.2 / Menor	Não estão sendo monitorados a vegetação nativa e vida silvestre da fazenda.	O gerente do grupo acrescentou no Manual de Gestão do Grupo Cresol De Certificação RTRS o procedimento referente ao monitoramento da vegetação nativa e vida silvestre dos membros do grupo.

		Evidência: Cópia do <i>Manual de Gestão do Grupo Cresol De Certificação RTRS, no item 15.</i>
5.1.2 / Menor	Análise de água realizada na fazenda (poço artesiano e mina) apresentou resultado em desacordo com a Portaria nº 2.914 e CONAMA 257.	Apresentado plano de ação que será realizado em todos membros do grupo, com orientações e ações de correção para análises em desacordo com a Portaria nº 2.914. Evidência: Cópia do documento <i>Informativo Cresol Estrada de Ferro – Grupo RTRS</i> que será repassado a todos os membros com as orientações necessárias para correção dos parâmetros em desacordo; Declaração do laboratório onde as análises foram realizadas, afirmando que os parâmetros em desacordo com o CONAMA são resultantes de fezes de animais.
5.5.1; 5.9.2 / Menor	A fazenda não registra o uso de agroquímicos, incluindo as condições climáticas, dosador, aplicador, maquinário utilizado.	Apresentado modelo de registro do uso de defensivos agrícolas, que será utilizado nas próximas safras. Evidência: Modelo de planilha <i>Controle de aplicação de produtos fitossanitários</i> , que será devidamente preenchido na próxima safra (2019/20).
5.5.3 / Menor	O depósito de defensivos não possui sistema de contenção para casos de vazamentos.	Construído sistema de coleta externo ao depósito de defensivos. Evidência: Foto da caixa coletora externa, interligado ao depósito.
Nº Indicador / Nível	Descrição da NC	Ação Corretiva / Evidência
Fazenda 4	Engenho Velho	
1.3.2; 1.3.3 / Menor	Não foi possível evidenciar o monitoramento dos aspectos que devem ser melhorados na fazenda.	O gerente de grupo determinou quais os aspectos de melhoria e seus respectivos mecanismos de monitoramentos. Evidência: Cópia do <i>Manual de Gestão do Grupo Cresol De Certificação RTRS, item 15.</i>
4.4.2 / Menor	Não foi possível evidenciar se houve ou não abertura de área para cultivo de soja no último ano.	Apresentado mapas comparativos entre os anos de 2009 e 2019 e mapa de classificação de área RTRS. Evidências: Imagens Google Earth <i>Mapeamentos Antônio Austério</i> e mapa mostrando classificação das áreas RTRS na fazenda.
4.5.2 / Menor	Não estão sendo monitorados a vegetação nativa e vida silvestre da fazenda.	O gerente do grupo acrescentou no Manual de Gestão do Grupo Cresol De Certificação RTRS o procedimento referente ao monitoramento da vegetação nativa e vida silvestre dos membros do grupo.

		Evidência: Cópia do <i>Manual de Gestão do Grupo Cresol De Certificação RTRS, no item 15.</i>
5.1.2 / Menor	Análise de água realizada na fazenda apresentou resultado em desacordo com a Portaria nº 2.914 e CONAMA 257.	Apresentado plano de ação que será realizado em todos membros do grupo, com orientações e ações de correção para análises em desacordo com a Portaria nº 2.914. Evidência: Cópia do documento <i>Informativo Cresol Estrada de Ferro – Grupo RTRS</i> que será repassado a todos os membros com as orientações necessárias para correção dos parâmetros em desacordo; Declaração do laboratório onde as análises foram realizadas, afirmando que os parâmetros em desacordo com o CONAMA são resultantes de fezes de animais.
5.4.5 / Menor	A fazenda não registra o monitoramento de pragas, doenças, ervas daninhas e predadores naturais.	Apresentado modelo de planilhas para registro do monitoramento de pragas, doenças e plantas daninhas. Evidência: Modelo de planilha <i>Monitoramento de pragas na cultura da soja – MIP Soja; Monitoramento de plantas daninhas na cultura da soja</i> que serão devidamente preenchidos na próxima safra (2019/20).
5.5.1; 5.9.2 / Menor	A fazenda não registra o uso de agroquímicos, bem como as condições climáticas no momento da aplicação.	Apresentado modelo de registro do uso de defensivos agrícolas, que será utilizado nas próximas safras. Evidência: Modelo de planilha <i>Controle de aplicação de produtos fitossanitários</i> , que será devidamente preenchido na próxima safra (2019/20).
5.5.3 / Menor	O depósito de defensivos não possui sistema de contenção para casos de vazamentos.	Construído sistema de coleta externo ao depósito de defensivos. Evidência: Foto da caixa coletora externa, interligado ao depósito.
6.14.2 Registro de não-conformidades referente aos Requisitos da Cadeia de Custódia para Produtores e das respectivas ações corretivas e evidências.		
Nº Indicador / Nível	Descrição da NC	Ação Corretiva / Evidência
N/A	N/A	N/A
6.14.3 Registro de não-conformidades referentes aos Requisitos do Padrão de Certificação Grupal e Multi-site		
Nº Indicador / Nível	Descrição da NC	Ação Corretiva / Evidência

2.2.1	Não está explícito em nenhum documento evidenciado, que não há custos para os produtores rurais serem membro do grupo certificado.	Revisado o procedimento referente à Certificação RTRS, descrevendo quais custos relativos a ser membro do grupo. Evidência: Cópia do <i>Manual de Gestão do Grupo Cresol De Certificação RTRS, item 4.</i>
-------	--	---

6.15 Resultado Final da Segunda auditoria de vigilância

Conformidade com os Requisitos do Padrão de Certificação Grupal	O gerente do grupo demonstra cumprimento com a totalidade dos requisitos aplicáveis do Padrão de Certificação Grupal e Multi-site.
Conformidade com o Padrão RTRS de Produção	A Fazenda Santana foi excluída da certificação devido a uma supressão de vegetação feita após 2016 não ter sido comprovada como permitida. As demais fazendas cumprem com os indicadores aplicáveis do Padrão de Produção.
Conformidade com o Padrão RTRS da Cadeia de Custódia	N/A – Não faz parte do escopo.

6.16 Decisão atualizada sobre a certificação – Segunda auditoria de vigilância

O grupo implementou ações corretivas ou estabeleceu planos de ação para 29 (vinte e nove) não-conformidades levantadas referentes a 21 (vinte e um) indicadores do Padrão de Produção RTRS, para as quais foram apresentadas as devidas evidências. Uma não-conformidade referente à Fazenda Santana (indicador 4.4.2) resultou na exclusão da fazenda, por não haver evidências suficientes para comprovar que a vegetação suprimida em algumas áreas arrendadas após 2016 e verificada por mapas, não seria de vegetação nativa.

O gerente do grupo apresentou plano de ação corretiva satisfatório para 01 (uma) não-conformidade identificada no sistema de controle interno.

Considerando que com a exclusão da Fazenda Santana e tratamento das não-conformidades das demais fazendas:

- todos os indicadores do Padrão de Certificação Grupal e Multi-site estão sendo atendidos pelo gerente do grupo;
- todos os indicadores de cumprimento imediato, curto e médio prazo estão em conformidade com o Padrão de Produção RTRS,

está mantida a certificação no Padrão RTRS de Produção de Soja Responsável V3.1, para as fazendas que fazem parte do grupo gerenciado pela CRESOL – Estrada de Ferro.

TERCEIRA AUDITORIA DE VIGILÂNCIA – 2020

7. PARA ATUALIZAÇÃO ANUAL DO RELATÓRIO:

7.1 Data auditoria de vigilância	Auditorias remotas de 05 a 19/10/2020		
7.2 Data emissão certificado	13/07/2017	7.3 Data prevista próxima auditoria de vigilância	Julho/2021
7.4 Equipe de Auditoria	Leandro Pires Garcia – Auditor Líder Jéssica Leite Jorge – Auditora		
7.5 Padrão RTRS			
<ul style="list-style-type: none"> • Interpretação Nacional Brasileira do Padrão RTRS de Produção de Soja Responsável V3.1 • RTRS Chain of Custody Standard V2.2_ENG • RTRS Group and Multi-site Certification Standard V3.1_ENG 			
6.6 Locais auditados – Auditorias remotas			
Nº	Nome	Endereço (Rua, nº, estado, país)	
#	CRESOL Estrada de Ferro – Gerente do Grupo	Avenida Dr. Enéas Bretas, quadra A, Lote 17, Centro – Orizona-GO– Brasil.	
2	Fazenda Morro Alto (Morada do Mutum)	Rodovia GO-219 Orizona sentido Distrito de Egerineu Teixeira, Km 07 à direita. Orizona-GO – Brasil.	
3	Fazenda Areias de Baixo	Rodovia GO-219 Orizona sentido Montes Claros, após o povoado seguir por mais 2 Km à esquerda. Orizona-GO – Brasil.	
4	Fazenda Mucambo	Rodovia GO 437, Km 24 à direita + 6 Km. Silvânia-GO – Brasil.	
5	Fazenda Ponte Alta	Rodovia GO-330 sentido Leopoldo de Bulhões, trevo sentido a Cruzeiro, Km 12, 2 Km à esquerda. Silvânia-GO – Brasil.	

6.7 Descrição das modificações significativas na Gestão ou nos métodos de produção

Após a auditoria de 2019, não houve modificações no grupo, não sendo adicionado ou retirado nenhum membro.

Os métodos de produção do grupo permanecem os mesmos, sendo que a maioria das fazendas são de pequeno e médio porte. A fazenda maior que faz parte do grupo possui 1.646 hectares de área total, e a menor possui 64 hectares.

6.8 Área de produção de soja atualizada (ha):	8.237,15
6.9 Volume de produção atualizado (ton):	30.280,26

6.10 Lista atualizada de membros

Número atualizado de membros		15		
Nº	Nome da Fazenda	Nome do Produtor	Endereço e Coordenadas Geográficas	Área total da propriedade (ha)

01	Fazenda Matão	Aires Alves dos Santos	Rodovia GO-330 Orizona sentido Vianópolis, Km 01 à esquerda + 2 Km à direita. Orizona-GO - Brasil Latitude: 17° 0'53.39"S Longitude: 48°18'42.21"O	64,95
02	Fazenda Cachoeira	Daniel Olímpio Alvares e Nilton Olímpio Alvares	Orizona sentido povoado da Cachoeira, Km 22 à esquerda. Orizona-GO - Brasil Latitude: 16°54'53.65"S Longitude: 48° 9'21.19"O	1.093,5
03	Fazenda Morro Alto	Diego Frutuoso Corrêa de Assis e Hélio Frutuoso de Assis	Rodovia GO-219 Orizona sentido Distrito de Egerineu Teixeira, Km 07 à direita. Orizona-GO - Brasil Latitude: 17° 3'1.09"S Longitude: 48°21'43.86"O	556,63
04	Fazenda Areias de Baixo	Leandro De Carli, Valmor Antônio De Carli e Marco Aurélio De Carli	Rodovia GO-219 Orizona sentido Montes Claros, após o povoado seguir por mais 2 Km à esquerda. Orizona-GO – Brasil Latitude: 17°9'28.74"S Longitude: 48°9'32.03"O	1.646,6
05	Fazenda Morro Alto	Abelardo José Nicole, Nison Nicole Filho e Davi Nicole	Rodovia GO-219 Orizona sentido Distrito de Egerineu Teixeira, Km 08 à esquerda. Orizona-GO - Brasil Latitude: 17°4'7.72" S Longitude: 48°22'0.12"O	1.006,9
06	Fazenda Taquaral e Cuiabanos	Luiz Francisco Foguesatto	Orizona sentido povoado Taquaral, Km 08 à esquerda + 2 Km. Orizona-GO - Brasil Latitude: 16°56'54.61"S Longitude: 48°18'37.90"O	341,2
07	Fazenda Taquaral de Cima	Geracina Daniela da Silva e Pascoal Pereira da Silva	Rodovia GO 330, sentido Orizona/Caraíba, após 20 Km virar à direita e seguir por mais 4 Km. Vianópolis-GO – Brasil Latitude: 16°53'40.38"S Longitude: 48°22'0.90"O	87
08	Fazenda Engenho Velho	Antônio Austerio Carvalho	Estrada Silvânia sentido São Miguel Passa Quatro, Km 15. Silvânia-GO - Brasil Latitude: -16.778523 Longitude: -48.633775	376,68
09	Fazenda Rio dos Bois	Paulo Edson e Iraides Souza	Estrada Silvânia sentido São Miguel do Passa Quatro e BR-457, Km 40. Silvânia-GO - Brasil Latitude: -16.878407 Longitude: -48.603229	490
10	Fazenda Mucambo	Nadir de Souza e Luiz Gustavo de Souza	Rodovia GO 437, Km 24 à direita + 6 Km. Silvânia-GO - Brasil Latitude: -16.428912 Longitude: -48.634759	725

11	Fazenda Rio do Peixe	Valdivino Souza Loubo	Rodovia GO-330, Km 109 à direita + 8 Km. Silvânia-GO - Brasil Latitude: -16.890582 Longitude: -48.438860	781,6
12	Fazenda Ponte Alta	Josival Cardoso	Rodovia GO-330 sentido Leopoldo de Bulhões, trevo sentido a Cruzeiro, Km 12, 2 Km à esquerda. Silvânia-GO - Brasil Latitude: -16.701849 Longitude: -48.798744	96
13	Fazenda Boa Esperança	Eli Signor	Rodovia GO-010 sentido Luziânia, após Posto Quilombo, 6 Km à direita + 7 Km à direita. Silvânia-GO - Brasil Latitude: -16.605829 Longitude: -48.260294	936,03
14	Fazenda Engenho Velho	Joval Jesus da Silva	Estrada Silvânia sentido São Miguel Passa Quatro, Km 16. Silvânia-GO - Brasil Latitude: -16.785815 Longitude: -48.637973	362
15	Fazenda Santa Rita	Adilson Sopran	Rodovia GO 330, Km 212 à esquerda + 14 Km. Silvânia-GO - Brasil Latitude: -16.859656 Longitude: -48.292990	800

6.11 Resumo do desempenho do Gerente com relação aos requisitos do Padrão RTRS de Certificação Grupal e Multi-site V3.1

CRITÉRIO	RESUMO DE DESEMPENHO
1. Procedimentos de gestão grupal e multi-site.	<p>A gestão da certificação RTRS do grupo está sob responsabilidade da Cresol Estrada de Ferro, que possui documentado no <i>Manual de Gestão do Grupo Cresol de Certificação RTRS Estrada de Ferro – Goiás</i>, as diretrizes a serem seguidas na gestão do grupo, bem como nomeia o gestor do grupo e seus suplentes.</p> <p>Não houve inclusão ou exclusão de membros após a última auditoria externa.</p> <p>O gerente evidenciou que os mecanismos implementados garantem o cumprimento dos requisitos para que as fazendas se mantenham no grupo de certificação.</p> <p>Houve uma não-conformidade no indicador 1.2.4, devido não estar mapeado quais os produtores que possuem outras áreas agricultáveis fora do escopo de certificação.</p>
2. Consentimento informado dos membros do grupo	<p>O gerente do grupo é noemada a diretora Leni Sousa, sendo Leonardo Vieira e Welyson Vitor designados como suplentes. O gestor do grupo é responsável pela implementação da certificação, bem como demais</p>

	<p>atribuições descritas no <i>Manual de Gestão do Grupo Cresol de Certificação RTRS Estrada de Ferro</i>.</p> <p>A cada nova adesão ao grupo, o produtor assina um <i>Termo de Adesão e Compromisso</i>, que descreve quais as responsabilidades em se tornar membro.</p> <p>São realizadas visitas anuais nas propriedades para realização de uma auditoria interna, com objetivo de verificar a implementação e manutenção da Certificação. As fazendas também recebem acompanhamento técnico dos profissionais da Tecnosol Consultoria Rural, nos quesitos pertinentes a certificação.</p> <p>A Cresol em parceria com a Tecnosol realiza frequentemente eventos e treinamentos para os membros do grupo e comunidade local, divulgando a Certificação RTRS e as melhorias obtidas pelas fazendas.</p> <p>O gerente do grupo também repassa periodicamente informações e notícias aos membros, visando um acompanhamento da melhoria contínua das fazendas.</p>
3. Controle e monitoramento do cumprimento dos membros	<p>Inicialmente, nas fazendas que desejam ingressar no grupo é realizada uma visita pelos técnicos de campo da Tecnosol, sendo aplicado o checklist simplificado do Padrão RTRS de Produção e demais obrigações pertinentes as fazendas.</p> <p>São realizadas anualmente auditorias internas, para orientar aos produtores sobre melhores práticas e verificar a manutenção da Certificação RTRS. Contudo, o gestor não possui um programa de auditorias internas devidamente documentado, o que gerou uma não-conformidade no indicador 3.1.1. Também não está previsto em nenhum documento evidenciado, a possibilidade que auditorias internas adicionais podem ser agendadas pelo gestor, gerando uma não-conformidade no indicador 3.1.9.</p> <p>Caso for identificada alguma não-conformidade na auditoria interna é emitida uma SAC (Solicitação de Ação Corretiva) e dado o prazo para o produtor corrigir a situação.</p> <p>Anualmente também são atualizadas a avaliação de risco de cada membro, baseado nos resultados obtidos na auditoria interna.</p>
4. Manutenção de Registros	<p>O gerente do grupo mantém arquivado eletronicamente ou fisicamente todos os documentos referentes a certificação, devidamente separados por ano e por fazenda, desde o primeiro ano.</p>

	<p>É arquivado uma cópia do <i>Termo de Adesão e Compromisso</i> assinado pelos produtores, e cópia dos relatórios de auditorias de admissão, auditorias internas e todas as SACs emitidas.</p> <p>São registrados em planilhas eletrônicas os dados dos membros, contendo o nome do produtor e propriedade, contato telefônico e e-mail, áreas totais e de plantio, produção total por safra, coordenadas geográficas, data e motivo de exclusão de membro.</p> <p>Todo volume de crédito comercializado e demais custos são registrados desde o primeiro ano de certificação.</p>
5. Cadeia de Custódia	<p>O grupo não realiza venda de soja física RTRS e todo volume de créditos produzidos são comercializados pelo gestor do grupo.</p> <p>Consta no <i>Manual de Gestão do Grupo</i>, que toda e qualquer comunicação ou reivindicação relacionada à certificação RTRS deverá seguir a Política.</p>

6.12 Resumo do desempenho do grupo com relação aos critérios da Interpretação Nacional Brasileira do Padrão RTRS de Produção de Soja Responsável V3.1.

PRINCÍPIO 1: Conformidade Legal e Boas Práticas de Negócio	
REQUISITO	RESUMO DE DESEMPENHO
1.1 Toda a legislação local e nacional aplicável é conhecida e cumprida.	<p>As fazendas auditadas se mantêm informadas sobre as leis aplicáveis através de assessorias de escritórios de contabilidade, assessoria agrônômica, ambiental, e da própria Tecnosol Consultoria Rural.</p> <p>As leis aplicáveis estão sendo cumpridas nas quatro fazendas auditadas, como por exemplo: contratos de trabalho e assinatura da CTPS conforme determina a legislação trabalhista; outorga de uso da água; uso de agrotóxicos aprovados para a cultura da soja e adquiridos com as receitas agrônômicas.</p>
1.2 Os direitos de uso da terra estão claramente definidos e são demonstráveis.	<p>As áreas das propriedades auditadas são devidamente registradas através de matrículas ou são arrendadas de terceiros, sendo devidamente formalizado em contratos de arrendamento.</p>
1.3 Existe uma melhoria contínua em relação aos requisitos deste padrão.	<p>Foram identificados pelo o gerente do grupo alguns aspectos que necessitam de melhoria nas quatro fazendas auditadas.</p> <p>Entretanto, após essa identificação não houve o devido monitoramento o que acabou gerando não-conformidade nas quatro fazendas auditadas nos indicadores 1.3.2 e 1.3.3.</p>
PRINCÍPIO 2: Condições de Trabalho Responsável	

REQUISITO	RESUMO DE DESEMPENHO
<p>2.1 Trabalho infantil, trabalho forçado, discriminação e assédio não ocorrem e não recebem apoio.</p>	<p>Em uma das fazendas auditadas não há contratação de funcionários, sendo caracterizada como sistema de agricultura familiar.</p> <p>Os colaboradores entrevistados afirmaram serem livres para deixar a fazenda e rescindir a relação trabalhista, quando tiver interesse.</p> <p>Através de entrevistas e documentos verificados, não há indícios de trabalho forçado, imposto, obrigado, traficado ou de qualquer modo involuntário nas fazendas auditadas. Todos os colaboradores são maiores de 18 anos.</p> <p>Não foi relatado nenhum indício de discriminação, punições, coerções ou agressões de qualquer espécie. As fazendas não retêm documentos, salários ou benefícios dos trabalhadores.</p>
<p>2.2 Os trabalhadores - empregados direta e indiretamente na fazenda - e arrendatários estão devidamente informados e treinados para suas tarefas e cientes de seus direitos e deveres.</p>	<p>Em uma das fazendas auditadas não há contratação de funcionários, sendo caracterizada como sistema de agricultura familiar.</p> <p>Em uma das fazendas auditadas há apenas um colaborador, que reside na cidade próxima a fazenda, não possuindo cônjuge ou filhos trabalhando no mesmo local.</p> <p>A cada contratação os colaboradores recebem instruções onde são abordadas direitos e deveres do trabalhador e da empresa. Orientações referente as questões de saúde e segurança do trabalho são repassadas pelos proprietários ou empresas de assessoria da área.</p>
<p>2.3 Um local de trabalho seguro e saudável é garantido a todos os trabalhadores.</p>	<p>Mesmo na fazenda com mão-de-obra familiar, o proprietário demonstra compreensão sobre as questões de saúde e segurança do trabalho. Em três fazendas auditadas tiveram não-conformidade no indicador 2.3.2, devido os exames médicos ocupacionais realizados não estarem de acordo com os exames realizados.</p> <p>Verificado que os colaboradores possuem um entendimento sobre as primeiras ações a serem tomadas em caso de emergência, como por exemplo, com quem entrar em contato.</p> <p>Nas três fazendas que possuem colaboradores contratados, são disponibilizados os equipamentos de proteção individual (EPI).</p> <p>Todas as fazendas auditadas possuem kit de primeiros socorros e veículo disponível para remoção em casos de acidentes e emergências.</p>

	As fazendas que possuem funcionários, evidenciaram a capacitação para as atividades, principalmente o manuseio com defensivos agrícolas.
2.4 Todos os trabalhadores gozam de liberdade de associação e do direito à negociação coletiva.	Através de entrevistas em três fazendas que possuem funcionários, foi evidenciado que estes não são impedidos de interagir com partes externas e possuem total liberdade de participar de negociações coletivas. Contudo, não há nenhum acordo coletivo em vigor com estas propriedades.
2.5 Todos os trabalhadores da fazenda, empregados direta ou indiretamente, têm remuneração, no mínimo, igual ao valor previsto na legislação nacional e em acordos setoriais.	<p>Em uma das fazendas auditadas não há contratação de funcionários, sendo caracterizada como sistema de agricultura familiar. Nas demais, foi verificado em entrevistas e confirmado em comprovantes de pagamento, que não são feitas deduções salariais indevidas, somente as previstas por lei, como I.N.S.S. Os trabalhadores recebem salários acima ou iguais ao mínimo nacional</p> <p>As jornadas de trabalho são registradas manualmente e a jornada de trabalho normal é de 8 horas diárias. Foi verificado que não são feitas horas extras em excesso e que são voluntárias, de acordo com os colaboradores entrevistados.</p> <p>As horas extras realizadas são pagas ou compensadas com folgas, geralmente na entressafra.</p> <p>Em todas fazendas auditadas são realizadas análise de água.</p>
PRINCÍPIO 3: Relação Responsável com as Comunidades	
REQUISITO	RESUMO DE DESEMPENHO
3.1 Há canais disponíveis para comunicação e diálogo com a comunidade local sobre temas relacionados às atividades da fazenda produtora de soja e seus impactos.	<p>A Cresol, gestora do grupo possui uma caixa de sugestão no escritório e divulga o contato dos membros do grupo em sites e redes sociais.</p> <p>Os proprietários das fazendas são bem conhecidos na região, sendo associados ao Sindicato Rural Patronal, além das famílias serem bastante conhecidas na comunidade onde as fazendas estão inseridas.</p> <p>As fazendas possuem placa de identificação na entrada, contendo o contato do proprietário.</p> <p>Verificado que os canais de comunicação são conhecidos e permitem a comunicação adequada entre os produtores e comunidades locais, sendo que os contatos são realizados na sua maioria pessoalmente nas fazendas.</p>
3.2 Em áreas com usuários tradicionais das terras, os usos conflitantes da terra são evitados ou resolvidos.	Verificado que não há casos de disputas relativas aos direitos de uso das terras, bem como não há evidências

	<p>de existência de usuários tradicionais das terras das fazendas auditadas.</p> <p>Através de mapas elaborados pelo gestor do grupo, verificou que as fazendas não se encontram próximas a terras indígenas e não estão localizadas em locais de importância cultural, ecológica, econômica ou religiosa.</p>
3.3 Um mecanismo de reclamações e queixas está implantado e é acessível à comunidade local, os funcionários e aos usuários tradicionais das terras.	<p>Os canais disponíveis de comunicação são de fácil acesso e de conhecimento da comunidade local. No escritório do gerente do grupo é mantida uma caixa de sugestões que permite que a comunidade faça de forma anônima suas reclamações ou sugestões sobre as fazendas membros do grupo de certificação.</p> <p>De acordo com relatos, até o momento da auditoria não houve reclamações e queixas recebidas. Foi verificado que, caso receba qualquer tipo de comunicação, estas serão registradas pelo gerente do grupo em formulário eletrônico, sendo analisadas e posteriormente tratadas, conforme previsto no <i>Manual de Gestão do Grupo</i>.</p>
3.4 São oferecidas oportunidades justas de emprego e fornecimento de bens e serviços à população local, independentemente de sexo ou raça.	<p>Nas fazendas onde existe funcionários contratados, foi verificado que as oportunidades de emprego são preenchidas através de indicações dos atuais colaboradores. Através de entrevista, verificado que todos os funcionários são das regiões próximas às fazendas.</p> <p>A Cresol, como gerente do grupo, colabora com a formação da população nos locais em que atua, realizando palestras, dia de campo e participação em feiras locais. Os proprietários das fazendas auditadas também relataram que disponibilizam a sede, maquinários e parte da área agricultável para cursos, experimentos e pesquisas.</p> <p>Todas as fazendas adquirem bens e serviços como insumos agrícolas e alimentícios, da região onde estão inseridas.</p>
PRINCÍPIO 4: Responsabilidade Ambiental	
REQUISITO	RESUMO DE DESEMPENHO
4.1 Os impactos sociais e ambientais dentro e fora do local foram avaliados e foram tomadas as medidas adequadas para minimizar e mitigar quaisquer impactos negativos.	<p>Está documentado em <i>Memorial de Caracterização e Plano de Controle Socioambiental do Grupo Cresol de Certificação RTRS</i> os impactos gerados pela atividade agrícola, sendo gerenciado pelo gestor do grupo.</p> <p>Verificado que avaliação contempla todos os requisitos sociais e ambientais para as propriedades de forma abrangente e transparente. É elaborado um plano de ação para cada fazenda com metas para a implementação das tratativas e ações identificadas.</p>

<p>4.2 A poluição é minimizada e os resíduos da produção são geridos de forma responsável.</p>	<p>Em todas fazendas é proibido qualquer tipo de queimada, conforme placas de proibido instaladas em diversos locais.</p> <p>As fazendas possuem Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, desenvolvido pelo gerente do grupo.</p> <p>As fazendas separam os resíduos recicláveis e demais resíduos, sendo destinados da maneira correta.</p> <p>Três fazendas auditadas não possuem posto de combustível, devido ao tamanho e complexidade da operação. Dessa forma, os maquinários se deslocam ao posto de combustível mais próximo para abastecerem. A fazenda que possui posto de combustível não há contenção no tanque, em desacordo com o indicador 4.4.2.</p> <p>As propriedades que possuem lavador de maquinários são compatíveis ao tamanho da fazenda, possuindo sistema de tratamento e caixas de separação de água e óleo.</p>
<p>4.3 Há esforços para reduzir as emissões e aumentar o sequestro de Gases de Efeito Estufa (GEE) na fazenda.</p>	<p>O controle de combustível fóssil é realizado sobre o uso total consumido em cada fazenda por safra, onde são registrados os volumes totais e os custos dos combustíveis utilizados.</p> <p>Com auxílio do gestor do grupo, as fazendas analisam caso houver algum aumento significativo no uso de combustível.</p> <p>Em todas as fazendas, a análise de solo é realizada anualmente.</p> <p>As quatro propriedades auditadas utilizam plantio direto e mantêm, durante o ano todo, a palhada restante na lavoura. As áreas de reserva legal são protegidas e preservadas, de acordo com fotos e mapas evidenciados.</p>
<p>4.4 A expansão do cultivo de soja é responsável.</p>	<p>O gestor do grupo realizou o levantamento das fazendas nos mapas da RTRS e também mapas comparativos dos anos de 2009, 2016 e 2019/2020.</p> <p>Contudo, em três das fazendas auditadas não foi possível evidenciar o levantamento geoespacial comparativo que evidenciasse se houve ou não abertura de área no último ano para cultivo de soja, ou os mapas apresentados não estavam contemplando todas as áreas agricultáveis pelo produtor, o que gerou não conformidade no indicador 4.4.1 e 4.4.2.</p>
<p>4.5 A biodiversidade da fazenda é mantida e resguardada através da preservação da vegetação nativa.</p>	<p>As fazendas possuem mapas contendo os limites de cada propriedade, trecho de drenagem e espelho d'água e área de preservação permanente.</p> <p>O gerente desenvolveu documento que descreve a caracterização da fauna e flora local nas regiões.</p>

	<p>Entretanto, após o levantamento inicial não foram monitorados a incidência da fauna e da flora de cada fazenda, em desacordo ao indicador 4.5.2.</p> <p>A caça e pesca são proibidas nas fazendas de acordo com placas de avisos localizadas próximas as áreas de reserva legal.</p> <p>As áreas de reservas legais estão entre 10% a 15% da área total própria de cada fazenda conforme informações levantadas e repassadas pela equipe técnica da Tecnosol.</p>
PRINCÍPIO 5: Boas Práticas Agrícolas	
REQUISITO	RESUMO DE DESEMPENHO
5.1 A qualidade e a oferta de águas superficiais e subterrâneas são mantidas ou melhoradas.	<p>Estão implementadas diversas boas práticas agrícolas nas fazendas auditadas, que contribuem para a manutenção da qualidade da água.</p> <p>Os mapas evidenciados possuem a localização de cursos d'água dentro e próximos à fazenda. Todas as fazendas realizam plantio direto, o que contribui para manter a umidade no solo.</p> <p>Análises da qualidade da água são realizadas anualmente e os laudos apresentam resultados dentro dos parâmetros.</p> <p>Nenhuma fazenda auditada utiliza sistema de irrigação.</p>
5.2 As áreas de vegetação natural em volta de nascentes e ao longos cursos naturais de água são mantidas ou restabelecidas.	<p>O gestor do grupo realiza um levantamento geoespacial de todas as propriedades do grupo contemplando um mapeamento dos cursos d'água dentro e próximos das fazenda.</p> <p>Nos mapas evidenciados não houve remoção das áreas ciliares.</p>
5.3 A qualidade do solo é mantida ou melhorada e a erosão é evitada através de boas práticas de manejo.	<p>As análises de solo contemplam análises de micronutrientes como cálcio, magnésio, além do teor da matéria orgânica.</p> <p>Os proprietários das fazendas auditadas demonstram conhecimento e relataram que implementam diversas técnicas para preservar o solo, como por exemplo, adoção do plantio direto em toda a área produtiva e manutenção da cobertura permanente no solo</p> <p>As fazendas realizam sucessão de cultivos, não havendo o cultivo de soja sobre soja.</p>
5.4 Os impactos negativos de produtos fitossanitários sobre o meio ambiente e a saúde são reduzidos pela aplicação de técnicas sistemáticas e reconhecidas de Manejo Integrado de Culturas (MIC).	<p>Todas as fazendas auditadas possuem documentado procedimento que descreve as diretrizes para a realização de monitoramento de pragas, doenças, plantas daninhas e inimigos naturais.</p>

	<p>O monitoramento nas fazendas auditadas é realizado pela equipe técnica da Tecnosol ou pelos produtores rurais e colaboradores. Porém, apenas uma fazenda não apresentou o registro formal do monitoramento, resultando em uma não-conformidade no indicador 5.4.5.</p> <p>É utilizado somente agroquímicos devidamente registrados, originais e genuínos, seguindo prescrição via receituários agrônômicos emitidos por profissionais qualificados.</p>
5.5 Toda aplicação de agroquímicos ⁴ é documentada e há monitoramento de todo o armazenamento, manuseio, coleta e descarte de resíduos químicos e embalagens vazias para garantir a conformidade com as boas práticas.	<p>Somente uma fazenda auditada apresentou registro formal contendo todos os itens exigidos pelos indicadores 5.5.1.</p> <p>As embalagens são devidamente tríplice lavadas e perfuradas, e posteriormente devolvidas nas centrais de recolhimento habilitadas da região.</p> <p>As fazendas possuem armazéns de defensivos sinalizados e trancados, com piso concretado, porém em duas fazendas não existia sistema de contenção para casos de vazamentos, gerando não-conformidade em duas fazendas no indicador 5.5.2.</p> <p>As fazendas sinalizam as áreas recém pulverizadas com placas de reentrada.</p>
5.6 Uso Responsável de Agroquímicos.	<p>Verificado que nenhum agroquímico listado nas Convenções de Estocolmo e Roterdã são utilizados nas fazendas.</p> <p>As propriedades que ainda utilizaram o Paraquat na última safra, foram em dosagens menores do que a recomendada.</p>
5.7 O uso de agentes de controle biológico é documentado, monitorado e controlado de acordo com as leis nacionais e protocolos científicos aceitos internacionalmente.	<p>Algumas fazendas fazem uso de produtos biológicos, sendo formalizado o uso conforme os produtos químicos utilizados.</p>
5.8 Medidas sistemáticas são planejadas e implementadas para monitorar, controlar e minimizar a proliferação de novas pragas e espécies invasoras introduzidas.	<p>No Estado de Goiás, há órgãos que realizam o monitoramento e controle de pragas e espécies invasoras, além da Defesa Agropecuária e a EMBRAPA. Caso ocorram surtos ou incidência de novas pragas as propriedades auditadas relataram que entrariam em contato com tais instituições.</p>
5.9 Medidas adequadas são implantadas para evitar a deriva de agroquímicos para áreas vizinhas.	<p>Os produtores rurais demonstram conhecimento e ciência em utilizar boas práticas nas aplicações de defensivos.</p> <p>Das quatro fazendas auditadas, apenas uma realiza o registro das condições climáticas no momento das aplicações, o que gerou não-conformidades em três fazendas no indicador 5.9.2.</p>

	Não há aplicação aérea em nenhuma das fazendas auditadas. As aplicações terrestres ocorrem respeitando os limites permitidos para áreas povoadas e corpos d'água.
5.10 São implementadas as medidas apropriadas para possibilitar a coexistência de sistemas de produção distintos.	Verificado que não há interferências nos sistemas de produção dos vizinhos, uma vez que as áreas possuem os mesmos tipos de produção, de culturas e manejos empregados pelas fazendas auditadas. Relatado que não há casos de danos a áreas adjacentes, causados por derivas nas propriedades.
5.11 A origem das sementes é controlada para melhorar a produção e prevenir a introdução de novas doenças.	As fazendas adquirem sementes de fontes conhecidas, conforme verificado em notas fiscais de compra.

6.13 Resumo do desempenho do multi-site com relação aos Requisitos da Cadeia de Custódia para Produtores V2.2_ENG.

CRITÉRIO	RESUMO DE DESEMPENHO
1.1 Identificação de Material produzido	Até o momento da auditoria não houve comercialização de soja física RTRS. Todas as comercializações das fazendas auditadas são realizadas com devida Nota Fiscal.
1.2 Resumos de Volume	Houve somente venda de créditos RTRS, sendo o controle feito através de planilha em Excel, pelo gerente do grupo. As fazendas registram os volumes produzidos e expedidos, através de planilhas eletrônicas ou registros manuais.
1.3 Registros	Houve somente venda de créditos RTRS, sendo o controle feito através de planilha em Excel, pelo gerente do grupo. As fazendas registram os volumes produzidos e expedidos, através de planilhas eletrônicas ou registros manuais.
1.4 Produtos fornecidos com Declarações RTRS	Até o momento não houve comercialização de soja física RTRS. Caso ocorra, as declarações são de responsabilidade do gerente do grupo.

6.14 Registro de Não-Conformidades da Terceira Auditoria de Vigilância

6.14.1 Registro de não-conformidades para indicadores do Padrão RTRS de Produção e das respectivas ações corretivas e evidências		
Nº Indicador / Nível	Descrição da NC	Ação Corretiva / Evidência
Fazenda 1:	Morro Alto (Morada do Mutum)	

1.3.2; 1.3.3/ Menor	Não foi registrado o resultado do monitoramento dos indicadores selecionados para a melhoria contínua das fazendas auditadas.	Implementado pelo gestor do grupo, o registro do monitoramento dos indicadores referente a Fazenda Morro Alto. Evidências: Anexo 2 Monitoramento de evolução do Padrão RTRS das Fazendas.
2.3.2/ Menor	Os riscos de saúde dos colaboradores não estão sendo monitorados conforme consta no PCMSO.	Agendamento e realização de novos exames médicos conforme previsto no PCMSO da fazenda. Evidências: Solicitações de agendamento dos exames para 27/11 e resultados dos exames já realizados.
4.2.2/ Menor	O tanque de combustível não possuiu contenção para casos de vazamentos.	Construída contenção no tanque de combustível. Evidências: Fotos da construção da contenção no tanque de abastecimento da fazenda.
4.4.1; 4.4.2/ Menor	Não foi possível evidenciar se houve ou não, abertura de área após maio de 2009.	Elaborado novos mapas da área identificando a data em que a conversão foi realizada. Evidências: Mapas comparativos de 2012 e 2013, evidenciando que a abertura foi realizada em 05/05/2013 e a área está na categoria 3 e 4 dos mapas da RTRS.
4.5.2/ Menor	Não foi registrado o monitoramento da vegetação nativa e da vida silvestre das fazendas auditadas.	Implementado o registro do monitoramento da vegetação nativa e vida silvestre da Fazenda. Evidências: Cópia planilha <i>Controle vida silvestre e vegetação nativa</i> com registros dos dados de 2019 e 2020 da Fazenda Morro Alto.
Nº Indicador / Nível	Descrição da NC	Ação Corretiva / Evidência
Fazenda 2:	Areias de Baixo	
1.3.2; 1.3.3/ Menor	Não foi registrado o resultado do monitoramento dos indicadores selecionados para a melhoria contínua das fazendas auditadas.	Implementado pelo gestor do grupo, o registro do monitoramento dos indicadores referente a Fazenda Areias de Baixo. Evidências: Anexo 2 <i>Monitoramento de evolução do Padrão RTRS das Fazendas</i> .
2.3.2/ Menor	O PCMSO não contempla todas as funções contratadas na fazenda e os riscos de saúde dos colaboradores não estão sendo monitorados conforme consta no PCMSO.	Documento PCMSO retificado e novos exames médicos realizados, de acordo com o previsto no documento. Evidências: PCMSO retificando, incluindo todas as funções contratadas pela fazenda; agendamento do exame para função operador de máquinas agrícolas; resultado do exame ECG do colaborador Ocelio realizado em 18/11/2020.
4.5.2/ Menor	Não foi registrado o monitoramento da vegetação nativa e da vida silvestre das fazendas auditadas.	Implementado o registro do monitoramento da vegetação nativa e vida silvestre da Fazenda.

		Evidências: Cópia planilha <i>Controle vida silvestre e vegetação nativa</i> com registros dos dados de 2019 e 2020 da Fazenda Areias de Baixo.
5.5.1 c,d e; 5.9.2/ Menor	Não são registrados os nomes dos colaboradores que fizeram a preparação da calda, a aplicação em campo, o equipamento utilizado e as condições meteorológicas.	Implementado registro do nome dos colaboradores que fazem a preparação da calda, operam o implemento e o equipamento utilizado. Evidências: Cópia da planilha <i>Controle de aplicação de produtos fitossanitários</i> com registro dos dados.
Nº Indicador / Nível	Descrição da NC	Ação Corretiva / Evidência
Fazenda 3:	Mucambo	
1.3.2; 1.3.3/ Menor	Não foi registrado o resultado do monitoramento dos indicadores selecionados para a melhoria contínua das fazendas auditadas.	Implementado pelo gestor do grupo, o registro do monitoramento dos indicadores referente a Fazenda Mucambo. Evidências: Anexo 2 <i>Monitoramento de evolução do Padrão RTRS das Fazendas</i> .
2.3.2/ Menor	Os riscos de saúde do colaborador não estão sendo monitorado conforme consta no PCMSO.	Realizado exames médicos conforme prevê o PCMSO da fazenda. Evidências: Comprovante de agendamento dos exames do colaborador Alenaldo para o dia 07/12/2020.
4.4.1; 4.4.2/ Menor	Não foi possível evidenciar se houve ou não, conversão nas áreas arrendadas.	Elaborado mapa comparativo de toda a área agricultável pelo produtor. Evidências: Mapas comparativos de 12/2009, 08/2016 e 02/2020 das áreas de arrendamento.
4.5.2/ Menor	Não foi registrado o monitoramento da vegetação nativa e da vida silvestre das fazendas auditadas.	Implementado o registro do monitoramento da vegetação nativa e vida silvestre da Fazenda. Evidências: Cópia planilha <i>Controle vida silvestre e vegetação nativa</i> com registros dos dados de 2019 e 2020 da Fazenda Mucambo.
5.5.1 b, e; 5.9.2/ Menor	Não há registro da identificação da área onde o produto foi aplicado e das condições meteorológicas durante a aplicação.	Implementado registro da área onde o produto foi aplicado e as condições climáticas durante as aplicações. Evidências: Cópia planilha <i>Controle de Aplicações de produtos fitossanitários</i> contendo o registro da quantidade de produto aplicado e as condições climáticas durante a aplicação no dia 27/10/2020.
5.5.2/ Menor	O depósito de defensivos não possui contenção para casos de vazamentos.	Construção de um sistema de contenção para casos de vazamentos, com caixa externa ao depósito.

		Evidências: Fotos da contenção construída no depósito de defensivos da fazenda.
Nº Indicador / Nível	Descrição da NC	Ação Corretiva / Evidência
Fazenda 4:	Ponte Alta	
1.3.2; 1.3.3/ Menor	Não foi registrado o resultado do monitoramento dos indicadores selecionados para a melhoria contínua das fazendas auditadas.	Implementado pelo gestor do grupo, o registro do monitoramento dos indicadores referente a Fazenda Ponte Alta. Evidências: Anexo 2 <i>Monitoramento de evolução do Padrão RTRS das Fazendas</i> .
4.4.1; 4.4.2/ Menor	Não foi possível evidenciar se houve ou não, abertura em todas as áreas agricultáveis.	Elaborado mapas comparativos de toda a área agricultável. Evidências: Imagens comparativas de 12/2009, 8/2016 e 02/2020 do restante da área agricultável pelo produtor.
4.5.2/ Menor	Não foi registrado o monitoramento da vegetação nativa e da vida silvestre das fazendas auditadas.	Implementado o registro do monitoramento da vegetação nativa e vida silvestre da Fazenda. Evidências: Cópia planilha <i>Controle vida silvestre e vegetação nativa</i> com registros dos dados de 2019 e 2020 da Fazenda Ponte Alta.
5.4.5/ Menor	Não há registro do monitoramento de pragas, doenças, plantas daninhas e inimigos naturais.	Implementado o registro do monitoramento de pragas na safra de soja 2020/2021. Evidências: Cópia planilha a ser utilizado para o monitoramento de plantas daninhas, pragas, doenças e inimigos naturais.
5.5.1 a, e; 5.9.2/ Menor	Não são registrados a quantidade dos produtos e as condições climáticas durante as aplicações.	Implementado registro da quantidade do produto aplicado e as condições climáticas durante as aplicações. Evidências: Cópia planilha <i>Controle de Aplicações de produtos fitossanitários</i> contendo o registro da quantidade de produto aplicado e as condições climáticas durante a aplicação.
5.5.2/ Menor	O depósito de defensivos não possui sistema de contenção para casos de vazamentos.	Construído sistema de contenção no depósito de defensivos. Evidências: Foto da caixa de contenção externa ao depósito e contenção na entrada do depósito
6.14.2 Registro de não-conformidades referente aos Requisitos da Cadeia de Custódia para Produtores e das respectivas ações corretivas e evidências.		

Nº Indicador / Nível	Descrição da NC	Ação Corretiva / Evidência
N/A	N/A	N/A
6.14.3 Registro de não-conformidades referentes aos Requisitos do Padrão de Certificação Grupal e Multi-site		
Nº Indicador / Nível	Descrição da NC	Ação Corretiva / Evidência
1.2.4; 4.1.2.2/ Menor	Não está mapeado quais produtores possuem áreas de produção fora do escopo de certificação, bem como o número de hectares.	Mapeado quais os produtores membros do grupo possuem outras áreas produtivas fora do escopo da certificação. Evidências: Planilha eletrônica contendo outras áreas agrícolas fora do escopo de certificação e sua área total.
3.1.1/ Menor	Não há um programa de auditorias devidamente documentado.	Documentado o programa de auditorias internas. Evidências: Planilha eletrônica <i>Programa anual de auditoria interna RTRS Grupo Cresol Ano 2021</i> .
3.1.9/ Menor	Não está previsto em nenhum documento de gestão da certificação, a possibilidade que auditorias internas adicionais podem ser agendadas.	Acrescentado no Manual a possibilidade de auditorias internas adicionais serem realizadas e em quais situações. Evidências: Cópia do <i>Manual de Gestão do Grupo Cresol De Certificação RTRS</i> , item 12.

6.15 Resultado Final da Terceira auditoria de vigilância

Conformidade com os Requisitos do Padrão de Certificação Grupal	O gerente do grupo demonstra cumprimento com a totalidade dos requisitos aplicáveis do Padrão de Certificação Grupal e Multi-site.
Conformidade com o Padrão RTRS de Produção	As fazendas cumprem com os indicadores aplicáveis do Padrão de Produção.
Conformidade com o Padrão RTRS da Cadeia de Custódia	As fazendas auditadas demonstram cumprimento com a totalidade dos Requisitos de Cadeia de Custódia para Produtores.

6.16 Decisão atualizada sobre a certificação – Terceira auditoria de vigilância

O grupo implementou ações corretivas ou estabeleceu planos de ação para as 21 (vinte e uma) não-conformidades levantadas referentes a 11 (onze) indicadores do Padrão de Produção RTRS, além das 03 (três) não-conformidades referentes a 04 (quatro) indicadores do Padrão de Certificação Grupal, para as quais foram apresentadas as devidas evidências. Considerando o tratamento das não-conformidades das fazendas e do gerente do grupo:

- todos os indicadores do Padrão de Certificação Grupal e Multi-site estão sendo atendidos pelo gerente do grupo;
- todos os indicadores de cumprimento imediato, curto e médio prazo estão em conformidade com o Padrão de Produção RTRS,

está mantida a certificação do Grupo de Produtores Cresol – Estrada de Ferro na Interpretação Nacional Brasileira do Padrão RTRS para Produção de Soja Responsável V3.1, e no Padrão RTRS de Cadeia de Custódia V2.2 – Requisitos para Produtores.